

Organizadoras:  
Christiane Valêska Araujo Costa Lima  
Enaire de Maria Sousa da Silva  
Izamara Nunes Sousa

2021

---



PRÁTICAS ▼  
INTERDISCIPLINARES  
EM SERVIÇO SOCIAL:

UMA CONTRIBUIÇÃO DOS/AS  
ALUNOS/AS DA FACULDADE  
EDUFOR



FACULDADE  
**EDUFOR**  
Construindo o seu futuro

**CHRISTIANE VALÊSKA ARAUJO COSTA LIMA  
ENAIRE DE MARIA SOUSA DA SILVA  
IZAMARA NUNES SOUSA  
(Organizadoras)**

# **PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES EM SERVIÇO SOCIAL:**

**UMA CONTRIBUIÇÃO DOS/AS ALUNOS/AS DA FACULDADE EDUFOR**

**EDITORA PASCAL  
2021**

**2021 - Copyright© da Editora Pascal**

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

**Edição e Diagramação:** Eduardo Mendonça Pinheiro

**Edição de Arte:** Marcos Clyver dos Santos Oliveira

**Bibliotecária:** Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

**Revisão:** Os autores

**Conselho Editorial**

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr<sup>a</sup>. Helone Eloisa Frazão Guimarães

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dr. Saulo José Figueiredo Mendes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**L732p**

Lima, Christiane Valêska Araujo Costa; Silva, Enaire de Maria Sousa da; Sousa, Izamara Nunes.

Práticas interdisciplinares em Serviço Social: uma contribuição dos/as alunos/as da Faculdade EDUFOR / Christiane Valêska Araujo Costa Lima, Enaire de Maria Sousa da Silva, Izamara Nunes Sousa. São Luís: Editora Pascal, 2021.

142 f. : il.

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-86707-52-6

D.O.I.: 10.29327/538574

1. Serviço social. 2. Quilombola. 3. Indígenas. 4. Trabalho escravo. 5. Miscelânea. I. Lima, Christiane Valêska Araujo Costa. II Silva, Enaire de Maria Sousa da. III. Sousa, Izamara Nunes. IV. Título.

**CDU: 364**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**2021**

[www.editorapascal.com.br](http://www.editorapascal.com.br)

contato@editorapascal.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os últimos anos têm envolvido diversas iniciativas da Faculdade Edufor em prol da sociedade maranhense. Situar o Serviço Social em tal contexto torna-se indispensável, uma vez que cabe à categoria intervir sobre as expressões da questão social, minimizando os impactos das desigualdades estruturais vigentes em nossa sociedade.

Em anos tão difíceis para o mundo tal qual tem sido 2020/2021, o curso de Serviço Social da instituição inova, e oferece à sociedade uma publicação completa, com temas atuais, e ainda carentes de discussão por parte da comunidade acadêmica. Extrapolando os muros da faculdade, entregamos uma produção de conteúdo e disponibilidade acessíveis, pois acreditamos no poder da disseminação de conhecimento na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Reconhecemos que há, na contemporaneidade, um padrão de educação bancária que coloca a figura do aluno em posição submissa frente aos seus educadores. Na contramão de tal tendência, este livro representa o protagonismo que o curso de Serviço Social da Faculdade Edufor tem conferido ao corpo discente, lhes dando a oportunidade de pesquisar, de maneira teórica e empírica, e apresentar os resultados de suas investigações. Em uma realidade acadêmica marcada pela necessidade de publicações, a instituição não só tem estimulado, como também viabilizou a publicização dos estudos dos (as) estudantes.

O curso de Serviço Social da Faculdade Edufor possui disciplinas específicas para o desenvolvimento das habilidades de pesquisa, além disso, o corpo docente conta com profissionais de referência do estado do Maranhão. Esta combinação tem proporcionado a elaboração de artigos científicos inovadores, diante disso, entregamos aos (às) leitores (as) uma obra enriquecedora, com análises pertinentes e atuais.

Boa leitura a todos (as)!

**Josué Sucupira Barreto**

*Diretor Executivo*

*Faculdade Edufor de São Luís*

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1..... 7**

### **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES**

Izamara Nunes Sousa  
Enaire de Maria Sousa da Silva  
Christiane Valêska Araujo Costa Lima

## **CAPÍTULO 2..... 17**

### **POVOS QUILOMBOLAS E INSTITUIÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE: o caso do Centro de Cultura Negra (CNN) do Maranhão**

Amanda Barros Mineiro  
Carla Natane Velez Silva  
Emmerson da Silva Costa  
Laís Amorim de Assunção  
Larissa de Albuquerque Alves  
Roberth Rubem Costa e Costa  
Rosário de Fátima Pereira Coelho  
Patrícia Sousa Colares  
Valéria Gonçalves

## **CAPÍTULO 3..... 33**

### **O SERVIÇO SOCIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Contribuições, Desafios e Militância do assistente social no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA**

Anne Caroline Reis Gouveia  
Carmen Luíza Silva Gomes  
Conceição de Maria Brandão Rocha  
Gleysiane Maria Gama  
Iêda Vitória Andrade Trindade  
João Carlos Silva de Sousa  
Jéssica Silva dos Santos  
Josiene Nogueira Abreu  
Milena da Silva Neves  
Valdeni da Silva Pereira

## **CAPÍTULO 4..... 44**

### **QUILOMBO CONCEIÇÃO: suas lutas cotidianas**

Carla de Carvalho  
Daiane Rodrigues Ferreira  
Jackeline Moura Sousa  
Karolayne Susan Cordeiro Corrêa  
Luciana Araújo Gomes Ferreira  
Raiane Keile da Silva de Oliveira

## **CAPÍTULO 5..... 56**

### **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM INDÍGENAS: uma análise a partir do DSEI-MA**

Brenda Mendes Rocha  
Caroline Lopes de Moura  
Elcinalva Martins Oliveira  
Jeanne de Nazaré da Luz Delgado  
Josilda dos Santos Rodrigues  
Marta Diniz da Cruz  
Nayane Valéria Costa Pinheiro  
Neusilene de Jesus Marreiros Cordeiro  
Silvia Alessandra dos Santos Nascimento

**CAPÍTULO 6..... 68**

**A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: a atuação do Assistente Social frente às questões socioambientais**

Carla de Carvalho  
Daiane Rodrigues Ferreira  
Flávia Raquel Ferreira Alvares  
Karolayne Susan Cordeiro Corrêa  
Luciana Araújo Gomes Ferreira  
Raiane Keile da Silva de Oliveira  
Thalia Silva Moraes

**CAPÍTULO 7..... 80**

**O SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO: A atuação do assistente social na coordenação socioambiental**

Anne Caroline Reis Gouveia  
Carmen Luíza Silva Gomes  
Conceição de Maria Brandão Rocha  
Denise Rates Moreira  
João Carlos Silva de Sousa  
Josiene Nogueira Abreu  
Valdeni da Silva Pereira

**CAPÍTULO 8..... 93**

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: os impactos da adoção das políticas neoliberais no Brasil**

Enaire de Maria Sousa da Silva  
Izamara Nunes Sousa  
Christiane Valêska Araujo Costa Lima

**CAPÍTULO 9..... 106**

**COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO: as linhas de ações desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP**

Amanda Barros Mineiro  
Ana Valéria Santos Pessoa  
Carla Natane Velez Silva  
Jackeline Moura de Sousa  
Laís Amorim de Assunção  
Maura Núbia Pinto

**CAPÍTULO 10..... 122**

**O TRABALHO INFANTIL NO MARANHÃO: uma análise acerca de meninas que crescem na exploração dos serviços domésticos**

Emmerson da Silva Costa  
Larissa de Albuquerque Alves  
Patrícia Sousa Colares  
Rosário de Fátima Pereira Coelho  
Thalia Silva Moraes

**ORGANIZADORAS..... 139**

# CAPÍTULO 1

## **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES**

**Izamara Nunes Sousa<sup>1</sup>**

**Enaire de Maria Sousa da Silva<sup>2</sup>**

**Christiane Valêska Araujo Costa Lima<sup>3</sup>**

---

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Especialista em Administração e Planejamento de Programas e Projetos Sociais pelo IESF-MA e Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail: izamara.sousa@edufor.edu.br

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão .Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Maranhão- UEMA. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail: enaire.sousa@edufor.edu.br

3 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1997). Psicopedagoga e Especialista em Estratégia de Saúde da Família. Mestra em Educação (UFC). Atualmente Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail:christiane.lima@edufor.edu.br

## Resumo

**N**este artigo pretendemos refletir sobre o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social de forma geral e breve, trazendo como foco principal de estudo, os desafios postos na realidade para a organização política dos trabalhadores, classe social a qual o Serviço Social se vincula. Sua elaboração decorre de reflexões relacionadas às principais publicações de autores que tratem da temática abordada.

**Palavras-chave:** Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social. Organização política. Classe trabalhadora.

## Abstract

**I**n this article we intend to reflect on the Professional Political Ethical Project of Social Work in general and briefly, bringing as main focus of study, the challenges posed in reality for the political organization of workers, social class to which social work is linked. Its elaboration results from reflections related to the main publications of authors dealing with the theme addressed..

**Keywords:** Professional Political Ethical Project of Social Work. Political organization. Working class..





## 1. INTRODUÇÃO

Um marco fundamental para a construção do Projeto Ético Político Profissional foi o Congresso da Virada, o qual, ficou conhecido por esta denominação por que no ano de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado nos dias 23 a 28 de setembro em São Paulo, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, hoje CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) foi marcado por uma atitude questionadora das assistentes sociais em relação às bases conservadoras do Serviço Social embora o objetivo do congresso naquele momento fosse discutir assuntos relacionados ao Serviço Social tradicional.

Ao situar este marco fundamental para o Serviço Social e lembrando também das lutas contra a violação de direitos da classe trabalhadora nos últimos 40 anos, compreendemos que o Serviço Social historicamente possui uma dimensão política, o que significa dizer que os sujeitos envolvidos na dinâmica da construção e legitimidade da profissão, do fazer profissional, seja de maneira consciente ou inconsciente, de maneira aberta ou não, expressam um vínculo com uma das classes, seja a classe trabalhadora ou a classe burguesa. Desta forma, o objetivo deste artigo é expor os principais desafios postos na realidade para a organização política dos trabalhadores, classe social a qual o Serviço Social se vincula e relação expressa no atual Projeto Ético Político da profissão.

## 2. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

O Congresso da Virada, marco fundamental para o Serviço Social, foi realizado em um contexto bastante adverso, pois sua realização se deu em meio às pressões e ao terror da ditadura militar. No entanto, conforme relata Netto (2009, p.29), a opressão do regime ditatorial da época não foi suficiente para que não houvesse a resistência de profissionais da categoria, na luta pela democracia no país:

Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979 uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal. Também em nosso corpo profissional contam-se exemplos de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim, grandeza humana em meio a perseguições, tortura, prisão e exílio. Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964 dezenas de assistentes sociais foram objeto de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram constrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes. E, no período entre o golpe e a edição do AI-



5, os impactos da luta anti-ditatorial refletiram-se entre assistentes sociais, especialmente entre jovens estudantes de Serviço Social, conduzindo-os à mobilizações contra o regime de abril. Enfim, no momento de auge do regime ditatorial não poucos profissionais, docentes e estudantes, foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal. Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa.

Este período marca um momento fundamental no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, especialmente pela luta em defesa da classe trabalhadora e contra toda e qualquer forma de opressão.

Nesse sentido, a construção do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social vinculado à classe trabalhadora é fruto também não apenas da luta das entidades representativas da categoria profissional (CFESS, CRESS, etc...), mas de uma ampla interlocução de assistentes sociais com outras profissões e movimentos sociais como destaca Ramos e Santos (2016, p. 216):

É histórico o envolvimento de várias gerações de assistentes sociais na elaboração e disseminação da cultura profissional e de inserção nos espaços políticos para além da profissão. A participação política constitui-se num legado grandioso do Serviço Social no Brasil. Aqui nos referimos diretamente, mas não exclusivamente, ao protagonismo das entidades representativas da categoria (conjunto CFESS-CRESS/ ABEPSS/ ENESSO) e a instituição de eventos, destinados à reflexão crítica sobre a formação e o trabalho profissional, que reúnem a base da categoria profissional. Torna-se relevante destacar que este protagonismo político, seja das entidades, seja de alguns assistentes sociais, não foi produzido de forma endógena à profissão. Destaca-se, nesse processo, a interlocução com diferentes sujeitos políticos (segmentos de outras profissões, movimentos sociais e partidos políticos), unificados por um ideário de esquerda.

No entanto, cabe ressaltar que, a construção de um projeto profissional se desenvolve no confronto de ideias, de embate de conceitos, visões de mundo por que os próprios indivíduos que fazem parte da categoria profissional, cada um tem a sua origem, suas preferências teóricas, intelectuais, etc... fazendo assim com que o corpo profissional seja algo plural nos termos de Netto (2007, p. 5):

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Afirma ainda Netto (2007) que esse pluralismo, o confronto de ideias não pode ser confundido com o ecletismo, mas deve haver um respeito pelas hegemonias legitimamente conquistadas.



Desta forma, compreendemos que um dos grandes desafios para afirmação do projeto ético político profissional encontra-se dentro da própria categoria na medida em que nem todos consentem com a direção dada no projeto. Neste aspecto é que consideramos importante a promoção de conferências, seminários, reuniões em geral com a categoria, bem como outros meios de difusão do projeto e de abertura de espaços para debate de ideias.

Ainda neste entendimento, supomos que ao lado do desafio de convencer, persuadir um número cada vez maior de indivíduos não apenas da categoria de profissionais de Serviço Social para adesão a este projeto vinculado à classe trabalhadora, temos que ter em vista que na sociedade como um todo há diversos projetos societários que estão em constante conflito e que, historicamente os projetos vinculados à classe trabalhadora enfrentam inúmeras condições desfavoráveis para sua consecução comparado aos projetos ligados à classe dominante.

Isto não quer dizer que não há condições de um projeto ligado à classe trabalhadora lograr êxito, se não cairíamos em um fatalismo (IAMAMOTO, 2007) que pouco nos seria benéfico. No entanto, temos que ter clareza, especialmente na atual conjuntura, de retrocessos de direitos sociais, de precarização das relações de trabalho e de insegurança quanto à vida, que os limites impostos pelo capital tornam as lutas para construção de uma nova sociedade mais desafiadoras.

Citamos assim a ideologia neoliberal, a qual para além de uma forma de gestão estatal, supõe uma cultura que desvaloriza o conhecimento crítico e que utiliza estratégias de consentimento das classes subalternas ao projeto da classe dominante, como refere Barroco (2009, p.14) ao dizer que a sociedade burguesa

tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional.

Neste sentido, a investida neoliberal principalmente em relação ao trabalho, em que a precariedade das relações trabalhistas, o desemprego, a quebra de direitos sociais e a diminuição do Estado no âmbito social tem sido uma característica marcante no Brasil a partir do processo de reestruturação produtiva, trouxe ainda como consequência a neutralização do “processo de luta autônoma e independente das classes trabalhadoras.” (ABRAMIDES, 2006, p.334).

Desta forma, como sintoma também deste processo de enfraquecimento das lutas dos trabalhadores, houve ainda um crescente esvaecimento das organizações sindicais que passam muito mais a lutar defensivamente ou até mesmo se adequar às diretrizes da ofensiva neoliberal do que se posicionar radicalmente pela via anticapitalista. Ressalta Abramides (2006, p. 335) que



A transmutação sindical no campo do novo sindicalismo acontece no momento de reestruturação do capital no país, cujas medidas de ampliação da superexploração da força de trabalho humana, a dilapidação do Estado pela desresponsabilização de suas funções públicas, e de ampliação do processo mercantil e privado sob hegemonia neoliberal internacional, recai sobre as massas trabalhadoras, que respondem por intermédio de suas direções, na agenda “da ordem” em nome da “conquista democrática”.

Desse modo, como também ressalta Alves (2006, p. 465) é no decorrer da década de 1990 que o sindicalismo brasileiro passou a enfrentar contundentemente inúmeros desafios em face da ofensiva neoliberal e dos processos de desestruturação no mundo do trabalho. Salienta o autor que

O desemprego e a terceirização fulminaram as bases sindicais. No plano ideológico-político, a principal central sindical do país, a CUT, perdeu seu cariz socialista e de confronto de classe, assumindo cada vez mais estratégias sindicais propositivas no interior da ordem do capital. Consideramos tal determinação político-ideológica um sintoma da crise do sindicalismo. Ou seja, o sindicalismo hegemônico perdeu seu vínculo com o horizonte de classe e deixou-se levar – sob a pressão das circunstâncias – pela fragmentação de classe.

Tendeu a disseminar-se, como expressão do sindicalismo brasileiro nos anos 1990, uma cultura sindical neocorporativista e de cariz propositivo. Constrangido pela constituição exacerbada de um novo e precário mundo do trabalho, o sindicalismo submeteu-se à lógica da empresa, perdendo a perspectiva de classe. Deixou-se de lado, sob pressão do capital, os movimentos sindicais de caráter geral e adotou-se o sindicalismo por empresa. Tal mudança da cultura sindical e da política de negociação pode ser vista, por exemplo, 1) na redução da abrangência e do conteúdo das convenções coletivas e 2) na descentralização das negociações coletivas. Ela contrasta com a práxis sindical de classe, de confronto, que tinha caracterizado os anos 1980. São elementos importantes que demonstram a crise da perspectiva de classe.

Consideramos assim que devido à constância dos altos índices de desemprego, fenômeno que tem atingindo praticamente todos os segmentos sociais (POCHMANN, 2006), ao lado das desregulamentações nas esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2006), o enfraquecimento da organização política dos trabalhadores continua sendo uma tendência em curso na atual conjuntura.

Sendo assim, um dos grandes desafios para a consolidação e fortalecimento de um projeto anticapitalista na sua essência é a força de organização da classe trabalhadora, pois somente por meio de um movimento prático dos trabalhadores, é que será possível “instaurar a sociedade sobre novos fundamentos” (MARX, 1977, p.106).

Neste entendimento, em tempos de “subproletarização intensificada” (ANTUNES, 2015), e, portanto, de expansão das formas mais precárias de trabalho e de instabilidade de emprego, de renda e de sobrevivência, a organização dos trabalhadores em classe é fortemente abalada pela concorrência entre os próprios trabalhadores, já apontava Marx (2003).



É fato que o capitalismo para continuar se reproduzindo, em seus períodos cíclicos de manifestação das suas crises e, portanto, na tentativa de imprimir elevadas taxas de lucro e de acumulação, busca estratégias de consentimento da classe trabalhadora e de desorganização desta.

Desta forma, o capitalismo também cria mecanismos de intensificação da exploração da classe trabalhadora através, por exemplo, dos processos de reestruturação produtiva, que no caso do Brasil foram levados à risca no governo FHC e se perpetuaram no governo Lula.

Vale recordar que os governos Lula e Dilma (os governos do partido da classe trabalhadora) exercitou uma política totalmente aberta à programática neoliberal, favorecendo o grande capital e ao mesmo tempo adotando medidas compensatórias da extrema pobreza que viviam parcelas dos trabalhadores. Sobre isto Antunes (2018, p. 229, grifo do autor) aponta que

[...] o governo procurou implementar uma política social mais abrangente, ainda que sempre assistencialista, buscando minimizar em alguma medida a brutal miséria brasileira. Mas é imperioso enfatizar que *nenhum dos pilares estruturantes desta miséria foi efetivamente enfrentado*. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula e foi aceita servilmente.

Portanto, seria ingênuo pensar que a simples mudança de governo levaria à efetivação de um projeto de classe, anticapitalista, já que compreendemos que se trata de algo estrutural, não apenas conjuntural.

A par dessas considerações, podemos compreender que a liberdade como valor central e as demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; direção social expressa no projeto ético-político do Serviço Social é um desafio tendo em vista que os movimentos sociais, não desconsiderando os poucos que mantêm uma luta radical e contrária ao sistema imperante, tem adquirido um perfil institucionalizado ao lado da adesão à ordem dominante.

O resultado de todas estas determinações afeta ainda consideravelmente a categoria profissional que da mesma forma que os demais trabalhadores como já foi elucidado aqui neste estudo sofrem todas as imposições da lógica destrutiva do capital inclusive no que se refere à participação política como apontam Ramos e Santos (2016, p. 220):

[...] os indivíduos e, em particular, alguns profissionais do Serviço Social perdem progressivamente potencial de enfrentamento dessas condições concretas. Tem se tornado comum a desistência da militância política, seja na organização política da categoria, seja em outras instâncias de participação; além de processos de adoecimento decorrentes das condições e relações de trabalho, bem como do próprio rumo mais estrutural que toma o capitalismo contemporâneo, devastando o trabalho e a natureza, com intensa banaliza-



ção da vida, em termos materiais e subjetivos. É um tempo histórico bastante adverso quanto ao reconhecimento e à valorização dos indivíduos em suas singularidades, diversidade humana, vontades políticas, profissionais e no terreno da efetivação dos direitos.

Posto isto, consideramos que o atual momento histórico para os trabalhadores e dentre eles, o assistente social, é intensamente desfavorável. No caso específico do Serviço Social podemos fazer uma retrospectiva no tempo e lembrar momentos históricos marcantes para conquistas e avanços na profissão, que reafirmam a história como processo permeado por contradições e que é nestas contradições que desafios são postos e lutas são deflagradas.

Além do Congresso da Virada como marco da Reconceituação do Serviço Social no Brasil, é importante destacar, aqui, o movimento de reconceituação do Serviço Social, no período de 1965 a 1975 na América Latina, mesmo período em que no Brasil a ditadura impunha seu poder. Este movimento foi fundamental para o Serviço Social brasileiro como destaca Iamamoto (2017, p. 25):

O período de vigência da reconceituação coincide com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-85), fazendo com que o nosso debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis. Ou, nos termos de Aquin (2005), uma “reconceituação conservadora”.

Mas o país dispunha, nesse período, de um polo de resistência a essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola. É considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964, qualificada por ele de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras e modernizantes do Serviço Social brasileiro.

Desta forma, as lutas que afloraram em defesa da liberdade, da democracia e contra a ditadura militar, além do contato com amplos movimentos sociais foram importantes condicionantes para o desenvolvimento do Serviço Social em bases críticas, o que também propiciou alterações nos campos do “ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais.” (IAMAMOTO, 2017, p. 26)

Dentre algumas das conquistas construídas ao longo desse processo de lutas podemos ainda citar:

- a) As atuais diretrizes curriculares do curso de Serviço Social propostas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- Abess, juntamente com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e Unidades de Ensino de Serviço Social no país, que apon-



tam três núcleos fundamentais constitutivos da Formação Profissional: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira . 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Tais núcleos baseados nos princípios e fundamentos do projeto ético político profissional visam fortalecer uma formação crítica, bem como propiciar a apreensão sobre a formação histórica brasileira, os processos sociais contemporâneos e as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo;

- b) O Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS;
- c) A Lei n. 2.317/2010, uma vitória histórica para o Serviço Social pois define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, fruto de anos de lutas em defesa dos direitos da categoria e em busca de melhores condições de trabalho;
- d) E a ampliação nos últimos anos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, conforme aponta relatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES (CAPES, 2013, p.3):

A implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem quatro décadas. Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-RJ e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda na década de 1970 verificou-se a expansão da pós-graduação para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e da UFPE, em 1979. Em 1981 foi criado, na PUC-SP, o primeiro curso de doutorado, constituindo-se o pioneiro na América Latina. Contudo, na década de 1980 não foram criados outros programas de pós-graduação na área. Portanto, na década de 1970, foram criados 06 programas.

A expansão da pós-graduação na Área foi retomada nos anos 1990, no mesmo ritmo da década de 1970, com a criação de 06 programas novos. Registrou-se maior impulso no período 2000-2009, com a criação de 15 novos programas e nos anos 2000 foram criados mais 5 novos programas.

Estes dados demonstram uma ampliação da qualificação de assistentes sociais, além do crescimento da pesquisa e produções científicas na área, elementos fundamentais para o fortalecimento da profissão para a busca de alternativas fundadas na realidade e para a efetivação do projeto ético-político profissional de Serviço Social.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no movimento da realidade que as possibilidades também vão se construindo e nos trazendo perspectivas em torno do projeto ético político profissional. Ao mesmo tempo, são perceptíveis os retrocessos principalmente no que se refere aos direitos sociais, a crescente precarização das condições de trabalho e o aumento do desemprego, gerando uma insegurança na vida dos trabalhadores e a sua plena organização em classe para si como já foi explicitado neste estudo.

Esse quadro afeta consideravelmente o trabalhador assistente social que ao enfrentar todos estes processos, percebem as crescentes dificuldades para a execução de serviços com qualidade, coerência e criticidade e que possibilitem a organização política dos trabalhadores para além de uma relação com estes como meros usuários de uma política social, por exemplo. Portanto, faz-se extremamente necessário buscar estratégias diárias norteadas pelo projeto ético político profissional do Serviço Social.

### Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Disponível em < <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t5.pdf> >. Acesso em 20 jan.2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr. 2017
- MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético -político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). **30 anos do "Congresso da Virada"**. Brasília, 2009.
- POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006
- RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.





# CAPÍTULO 2

## **POVOS QUILOMBOLAS E INSTITUIÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE: o caso do Centro de Cultura Negra (CNN) do Maranhão**

**Amanda Barros Mineiro<sup>1</sup>**

**Carla Natane Velez Silva<sup>2</sup>**

**Emmerson da Silva Costa<sup>3</sup>**

**Laís Amorim de Assunção<sup>4</sup>**

**Larissa de Albuquerque Alves<sup>5</sup>**

**Roberth Rubem Costa e Costa<sup>6</sup>**

**Rosário de Fátima Pereira Coelho<sup>7</sup>**

**Patrícia Sousa Colares<sup>8</sup>**

**Valéria Gonçalves<sup>9</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:amanda.barros.mineiro@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:carla.natane.velez.silva@alunoedufor.com.br

3 Graduando em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:emmerson.da.silva.costa@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:lais.amorim.de.assuncao@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:larissa.de.albuquerque.alves@alunoedufor.com.br

6 Graduando em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:roberth.rubem.costa.e.costa@alunoedufor.com.br

7 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:rosario.de.fatima.pereira.coelho@alunoedufor.com.br

8 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:patricia.sousa.colares@alunoedufor.com.br

9 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:valeria.goncalves@alunoedufor.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se deu a partir de estudos relacionados aos objetivos gerais e específicos ora mencionados, incluindo pesquisa de campo ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN). A perspectiva teórico-metodológica adotada no presente trabalho foi o materialismo histórico dialético; do ponto de vista da técnica de pesquisa utilizamos pesquisa em material bibliográfico como livros, legislações, artigos científicos e textos associados ao tema.

O Centro de Cultura Negra é formado como uma organização da sociedade civil, que não possui fins lucrativos, objetivando fundamentalmente o desenvolvimento de múltiplas ações com dimensões políticas e sociais em que visa assegurar os direitos e garantias fundamentais da população afro-brasileira.

A autora e docente Alessandra Alves de Carvalho Nogare (2016) afirma sobre a necessidade de se analisar a importância da população negra nos livros didáticos e nas instituições escolas, sob ponto modal de se valorizar a História e a Cultura Afro-Brasileiras, com o objetivo de construir um discurso da cultura sobre os quilombolas, privilegiando-os nessa essência.

Para tanto, o Governo instituiu a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e outras determinações.

Também fora explorado material bibliográfico do autor Joan Botelho em sua obra *Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão* trazendo rica pesquisa a respeito da configuração histórica sobre a escravidão negra no Maranhão Colonial, suas relações comerciais em que se aborda conjuntamente, o âmbito social, notemos:

No âmbito social, o início do século XIX assistiu ao crescimento da população escrava, impulsionada pela exportação de algodão. Afirmava-se também a classe social em torno da pecuária em expansão desde o final do século XVIII. Eram vaqueiros e fazendeiros que se estabeleceram, sobretudo em centro-sul do Maranhão, vivendo dos negócios propiciados pelo comércio da carne e do couro. Além dessas classes, existia uma aristocracia rural maranhense ou classe produtora e comerciantes portugueses privilegiados. (BOTELHO, 2007, p. 73).

Ultimando, portanto, essa parte, traremos posicionamento das autoras Marcella Brasil Furtado, Regina Lúcia Sucupira Pedroza e Cândida Beatriz Alves.

As autoras afirmam que as comunidades remanescentes de quilombos são co-



munidades que foram gradativamente sendo reconhecidas através de sua cultura e identidade própria, e mesmo diante de avanços e fatores positivos desses grupos, os mesmos ainda passam por diversos conflitos e desafios que nos remetem a uma trajetória passada relativa às lutas por suas terras.

Hodiernamente, esses grupos ainda sofrem com a falta de inúmeros direitos que lhe são inerentes, inclusive assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como a infraestrutura, assistência social, escolas, transporte público, saneamento básico, alimentação dentre outros direitos.

## 2. OS QUILOMBOS NO MARANHÃO

Como já mencionamos em momento oportuno, frise-se que os quilombos foram e são caracterizados como povos de grandes resistências históricas contra a escravidão. Os grandes fluxos de escravos habitualmente situavam-se em locais de difícil acesso, em zonas rurais e lugares considerados estratégicos como também regiões limítrofes. Saliente-se que, no estado do Maranhão, os grandes fluxos de povos quilombolas existentes deu-se entre os séculos XVIII e XIX.

O processo de surgimento dos quilombos no Maranhão, resultou da chegada densa de escravos vindos da África por volta do século XVIII, como resultado da existência de forças políticas mercantilistas pombalinas. Desde então, os quilombos passaram a dispuser de mão de obra escrava que chegava de Cacheu, Bissau e Angola que era desembarcada nas regiões de São Luís e Belém. Os escravos traficados para o Estado do Maranhão, eram manipulados e utilizados nas lavouras de açúcar, algodão e arroz (BOTELHO, 2007).

Ressalte-se que a população de escravos no respectivo Estado cresceu muito, pois de acordo com relatórios em 1.779, existiam cerca de 31.722 escravos e 18.573 mulatos. Para o historiador Conrad, "*cerca de 46 mil pessoas creditadas com ocupações num relatório da época, quase 40.000 eram cativos*" (CONRAD, 1985, 42).

À proporção que a população escrava crescia, que tinha como objetivo abastecer as necessidades da economia agroexportadora, as lutas da população negra que eram submetidos a condições de trabalhos escravos precários, crescia. À época, os escravos organizavam-se em comunidades quilombolas com os objetivos de lutar pela liberdade praticando as chamadas fugas.

Diante desses acontecimentos, no ano de 1.741, o rei de Portugal autorizou por meio de alvará, a aplicação de castigos aos povos quilombolas que tentassem fugir. O teor do alvará especificava que qualquer negro que fosse encontrado em quilombos, seria gravemente marcado por meio de ferro em brasa com a letra F.

Ressaltamos, pois, as práticas do Estado em castigar os negros que fossem



pegos em quilombos, conforme explicação de Regina Faria:

Para conter e evitar a ameaça representada pelos escravos que se insurgiam contra a ordem escravista, fugindo de seus senhores, era mantida uma estrutura paramilitar, formada por capitães-do-mato e seus auxiliares, controlados pelos juizes de paz e assistidos por soldados e carcereiros. Os senhores de escravos pagavam pelo serviço, mas toda infra-estrutura de pessoal era gerenciada pelo Estado. O governo procurava bater os quilombos contando com a participação de fazendeiros e moradores das áreas mais afetadas, que faziam subscrições voluntárias para pagar as tropas... (REGINA. In CABRAL (org.): 2004, p. 85).

Mesmo diante de castigos cruéis que o rei de Portugal autorizou à época que fosse aplicado aos escravos, estes não se intimidaram e continuaram com seus movimentos em busca de suas liberdades e a formação de quilombos. Um dos quilombos formados pelos escravos e que se estabeleceu no Maranhão, foi o quilombo denominado de Turiaçu.

Existiam muitas apreensões entre a população escrava e seus senhores, houve desde os tempos da colônia, muitos assassinatos, fugas de escravos, formação de quilombos dentre outras situações. A partir do século XIX que as lutas pelos escravos perante seus senhores, foram tomando forma e adquirindo um novo significado; as rebeliões entre escravos e senhores começam a obter dimensões diferentes em que objetivou a formação de grandes quilombos, que chegaram a ameaçar inclusive a ordem elaborada por seus senhores em busca de se alcançar o ideal da liberdade.

Muitas práticas de crueldade praticadas contra os escravos eram constantes nas propriedades; os capitães-do-mato utilizavam-se de instrumentos de perversão considerados sofisticados, quais sejam: "*anjinhas que deformavam as mãos e os dedos; o tronco onde o negro era acorrentado e açoitado, o vira-mundo, a canga, a palmatória, as correntes, as gargalhadas e o bacalhau*" (BOTELHO, 2007, p. 124).

Ainda, os capitães-do-mato eram pagos por cada escravo que captavam em quilombos; eles recebiam 20 mil réis por escravo que capturavam reunidos em quilombos; 10 mil réis por escravo que encontrasse vagando a esmo e 2 mil réis por escravo aprisionado até uma légua das cidades, vilas e povoados (SANTOS, 1983, 72).

Em consequência do século XIX, a população escrava continuava a crescer juntamente com as péssimas condições de trabalho escravo em que eram submetidos; houve um aumento enorme de formação de quilombos no Maranhão e com isso o poder público começou a combater de forma violenta os movimentos organizados pelos escravos.



## 2.1 Breve resgate histórico dos povos quilombolas

Não há o que se cogitar de que o racismo direcionado aos povos quilombolas, faz parte da formação histórica do Brasil antes e depois do período da escravidão. O território nacional pátrio é fortemente marcado pelas comunidades negras e indígenas, que até o presente momento são comunidades caracterizadas por muitas lutas e resistências perante à própria sociedade e o estado, lutas estas que se perfazem pela manutenção e remarcação de suas terras e outros direitos constitucionais violados, como exemplo, citamos o direito e princípio basilar da dignidade da pessoa humana previsto no art. 5º, III da Constituição.

O processo de territorialização das terras quilombolas constrói-se a partir de uma luta árdua, no reconhecimento de direitos fundamentais e de uma identidade cultural advinda da memória ancestral que envolve a comunidade negra do Brasil. Uma memória marcada por preconceitos, desafios, obstáculos, sofrimento, mas principalmente solidificada por um povo unido e lutador. Os povos quilombolas possuem grandes resistências e lutam arduamente pelo reconhecimento de suas identidades culturais.

Foi a partir do século XXI, que os referidos povos quilombolas objetivam a busca da garantia de seus direitos.

Antes de aprofundarmos esta temática histórica, faz-se necessário num primeiro momento trazer o conceito de quilombos, que conforme o Conselho Ultramarino de 1.740 quilombo "*é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles*". (MOURA,1993, p. 11).

A promulgação da Constituição da República de 1988, tornou-se um marco fundamental na história dos quilombos, fato marcado foi o direito às terras a essas comunidades previstas no art. 68 do ADCT. Não foram todas as comunidades quilombolas que alcançaram esse direito, segundo informações do site oficial da CONAQ, das mais de três mil comunidades existentes nas cinco regiões do país, pouco mais de cem alcançaram o título.

A reprodução social das relações sociais é um processo de consolidação dos movimentos quilombolas caracterizados como força social. O conceito de quilombo, portanto, reflete na essência de interpretação a despeito de novos olhares e conceitos relativos à etnia e identidade cultural histórica que permite informações sobre as mudanças políticas ocorridas na sociedade.

Os movimentos quilombolas representam as estratégias e concentração nas suas múltiplas facetas históricas que percorrem ao longo da história da República Federativa, em outras palavras, representam a luta pela existência moral, social, histórica, religiosa, física e política das comunidades quilombolas. tanto, podemos citar o Dec. 4.887, de 20-11-2003, que regulamentou o procedimento para identi-

ficação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O Dec. elenca quem são os remanescentes das comunidades quilombolas, vejamos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, *online*).

Frise-se, no entanto, que o estado obedeceu ao comando do legislador constituinte ao regulamentar o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) em que já era reconhecido pelo poder constituinte originário, a propriedade definitiva de terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, cabendo-lhe ao estado emitir os títulos respectivos a esses povos.

O Estado reconhece ao expedir o Decreto, que os povos quilombolas são fortemente marcados através de sua trajetória histórica própria, conforme foi mencionado no início deste tópico; trata-se de pessoas titulares de direitos e garantias fundamentais, incluindo suas áreas territoriais específicas, possuindo sua ancestralidade que foi oriunda de múltiplas opressões históricas.

A caracterização dos remanescentes dos povos quilombolas será auferida mediante autodefinição da própria comunidade. O Decreto ainda menciona que as terras ocupadas pela comunidade quilombola são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos, será de competência do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), notemos o teor do art. 3º do Dec. 4.887/03:

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2003).

Ato contínuo, menciona-se também o Dec. 6.040, de 7-2-2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O Dec. expedido pelo chefe do Poder Executivo no âmbito federal - Presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, inc. VI, alínea "a", da Constituição, especifica de forma clara a respeito dos povos e comunidades tradicionais, dos territórios tradicionais e do desenvolvimento sustentável, observemos:



Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:  
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

- Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais e demais regulamentações; e

- Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (BRASIL, 2007).<sup>21</sup>

Nesta toada, depois de observada essas considerações de extrema importância, convém destacar que as ações e atividades executadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais visando alcançar seus objetivos, deverá observar princípios gerais trazidos pelo referido Decreto, vejamos:

- a) o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade sócio-ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;
- b) a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;
- c) a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;
- d) o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;



- e) o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;
- f) a pluralidade sócio-ambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, seja em áreas rurais ou urbanas;
- g) a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;
- h) o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- i) a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;
- j) a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;
- k) a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- l) a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- m) a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e
- n) a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

Ademais, além dos princípios basilares elencados acima que deverão na sua essência serem observados e acima de tudo, respeitados, o Dec. ainda menciona os objetivos gerais e os objetivos específicos de que a PNPCT deverá efetivar, possuindo como objetivo geral e primordial a promoção de desenvolvimento no que tange ao *"reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições"* (Art. 2º do Dec. 6.040/07).

Pode-se afirmar que, o processo de formação histórica das populações quilom-





bolas são lembradas na sua essência histórica por terem tido grandes resistências em sua origem, que foi influenciado significativamente pelo enfrentamento à época do sistema de escravidão no Brasil.

Vale lembrar que a violência contra os quilombos se perdura nos dias contemporâneos e de acordo com especialistas que se debruçam no estudo desta temática, caso de violências tem aumentado nos últimos anos. O ano de 2.017 por exemplo, foi uma grande trajetória de enfrentamento no combate à violência e assassinatos contra os quilombos.

Diante do caso drástico por qual o Brasil passou no ano de 2.017, múltiplas organizações e grupos sociais se mobilizaram a fim de combater tamanha crueldade, nesse sentido, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), e a Terra de Direitos iniciaram um grande desafio de enfrentamento a essas violências em que se buscou a realização de denúncias com o objetivo de imputar a responsabilização às autoridades públicas e demais pessoas envolvidas na situação.

Importante destacar que a CONAQ se trata de uma organização sem fins lucrativos com âmbito em todo território nacional que simboliza grande parte da população quilombola no Brasil. São 23 estados da federação que representam os povos quilombolas na CONAQ, citamos os seguintes estados: Bahia, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina e Tocantins.

O objetivo da CONAQ é zelar e lutar pela efetivação de direitos e garantias constitucionais atinentes aos povos quilombolas; pela demarcação e valorização de suas terras; pela implementação de políticas públicas e valorização e respeito às questões históricas culturais; pelo uso de recursos naturais e pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando também as futuras gerações.

### **3. CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN/MA**

Importa mencionar que neste capítulo, incluirá a pesquisa de campo realizada pelos discentes do curso de Serviço Social da Faculdade Edufor - campus São Luís, no Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN/MA.

O Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN/MA, trata-se de uma ONG (Organização não governamental), que não possui fins lucrativos e são constituídas formalmente e autonomamente, visando ações/projetos solidários no campo das políticas públicas em prol de categorias ou grupos de pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade perante a sociedade e o estado.



O centro fica localizado à Rua dos Guaranis S/N - Barés - João Paulo, CEP 65.040-630 no município de São Luís, Maranhão.

O objetivo do Centro de Cultura Negra do Maranhão é o resgate e valorização da identidade e dos aspectos culturais históricos da população negra, além de combater o racismo e a intolerância contra essas pessoas, destinando-se a desenvolver múltiplas ações de natureza política, educacional, social e religiosa em prol da efetivação dos direitos e garantias fundamentais das comunidades negras, buscando a valorização e o bem-estar da cultura afro-brasileira.

Vejamos posicionamento dx Entrevistadx 1 em relação aos objetivos do CCN/MA:

Nós combatemos além do preconceito racial, a violência contra mulher e contra a homofobia. Nós combatemos além do preconceito racial, toda e qualquer espécie de preconceito, inclusive a intolerância religiosa. Apesar da nossa missão institucional, que é o combate ao racismo e valorização pela cultura e identidade dos negros, temos projetos para várias pessoas de cor branca, pardas e indígenas, mas, destacando que a maioria são afrodescendentes. Temos um setor jurídico que nos dá esse encaminhamento de trabalho à todas as famílias (Entrevistadx 1).

A referida ONG foi fundada em 19 de setembro de 1979 por grupos de negros e negras do Maranhão que estavam preocupados com a situação da população negra no estado maranhense. O local de fundação é a sede do CCN/MA e possui o e-mail eletrônico institucional de [ccnma@ccnma.org.br](mailto:ccnma@ccnma.org.br).

O Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN/MA, é formado por diversos profissionais, podemos citar, os assistentes sociais, pedagogos, advogados, psicólogos, antropólogos, dançarinos, coreógrafos, compositores e cantores.

O referido centro possui projetos que são de extrema relevância quando se fala em efetivação de direitos e garantias fundamentais da população negra; além de participar de conselhos e fóruns, o grupo reivindica os direitos da população negra através de projetos e atividades visando o fortalecimento de sua missão institucional e o reconhecimento e valorização da cultura histórica afro-brasileira. Dentre os projetos, podemos citar:

- a) Projeto Quilombo: Resistência Negra (PQRN);
- b) Projeto Vida de Negro (PVN);
- c) Projeto "O Sonho dos Êres";
- d) Grupo de dança afro Abanjá;
- e) Projeto Bloco Afro Akomabu;



## f) Tambores Quilombolas.

Passaremos a análise de alguns desses projetos para que entendamos a atuação do Centro de Cultura Negra do Maranhão nas comunidades quilombolas.

O projeto quilombo: resistência negra - PQRN, é atuante em comunidades negras rurais e têm como principal objetivo contribuir com o processo de formação e reconhecimento da identidade racial; ademais, o projeto busca o fortalecimento da autoconfiança de diversos adolescentes e jovens, de crianças, de mulheres e também busca o fortalecimento no estabelecimento de uma pedagogia plurirracial com profissionais de escolas que ficam localizadas nas comunidades quilombolas.

O projeto vida de negro, busca realizar o levantamento das "Terras de Preto", ou "Terras de Quilombos" do Maranhão juntamente com o CCN-MA em que visa realizar o registro sobre as formas de uso das terras, seus costumes, suas crenças culturais e religiosas. Destaque-se que, em havendo problemas em relação às terras, o projeto também realiza a intervenção jurídica visando a legalidade e titulação das terras.

O "Sonho dos Erês", se deu através da intervenção de jovens e adolescentes em buscar soluções de inserção no mercado de trabalho. O projeto atua com crianças e jovens do entorno da sede da entidade, em que se busca o desenvolvimento de atividades educativas e culturais, incluindo também as atividades artísticas, justamente no sentido de resgate e valoração das identidades culturais afro-brasileiras e que busca conjuntamente a conscientização das pessoas no combate ao racismo.

Em continuidade a análise dos projetos, o grupo de dança afro Abanjá destina-se ao fortalecimento de lutas do movimento negro pela valoração da cultura negra do estado maranhense, por meio da dança afro. O projeto nasceu no ano de 1.985 e desde então desenvolve seminários, debates, oficinas e múltiplas apresentações com aspectos artísticos buscando sempre levar às pessoas sobre a conscientização da verdadeira missão do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Dentre as atividades e projetos mencionados e que são de extrema importância na atuação do Centro de Cultura Negra perante as comunidades quilombolas, destaque-se ainda a criação da "Galeria Komabu" – espaço estimulante na confecção de produtos, também aqueles relacionados à religião de matriz africana, pelos projetos do CCN-MA e artistas negros maranhenses.

Foi ponderado ainda a importância dos projetos desenvolvidos pelo grupo e principalmente aqueles realizados com crianças e adolescentes:

Desenvolvemos muitos projetos aqui no centro e, dentre eles, projetos com crianças e adolescentes. Há projetos onde aceitamos crianças e adolescentes de qualquer religião, cor, raça, sexo ou etnia e o que quero destacar perante a minha fala é que, se observarem, por todo prédio, há símbolos que representam as religiões de matriz africana, contudo, ao conduzir os projetos envol-



vendo crianças e adolescentes, nós não o induzimos a manifestarem aceção às religiões de matriz africana. Todos os símbolos fazem parte em sua essência, numa questão de ancestralidade. Fazemos uma roda de conversa com as crianças e falamos da importância de todas as religiões e crenças e ao final, pedimos para proferirem suas opiniões sobre o que está sendo discutido. Aqui no centro de cultura negra, pregamos a ideia de que todas as religiões são importantes e devem ser respeitadas. É uma de nossas bandeiras, o combate à intolerância religiosa. (Entrevistadx 1)

Feito tais exposições, discorremos a respeito da configuração histórica do CCN/MA.

### **3.1 Configuração e histórico do Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN/MA**

O Centro de Cultura Negra do Maranhão, continua a luta por democracia e democracia racial, reconhecido como de Utilidade Pública pela Lei n. 4673/85 e pela Organização Político-Cultural do Negro fundado em 19 de setembro de 1979 por um grupo de pessoas negras que estavam engajadas e preocupadas com a situação de racismo e outras situações violadoras dos direitos da população negra maranhense e tem como sede, um edifício histórico situado entre os bairros de Barés e João Paulo, na capital maranhense - São Luís, desde o ano de 1.994.

A sua primeira Diretoria foi composta em 1980 e perdurou até o ano de 1982, sendo composta por Presidente, Vice-Presidência, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeira Tesoureira, Segundo Tesoureiro e Conselho Fiscal, respectivamente, notemos.

A respectiva entidade atua há 41 anos na efetivação de direitos e garantias constitucionais visando a organização política e cultural das comunidades quilombolas.

O prédio foi construído no século XIX para servir de depósito da pólvora do governo e dos particulares, sendo mais tarde transformado em mercado de escravos. No ano de 1985, o prédio foi recuperado e adaptado na administração do prefeito Mauro Fecury para funcionar uma escola pública:

Aqui é um prédio tombado pelo patrimônio histórico, é um prédio que tem uma história. Não temos parceria com o governo. Quando nos mudamos para esse prédio, o mesmo funcionava como uma escola primária, sem ventilação e sem estrutura adequada para as crianças estudarem; não havia nenhum ventilador nas salas para os alunos. (Entrevistadx 1).

O professor Luiz Alves Ferreira foi o primeiro presidente da entidade e explica como se deu a formação histórica e os principais caminhos trilhados pelo CCN- MA, através de entrevista realizada pela Rádio Tambor, localizada na capital maranhense.



Ferreira afirma que o movimento negro de 1.979, que a época, estava vigente a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento era paralelo com seus próprios recortes e motes específicos, pois um grupo de pessoas negras, militantes e que estavam preocupados com a situação da população negra, em estrita consonância com a luta de seus antepassados, se organizaram para então formar o Centro de Cultura Negra sem fins lucrativos em que a pauta principal seria a democracia racial.

Como consequência da fundação da entidade, os objetivos do CCN-MA se firmaram e tiveram um papel de extrema relevância na história das populações negras do nosso Estado. O professor esclarece os objetivos como: "ampliar nossa autoestima como negros; nossa ancestralidade, conhecer nossa história, para saber quem somos; valorizar as religiões de matriz africana; melhorar a educação da juventude; lutar pela titulação das terras quilombolas; e pela saúde".

Para tanto, com o fim do período ditatorial militar (1964-1985) e a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve o processo de titulação dos territórios quilombolas prevista no art. 68 do ADCT e sua regulamentação através do Dec. 4.887, de 20-11-2003, que tratou do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Para Luiz Ferreira, o extermínio da juventude negra no Brasil, é um dos exemplos da prática do racismo ainda enraizado na população brasileira, pois de acordo com pesquisas em relação a temática desenvolvida, as pessoas negras são consideradas maiores vítimas do crime de homicídio (art. 121 do Código Penal) no Brasil e no estado maranhense.

O problema está diretamente relacionado à falta de estrutura como a ausência de escolas, postos de saúdes, centros educativos, oportunidades de ingresso no mercado de trabalho nas comunidades quilombolas, além de problemas envolvendo questões agrárias.

O professor e ex-presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão, finaliza a entrevista, em que deixa a seguinte mensagem:

Continuar estudando a nossa história para entender o que é o racismo e continuar a luta pela democracia racial. O alerta é nunca abrir mão dos direitos adquiridos; e nunca calar perante as desigualdades. Quase 80% da população maranhense é negra, e qualquer política pública tem que considerar essa estatística. (Entrevistado).

Diante das explanações a respeito da entrevista realizada com o professor e ex-presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão pela agência tambor (rádio tambor) de São Luís, Maranhão, podemos afirmar que, o CCN/MA tornou-se fundamental desde a sua fundação no combate ao racismo e tantos outros problemas violadores de direitos fundamentais dos povos quilombolas, exercendo um dever



institucional por meio do incentivo às políticas públicas em prol do bem-estar e respeito à dignidade da pessoa humana, e, principalmente da população negra brasileira e maranhense.

Grande parte da população sabe que, o estado do Maranhão é o 3º estado com maior população negra de acordo com os dados e estatísticas, ficando atrás do estado da Bahia e do Rio de Janeiro. A pedagoga da instituição afirma que grande parte da população negra existente no estado maranhense, está concentrada nas áreas rurais e em comunidades.

Muito se discute a importância da comunicação através das mídias sociais, e um dos questionamentos na abordagem aos responsáveis do Centro de Cultura Negra, foi relacionada ao espaço de atuação do centro nas mídias sociais. E para responder esta pergunta:

Muitas pessoas não conhecem o Centro de Cultura do Maranhão atualmente, e isso se dá porque até ano passado não tínhamos espaço nas mídias sociais, justamente para levar nossa missão institucional a conhecimento de todos. Esse ano nós alcançamos mais uma vitória, e hoje contamos com uma acessória própria de comunicação em nosso centro. (Entrevistadx 2).

Para finalizar a entrevista no CCN/MA, questionamos sobre as ambições e perspectivas do grupo atualmente.

Há um propósito de trabalho muito grande aqui no centro. Aqui já vivenciei muitas coisas boas, mas também já tivemos retrocesso. Com a pandemia, fomos convocados para atuar em 6 (seis) demandas em comunidades diferentes, um dos desafios fora de que algumas comunidades no período de crise da calamidade pública, foram simplesmente isoladas, abandonadas pela prefeitura, pelo Poder Público. Nas comunidades que atuamos, há um número muito grande de idosos, de pessoas com a saúde debilitada, e outro problema que encontramos foi de que as próprias comunidades decidiram se isolar durante o período da crise, o que dificultou o acesso a essas comunidades. Ao final, conseguimos instruir algumas comunidades.

A perspectiva de todos nós aqui do centro é de que futuramente esse espaço se torne um museu, uma história... e que não precisemos mais lutar pela efetivação dos direitos das comunidades, principalmente da população negra quando tiverem seus direitos violados. A nossa maior perspectiva é de que haja respeito entre todas as pessoas, entre todos os grupos, entre todas as classes, crenças e religiões. Não queremos passar a vida denunciando pessoas por violação de direitos de outras pessoas. Ainda temos esperança de que o Brasil irá prosperar, e o assistente social irá fazer parte deste progresso, desta conquista, pois o seu verdadeiro objeto de estudo, é a questão social (Entrevistadx 2).

Perante as informações apontadas, sabemos que o profissional do Serviço Social, se torna bastante atuante no CCN-MA no que tange à garantia dos direitos constitucionais que são inerentes também à população negra nacional e maranhense.



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, foi possível explorar a relevância dos serviços prestados pela instituição, tendo em vista a debilidade de políticas públicas nas comunidades quilombolas, em especial, fazendo com que o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) tenha adquirido pioneirismo e protagonismo através de suas competências, estudos e técnicas profissionais, de como atuam os referidos profissionais nas comunidades quilombolas quando se deparam com violação dos direitos constitucionais da população negra maranhense.

Foi feito também uma análise teórica histórica dos povos quilombolas e do Centro de Cultura Negra maranhense em que nos permitiu conhecer que os povos quilombolas foram fortemente marcados através de uma luta árdua no que tange ao reconhecimento de sua identidade cultural e liberdade, que a época, viviam sob regime da escravidão em que submetiam-se ao trabalho forçado no território nacional, vindos comumente do continente africano.

O CCN/MA por sua vez, até que se qualificar como hoje, reconhecido como de Utilidade Pública pela Lei n. 4673/85 e pela Organização Político-Cultural do Negro fundado em 19 de setembro de 1979, possui toda uma perspectiva histórica que vale a pena conhecer e se aprofundar no estudo desta temática. Atualmente, o principal objetivo do grupo é a luta por democracia racial, valorização e reconhecimento da identidade cultural dos povos afrodescendentes.

Ainda de acordo com a pesquisa empírica realizada no CCN/MA, observou-se que um dos desafios enfrentados pelo grupo é o preconceito ainda existente na sociedade e a falta de conhecimento acerca da cultura, identidade, crenças e religiões da população negra, em específico aquelas oriundas de matriz africana.

É preciso que haja respeito entre as pessoas, entre os grupos, crenças e religiões. O Brasil ainda pode prosperar se cada um fizer sua parte, refletindo acerca de seus atos e pensamentos a despeito das diferenças existentes no meio social.

A atuação do Assistente Social torna-se bastante indispensável nessa construção de prosperidade, pois o seu verdadeiro objeto de estudo científico é a questão social.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm). Acesso em: 14 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**, Brasília, DF, 10 jan. de 2003.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Quilombolas**. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 27 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Dec. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 30 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Dec. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 30 set. 2020.

BEZERRA, Juliana. **Quilombos**. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/quilombos/>>, Acesso em: 15 set. 2020.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BULOS, Uadi Iammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

CCN/MA. **40 anos de militância política e cultural da população negra do Maranhão**. Cress-Ma, 2019. Disponível em: <[www.cressma.org.br/2019/10/03/ccnma-40-anos-de-militancia-politica-e-cultural-da-populacao-negra-do-maranhao/](http://www.cressma.org.br/2019/10/03/ccnma-40-anos-de-militancia-politica-e-cultural-da-populacao-negra-do-maranhao/)>, Acesso em: 15 set. 2020.

CFESS □ Conselho federal de serviço social, 2019. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1593>>. Acesso em 29 set. 2020.

FURTADO, M. B., SUCUPIRA, R. L., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 26 (1), 106-115.

INSTITUIÇÕES SOCIAIS. **Codança**, 2011. Disponível em: < <http://sistemas.funarte.gov.br/codanca/form7.php?cod2=76>>. Acesso em 04 out. 2020.

KURY, Giovana. 40 anos do centro de cultura negra do Maranhão: pela democracia racial. **Agência Tambor**. Disponível em: <<http://www.agenciatambor.net.br/noticias/40-anos-do-centro-de-cultura-negra-do-maranhao-pela-democracia-racial/>>. Acesso em: 04 outubro 2020.

NOGARE, Alessandra Alves. *O livro didático em uma comunidade de remanescentes quilombolas: um estudo de caso*. **Revista Memento – Linguagem, Cultura e Discurso**, v. 07, N. 1, janeiro-junho de 2016.

RACISMO e violência contra quilombos no Brasil / Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

RIBEIRO, Luciana. Brasil / África Centro de cultura negra do Maranhão: política e cultura negra. **Afreaka**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/centro-de-cultura-negra-maranhao-politica-e-cultura-negra/>. Acesso em 04 out. 2020.





# CAPÍTULO 3

## **O SERVIÇO SOCIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Contribuições, Desafios e Militância do assistente social no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA**

**Anne Caroline Reis Gouveia<sup>1</sup>**

**Carmen Luíza Silva Gomes<sup>2</sup>**

**Conceição de Maria Brandão Rocha<sup>3</sup>**

**Gleysiane Maria Gama<sup>4</sup>**

**Iêda Vitória Andrade Trindade<sup>5</sup>**

**João Carlos Silva de Sousa<sup>6</sup>**

**Jéssica Silva dos Santos<sup>7</sup>**

**Josiene Nogueira Abreu<sup>8</sup>**

**Milena da Silva Neves<sup>9</sup>**

**Valdeni da Silva Pereira<sup>10</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: anne.caroline.reis.gouveia@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: carmen.luiza.silva.gomes@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: conceicao.de.maria.brandao.rocha@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: gleysiane.maria.gama@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: ieda.vitoria.andrade.trindade@alunoedufor.com.br

6 Graduando em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: joao.carlos.silva.de.sousa@alunoedufor.com.br

7 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: jessica.silva.dos.santos@alunoedufor.com.br

8 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: josiene.nogueira.abreu@alunoedufor.com.br

9 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: milena.da.silva.neves@alunoedufor.com.br

10 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: valdeni.da.silva.pereira@alunoedufor.com.br

## Resumo

A presente pesquisa aborda a relevância das contribuições, desafios e militância do assistente social no âmbito de seu exercício profissional diante das comunidades quilombolas do estado do Maranhão, sobretudo, sob sua vasta contribuição no Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA, instituição essa que trabalha com objetificações que provoquem o fortalecimento cultural, o reconhecimento social, a inclusão social, a autoaceitação dos integrantes dessas comunidades, através de uma vinculação com os órgãos que dispõem de projetos e das políticas públicas que mediam a garantia de direitos dessa população negra. Assim, a partir de uma construção histórica dos dados relevantes ao processo de inserção da categoria profissional na questão étnico-racial, bem como no espaço sócio-ocupacional das comunidades quilombolas, o estudo absorve um referencial teórico-metodológico pautado na teoria social crítica, buscando efetivar uma reflexão concreta acerca da atuação do assistente social nesse espaço. Além disso, com a pesquisa de cunho qualitativo, buscou-se articular as particularidades empíricas do processo de coleta de dados, absorvendo e sistematizando análises no que concerne as especificidades institucionais do assistente social no seu campo de trabalho e intervenção.

**Palavras-chave:** Comunidades Quilombolas; Serviço Social; Contribuições; Desafios; CCN/MA.

## Abstract

This research addresses the relevance of the contributions, challenges and militancy of the professional social worker in the scope of his exercise before the quilombola communities in the state of Maranhão, especially under his vast contribution in the Black Culture Center of Maranhão - CCN/MA, an institution that works factors that cause cultural strengthening, social recognition, social inclusion, self-acceptance of the members of these communities, through a link with the organs that have projects and public policies that mediate the guarantee of rights of this black population. Thus, based on a historical construction of data relevant to the process of insertion of the professional category in the ethno-racial issue, as well as in the social-occupational space of the quilombola communities, the study uses a theoretical and methodological reference based on critical social theory, seeking to effect a concrete reflection about the role of the social worker in this space. Moreover, with the qualitative research, we sought to articulate the empirical particularities of the data collection process, absorbing and systematizing analysis regarding the institutional specificities of social workers in their field of work and intervention.

**KeyWords:** Quilombola Communities; Social Work; Contributions; Challenges; CCN/MA.



## 1. INTRODUÇÃO

Precipuamente, anterior a uma análise mais profunda acerca dos quilombos, cabe-nos apresentar, como parte primordial da compreensão, que a manifestação típica de insubordinação negra foi o que se convencionou chamar de Quilombo, sendo esta uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões. Inúmeros negros foragidos organizavam-se em localidades distantes o suficiente para resistir ao sistema escravagista imposto e constituíam os quilombos. Essa era a alternativa viável diante do quadro de escravidão: refugiar-se em local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver. (FURTADO, 1980).

Após séculos de luta, é com a Constituição Federal de 1988 que a população quilombola torna-se reconhecida oficialmente pelo Estado Brasileiro, por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT), despertando um apanhado de questões jurídicas, econômicas, culturais, espaciais e sociais.

Dessa forma, conhecer a historicidade, o dinamismo configurativo, a atualidade e toda a dimensão de formação das comunidades quilombolas é recorrer, acima de tudo, a construção identitária do Brasil nas suas mais trágicas facetas de desenvolvimento no modo das relações sociais.

A partir da estruturação de elementos constitutivos de uma análise cautelosa acerca da dimensão teórica e empírica, delimitamos a compreender, em um ângulo de análise dotado de compromisso científico, ético e crítico, a relevância do contexto de pesquisa em mais um espaço sócio-ocupacional amplo para os/as profissionais de Serviço Social.

Assim, com um caráter diversificado de apreensão da realidade como uma fundamental capacidade de intervenção, a dinâmica dessas considerações iniciais, direcionam-se a elencar, de uma forma sucinta, a configuração introdutória desta exploração bibliográfica, documental e perceptual acerca das contribuições desafios e militância do assistente social no CCN/MA, a qual integra as organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos, buscando contribuir na promoção dos direitos da população negra do estado.

Por isso, torna-se precípuo analisar o exercício do assistente social, a partir das suas especificidades institucionais. É essencial que se leve em consideração ainda, os aspectos da práxis profissional nos moldes de sua capacidade interventiva e nos espaços de sociabilidade, tendo em vista que as comunidades quilombolas representam a presença explícita das expressões da "questão social" e, conseqüentemente, se faz um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social.



A presente pesquisa se justifica, primordialmente, na necessidade de fundamentações teórico/empíricas de discussões cada vez mais amplas do trabalho do assistente social no âmbito da garantia de direitos e no processo de viabilização de políticas sociais para uma minoria social que, historicamente, se mantém vulnerabilizada pelo poder dominante do Estado e, conseqüentemente, pela ausência de acesso à equidade social. Em síntese, o trabalho é resultado de uma pesquisa científica rigorosa, envolvendo múltiplos discentes sob coordenação, vinculada à grade curricular de Serviço Social da instituição de ensino superior Faculdade Edufor, unidade São Luís/Maranhão.

Quanto à metodologia, buscou-se direcionar o estudo para a pesquisa qualitativa, ofertando espaço para a profundidade das vivências profissionais e dos significados apreendidos na esfera das relações institucionais, além de possibilitar uma concepção ampla de análise do profissional de Serviço Social no CCN. Para tanto, foram utilizados a coleta de dados bibliográficos, tais como: artigos, livros, anais, documentos disponibilizados pela CCN, os quais nortearam o estudo apresentado.

Ademais, na pesquisa de campo realizou-se uma entrevista semiestruturada por meio de um roteiro com o assistente social da CCN, com objetivo de compreender os objetos de análise propostos, dando ênfase nas dimensões de contribuições, desafios e militância do profissional.

## **2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SERVIÇO SOCIAL**

Recorrer a toda historicidade presente na temática, é resgatar as particularidades históricas, sociais, políticas e culturais que emergem na sociedade contemporânea. Assim, reflete compreendermos os mecanismos que estabelecem uma relação entre as comunidades quilombolas no bojo da atuação do profissional de Serviço Social.

Nesse sentido, o esboço acerca da conceitualização de comunidades quilombolas atrelados à mediação do Serviço Social, prontifica-se a, como objeto de trabalho, intervir acerca das expressões latentes da “questão social” no espaço.

Salienta-se ainda, de acordo com Guerra (2007, p. 252) que para o Serviço Social, cujo lócus de atuação reside histórica e majoritariamente no campo das políticas sociais, é imprescindível que se faça uma análise crítica sobre os fundamentos da “questão social”, levando em conta as particularidades que suas expressões assumem em diversos contextos.

Por se tratar de uma população que, factualmente, emerge em meio ao processo escravagista do povo negro e, portanto, inserido na dialética das classes, as comunidades quilombolas representam resistência legítima frente à luta territorial. Ao compreender a minuciosidade dos fatos acerca da configuração sócio-histórica



dessas comunidades no Brasil, que ainda detalharemos, é possível captar que a desigualdade racial é um dos fatores mais perceptíveis da exclusão social, econômica e cultural dessa população.

Destarte, o trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra. Mais especificamente nos quilombos, sua intervenção incide na luta pelo reconhecimento imediato das terras quilombolas, no acesso ao trabalho e no combate ao racismo institucional em todos os níveis (CFESS, 2019).

O/a assistente social, em exercício junto aos quilombos, precisa estar de acordo com o código de ética da profissão e preparado/a para a escuta qualitativa. Nos estudos socioeconômicos, tem que ser considerada a realidade quilombola, a partir da fala das lideranças. Esta não é tarefa fácil, porém necessária para fazer justiça ao povo quilombola, por meio de uma profissão fundamental no acesso e garantia de direitos (CFESS, 2019).

Portanto, no âmbito da questão quilombola, surge a suma importância da atuação do profissional de Serviço Social no que tange às problemáticas existentes no contexto, o qual com sua capacidade interventiva e propositiva, auxilia no processo de uma conjuntura diversificada, ampliada dos direitos humanos, da equidade social e da justiça social.

## **2.1 A emergência dos quilombos no Brasil: perspectiva histórico-social**

Precipuamente, sabe-se que para se chegar de fato à formação dos quilombos no país, é necessário que se faça um delineamento das condições materiais concretas que deram o aporte para a emergência dos mesmos. Ou seja, perscrutar referências fundamentais do contexto social, econômico e político do Brasil Colonial.

A escravidão negra foi introduzida no Brasil no início do processo de colonização como instrumento impulsionador da economia colonial. A princípio, a escravidão restringiu-se ao nordeste açucareiro (Bahia e Pernambuco) e alguns poucos pontos da colonização, como o Rio de Janeiro. Posteriormente, a exploração das minas exigiu mão-de-obra escrava em larga escala. A escalada da escravidão continuou pelo século XIX, se localizando, sobretudo na zona cafeeira. (BOTELHO, 2007, p. 67)

Pensar o escravagismo a partir da definição do papel do negro na sociedade é especificar todo o processo de exploração e subordinação desse povo. A utilização de quaisquer ferramentas e máquinas, na sociedade escravagista, foi potencialmente restrita, ou seja, todo o processo produtivo colonial era realizado, exclusivamente, pelo escravo negro. Tem-se, portanto, o negro como elemento principal de toda atividade econômica brasileira da época.

Ao fazer um resgate, Stedile (2005a) observa que, devido à forte opressão do



sistema escravagista no Brasil, houve uma escassez de organização política dos negros. Conseqüentemente, as fugas se tornaram a principal estratégia dos escravos para se libertarem.

Do ponto de vista social, o grau de espoliação dos trabalhadores durante a escravidão era tão brutal que não permitiu que os oprimidos, os trabalhadores, conseguissem se organizar social e politicamente. [...] sua única forma de lutar era fugir da escravidão, o que provocou o surgimento dos quilombos. (STEDILE, 2005a, p. 13)

Dessa forma, segundo Moura (2001, p.108), “o quilombo, portanto, como categoria sociológica é uma estrutura organizada que configura, na sua totalidade, a negação do universo da sociedade escravagista, os seus valores e representações”.

Moura (2001) ainda menciona que, se compreendermos o quilombo apenas num ato reducionista de “fuga” estaríamos ignorando a totalidade dos fatos, ou seja, toda uma proposta de projeto político organizacional por parte dos quilombos e seu caráter de agente social de uma coletividade.

É nesse processo político de rebeldia que a quilombagem rompe bruscamente com o sistema escravista, à medida que o escravo – mercadoria – torna-se quilombola e passa ser aquele que se opõe, aquele que aterroriza e fragiliza o sistema, ou seja, deixa de ser a coisa e se torna o outro sujeito social. (NÉSPOLI, 2013, p.26)

Mencionamos o termo quilombagem que, relacionado à contextualização, ao passo que representa a resistência radical ao escravismo, foi um processo de desgaste permanente do sistema. Ou seja, se articula socialmente como arma permanente de negação do sistema.

[...] este aspecto de negação dialética ao sistema escravista-latifundiário é que dá a quilombagem um conteúdo revolucionário. É nesta dialética de totalidade, de negação, que iremos encontrar o seu papel e a conseqüente interpretação sociológica correta a partir do momento em que ele é visto como um agente de negação emergente ao latifúndio escravista. (MOURA, 2001, s/p)

De acordo com Freitas (1982, p.15), dentre outros quilombos estreitamente reconhecidos e que marcaram a resistência em solo brasileiro, pode-se citar: o de Palmares, como já supracitado, localizado entre Alagoas e Pernambuco, e que se manteve durante quase todo século XVII, o da Carlota, chamado tradicionalmente de Piolho, em Mato Grosso, bem como os de Rio Vermelho, de Itapicuru, do Mocambo, do Orobó e do Urubu, na Bahia, respectivamente: 1632, 1636, 1646, 1796 e 1826; do rio da Mortes, em Minas Gerais (1751); de Malunguinho, em Recife (1836); de Manuel Congo, em Pati do Alferes, Estado do Rio e do Cumbe, no Maranhão (1839).



### 3. CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO

Buscar compreender a emergência, o histórico do movimento negro no Maranhão, é senão recorrer às raízes da resistência tutelada pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão. Isso porque, desde o início, a organização buscou lutar por representatividade da população negra no estado.

O Centro de Cultura Negra do Maranhão, trata-se de uma organização não governamental (ONG), que não possui fins lucrativos e suas atividades são constituídas por meio de ações e projetos que visam intervir no campo das políticas públicas para a população negra em vulnerabilidade perante a sociedade.

O CCN/MA tem como principal missão a conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnica-cultural e autoestima do povo negro, viabilizando ações que contribuam com a promoção de sua organização em busca da cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causadas pelo racismo e promovendo dos direitos da população negra do Maranhão. Seus principais objetivos são:

- I. Denunciar e combater as formas de racismo, discriminação e preconceitos praticados contra a população negra ou afrodescendente;
- II. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a história sócio-política cultural do negro no Brasil e particularmente no Maranhão;
- III. Assessorar e incentivar a população negra rural e urbana na conquista dos seus direitos contribuindo para sua emancipação socioeconômica, política e cultural.

Atualmente tem sua sede concentrada desde 1994 entre os bairros Barés e João Paulo em São Luís, capital do estado do Maranhão, onde funcionou um depósito de pólvora em meados do século XVII e posteriormente um mercado de escravizados no século XVIII.

#### 3.1 Gênese, percurso histórico e atualidade

Partindo do desígnio que o CCN é uma organização enraizada por diversas temáticas que abrangem o Movimento Negro no Maranhão, o qual possui sujeitos políticos que contribuem na luta do povo negro, é de suma relevância compreendermos o contexto de cunho histórico, sua gênese e as diversas configurações na atualidade.

Nesse sentido, a partir da história relatada por Maria Raimundo Araújo, ou



como prefere ser chamada “Mundinha Araújo”, professora primária, jornalista e uma grande ativista dos direitos da população negra do Maranhão, pode-se compreender que o CCN foi instituído na intenção de um grupo de estudos sobre o negro, os quais enfrentavam, em termos políticos, a necessidade do debate étnico-racial e para além disso, a preocupação com a questão racial numa cidade em que 90%, na época, era negra.

Dessa forma, em 1979 foi criado oficialmente o CCN, com a aprovação e publicação do estatuto no Diário Oficial, passando, então, a entidade a ter personalidade jurídica.

Em junho de 1980, o movimento começou a interagir com as comunidades negras rurais quilombolas, também chamadas de “Terras de Negro”, como afirma arquivo documental do CCN:

Estas populações negras que vivem no meio rural e se autodeterminam como comunidades rurais, “terras de pretos”, quilombos, mocambos, povoados de negros e outras designações: são um segmento da população negra brasileira marcada pela resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa dos direitos sagrados: Terra, Liberdade, Cidadania e Igualdade. (CCN, 2003, p. 28)

As comunidades que podemos destacar que se enquadram como “pioneiras nesta interação” foram: Cajueiro (Alcântara, Bom Jesus (Lima Campos), Sacro das Almas (Brejo) e Jacareí em Icatu.

Desde 04 de outubro de 1985 o CCN é conferido como instituição de utilidade pública estadual e, no âmbito municipal, desde 07 de janeiro de 1997.

Em síntese, observa-se que na atualidade o CCN possui uma significativa importância e contribuição cultural, social, política e econômica para a população negra e, mais especificamente, na garantia de direitos das comunidades quilombolas.

### **3.2 Contribuições, desafios e militância do assistente social na organização**

No que concerne às contribuições, desafios e militância do profissional de Serviço Social, atentarmos-nos as próprias configurações sócio-históricas da práxis profissional do assistente social na sociedade capitalista-neoliberal e suas condições de intervenção diante das relações sociais de produção.

Dessa forma, amparado de suas contribuições profissionais, o assistente social no CCN desenvolve seu processo de trabalho diário baseando-se no Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, atrelado mais especificamente à Lei de Re-





gulamentação Profissional e ao Código de Ética Profissional de 1993.

O PEP é uma construção coletiva da categoria profissional, juntamente com instituições, entidades profissionais e estudantis, como por exemplo, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, tendo como chão histórico, o movimento de reconceituação, que ganha mais ênfase e se fortalece no processo de redemocratização brasileira, que possibilitou as condições democráticas para o rompimento com o conservadorismo imperante no Serviço Social e fundamentava suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. (COSTA, 2014, p. 375)

Assim, esta compreensão possibilita ampliar sua capacidade interventiva, tendo em vista a amplitude das normativas complementares e o aperfeiçoamento dos instrumentos já consolidados.

Amparado por essas diretrizes, o assistente social atua no CCN nas diversas refrações da questão social. O profissional presta esse atendimento de forma individual na organização, tendo autonomia para monitorar sua oficina, mas, ao final de todos os atendimentos os profissionais e estagiários de Serviço Social na organização se reúnem e analisam as demandas a partir do seu tripé instrumental de atuação, o qual possa contemplar um arcabouço teórico-metodológico, um posicionamento ético-político e a uma dimensão técnico-operativa.

Além disso, o assistente social desenvolve importantes projetos no âmbito das comunidades quilombolas, principalmente alguns realizados com crianças e adolescentes, tutelados juridicamente pôr o que se preconiza no ECA.

Nas comunidades quilombolas, o assistente social do CCN compreende sua atuação também na questão da regularização dos territórios quilombolas. O profissional entende a importância desse processo no âmbito jurídico e para além disso, na questão da cidadania desses povos. Ou seja, a garantia da cidadania é também uma questão de certificação e normatização das terras da população e, com isso, fazer com quem tenham os direitos constitucionais assegurados.

Quanto aos desafios profissionais, o assistente social relata que há várias mazelas o qual ele se depara cotidianamente no âmbito social. A falta de acesso à políticas públicas e sociais essenciais ao desenvolvimento da equidade, a falta de compreensão e entendimento da população a respeito das competências e do nível de complexidade da atuação de um profissional de Serviço Social, pois muitas das vezes seu trabalho é confundido com assistencialismo ou práticas caritativas de auxílio à alimentação a curto prazo, dentre outras. Além disso, ressalta-se a relativa autonomia do assistente social.

No que se refere à militância do profissional de Serviço Social no CCN, é sabido que a profissão, historicamente, possui um viés político socialmente determinado. Nesse sentido, busca-se evidenciar a relação intrínseca das práticas políticas atreladas ao exercício profissional do assistente social dentro da organização.

Ao estabelecer a dimensão pedagógica da prática do assistente social, os profissionais ressaltam a função educativa e organizativa do Serviço Social, conforme apreendido na universidade. Esta dimensão indica ainda, o papel político do assistente social prescrito pela formação acadêmica, incorporado à profissão, que visa à garantia de uma intervenção consciente no cotidiano das classes subalternizadas, promotora de cidadania, de forma a afirmar uma direção política ou a politização da ação profissional. (MATOS, 2010, p. 125)

Assim, o papel político assumido pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais, favorece uma relação de engajamento do profissional na agenda de reivindicações sociais, como a exemplo do assistente social do CCN, o qual milita na organização há mais de décadas.

Portanto, verifica-se a importância da relação entre prática política, mais especificamente a militância no bojo do exercício profissional do assistente social. Os quais não são aspectos distintos, dialogam e experienciam entre si. No CCN, o profissional de Serviço Social protagoniza sua militância de forma articulada com o movimento negro, dos direitos humanos e da construção de um reconhecimento identitário coletivo para a população negra do estado do Maranhão.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo a partir de materiais coletados bibliográficos, compo todo um referencial teórico/bibliográfico, além da coleta de dados através de uma entrevista com um profissional de Serviço Social, oportunizou um entendimento acerca de uma teorização do Serviço Social e sua inserção na questão étnico-racial, mais especificamente na questão quilombola, em destaque à atuação do profissional no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA.

Buscou-se evidenciar em toda a extensão da pesquisa, os elementos sócio-históricos, ídeo-políticos e a importância do debate no âmbito de intervenção do/a profissional de Serviço Social na questão quilombola. Assim, referenciando a atuação do assistente social de acordo com as suas especificidades institucionais, a compreensão central emergiu dos eixos de intervenção do profissional na questão étnico-racial e sua imprescindibilidade no campo ágil de expressões de seu objeto de trabalho, a questão social.

Dessa forma, conclui-se que, o exercício do profissional de Serviço Social no CCN, que avoluma as suas funções nesse setor para além de um profissional, mas como um militante da organização, interliga sua condição de exercício profissional para com sua instrumentalização política, seu caráter teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, viabilizando um direcionamento de sua prática à aplicabilidade do Projeto Ético-Político Profissional, tendo em vista à absorção crítica dos processos sociais em um panorama de generalidade.



Logo, não se buscou e/ou pretendeu esgotar os elementos de análise, tendo em vista a complexidade da temática, as particularidades profissionais do assistente social no CCN e as contribuições científicas diversas.

## Referências

- BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, pp.48-82. 2007.
- CCN, Centro de Cultura Negra. **Ata de Constituição do Centro de Cultura Negra do Maranhão**. Biblioteca Maria Firmina. Primeira diretoria. 1980.
- COSTA, R. G. da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do projeto ético-político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), 13(2), 366 - 378. 2014.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Garantia de acesso a direitos das comunidades quilombolas também é assunto para assistente social**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1593>.
- FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do serviço social**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, maio 2007, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2007.
- MATOS, Cândida Margarida. **O Serviço social e engajamento: a prática política dos assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.
- MOURA, Clovis. **Os quilombolas na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.
- NÉSPOLI, Daniella de Souza Santos. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. 112 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013.
- STEDILE, J. P. **História da questão agrária no Brasil**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.



# CAPÍTULO 4

## **QUILOMBO CONCEIÇÃO: suas lutas cotidianas**

**Carla de Carvalho<sup>1</sup>**

**Daiane Rodrigues Ferreira<sup>2</sup>**

**Jackeline Moura Sousa<sup>3</sup>**

**Karolayne Susan Cordeiro Corrêa<sup>4</sup>**

**Luciana Araújo Gomes Ferreira<sup>5</sup>**

**Raiane Keile da Silva de Oliveira<sup>6</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: carla.de.carvalho@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: daiane.rodrigues.ferreira@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: jackeline.moura.de.sousa@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: karolayne.susan.cordeiro.correa@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: lucianaaraujolr38@gmail.com

6 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: raiane.keile.da.silva.de.oliveira@alunoedufor.com.br

## Resumo

**E**ste artigo tem como objetivo analisar a cultura quilombola e suas particularidades, ressaltando as desigualdades sociais advindas do desenvolvimento capitalista e a importância do negro na sociedade, frisando de forma crítica e objetiva a história dos quilombolas, em especial a comunidade Quilombola Conceição, localizada na Cidade de Bequimão-MA.

**Palavras-Chaves:** Quilombolas, Escravos, Desigualdade

## Abstract

**T**his article aims to analyze quilombola culture and its particularities, highlighting the social inequalities arising from capitalist development and the importance of blacks in society, emphasizing in a critical and objective way the history of quilombolas, especially the Quilombola Conceição community, located in the city of Bequimão-MA.

**Keywords:** Quilombolas, Slaves, Inequality



## 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que povos de quilombos, ou populações quilombolas contemporâneas, são comunidades remanescentes dos antigos quilombos, formados ainda no período escravista. Sua auto definição se liga à descendência dos primeiros agrupamentos formados pelas populações negras escravizadas que, como forma de resistência à escravidão, formaram inúmeras comunidades em áreas rurais e urbanas, espalhadas por todo território nacional, ligando-se, portanto, à noção de identidade étnica. Esses agrupamentos se caracterizam fundamentalmente por serem grupos de resistência, locais para onde iam escravos fugidos e recém-libertos, ambos sem lugar na sociedade; além disso, também foram incorporados aos quilombos outros grupos sociais com baixo poder aquisitivo, perseguidos e excluídos.

Vale salientar que, existem algumas comunidades quilombolas que resistem à urbanização e com isso matem o seu modo de vida simples e em constante contato com a natureza, e dessa forma em condições de vulnerabilidade devido à falta de recursos naturais e a difícil integração a vida urbana. Existem grandes dificuldades de acesso à saúde e a educação, com isso a uma tentativa governamental de demarcar as terras quilombolas para que elas não sejam tomadas por fazendeiros, madeireiros e assim para que haja garantia de sobrevivência das populações que vivem nelas.

Direitos das comunidades quilombolas também é assunto para o serviço social. Atualmente as demandas das populações quilombolas ao assistente social são inúmeras, com isso a necessidade de avançar nas políticas voltadas para a implantação de educação que considere e respeite a história, e com isso fortaleça a luta de cada comunidade quilombola; a garantia de acessibilidade para os territórios; o mapeamento junto às comunidades dos potenciais geradores de trabalho e renda, visando à melhoria da qualidade de vida dessas populações; a valorização das culturas locais e da identidade quilombola, além, da necessidade de avanço no processo de reconhecimento, e identificação e regularização das áreas de quilombos (CFESS, 2020).

O presente artigo tem como o objetivo geral analisar a cultura quilombola e suas particularidades. Compreender de forma ampla que a segregação sócio espacial é fruto das desigualdades advindas do desenvolvimento capitalista. O estudo ressalta que essa desigualdade carrega traços históricos e sociais no que diz respeito à presença do negro. Visa destacar que o negro é uma particularidade desta sociedade de classes.

Destacar a importância do negro na sociedade, suas lutas, resistências, seus anseios e afins, e contar de forma objetiva e crítica a história das comunidades quilombolas, em especial a comunidade Quilombola Conceição, localizada na Cidade de Bequimão-MA.



Com isso, a metodologia usada no presente trabalho caracteriza-se por bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referenciais teóricas já analisadas, e publicidades por meios de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.

## 2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

De acordo com Almeida (2004), a colonização no Brasil ocorre sob a égide da expansão capitalista. Os africanos são reconhecidos como coisas, como mercadoria, no qual o tráfico negreiro alimenta e é alimentado pelo trabalho escravo. A cultura do negro é negada, sendo eliminada sua língua, religião, cultura e seu estilo de vida social (MOURA, 2001). Sobre a justificativa desse tipo de exploração existir em tal momento histórico, fala-se que o negro já era escravizado no continente africano entre suas comunidades, velando a imagem de que o negro já era resignado a sua sorte.

No entanto, esse tipo de prática presente na sociedade africana estava relacionado à sujeição hierárquica dos povos, tendo nenhuma ligação com o escravismo visto como negócio, como era o que ocorria na época do Brasil colônia. Nesse âmbito, entendendo o quilombo não de uma forma reducionista, como apenas o ato de fugir, mas sim como uma organização política, social de sujeitos de direitos, a quilombagem se constitui como uma articulação de negação ao sistema, constituindo-se como uma postura política que se nega as relações de trabalho explorado imposto pelo os senhores de engenho.

É a partir desse momento de resistência do escravizado, que a quilombagem rompe com o sistema escravista, deixando de ser apenas uma negação aos aspectos políticos e militares, porém, mais do que isso, passa a criar uma economia com espaços livres, criando uma total negação.

Nesse contexto, o escravizado-mercadoria passa a ser quilombola, se opondo e resistindo, deixando de ser coisa e se tornando sujeito social de direito (MOURA, 2001). Moura (2001) afirma que os quilombos eram formados por aqueles que estavam a margem de toda a sociedade escravista, índios, negros, brancos pobres e perseguidos.

A condição da população negra da época da escravidão era de subalternidade, pois além de serem condicionadas aos serviços no habitat natural, havia também a imposição da violência de ordem sexual, praticadas pelos senhores de engenho. Por isso, falar da mulher quilombola, da sua saúde, seus direitos e do papel social não se restringe apenas as lutas das mulheres negras em geral, mas também do seu empoderamento que perpassa as referências históricas, na medida em que



sua trajetória é marcada por luta e enfrentamento dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade.

### **3. TERRITÓRIO QUILOMBOLA COMO DIREITO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**

A construção do território quilombola e as comunidades tradicionais são construções de um saber voltado para práticas emancipatórias, principalmente realizada pela pedagogia do território, que trabalha metodologias voltadas aos territórios tradicionais que passam por conflitos ambientais ligados à chegada de projetos “desenvolvimentistas”.

A necessidade de unificação das questões culturais sobre um território busca homogeneizar as relações sociais, ou seja, invisibilizar determinados grupos principalmente com o avanço das questões fundiárias ou os embates político-sociais, buscando a deslegitimação, como afirma Haesbaert (2004, p.1): [...] mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade.

Assim, a desterritorialização segundo (Haesbaert, 1994,2001, 2004) seria incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. No caso das comunidades quilombolas, percebe-se um intenso processo de territorialização, visto a relação que esses povos possuem com a natureza e entre si, levando consigo uma carga de tradições adquiridas pelos seus ancestrais.

#### **3.1 Uma visão concreta acerca das comunidades quilombolas**

A ocupação do território brasileiro pela colonização, escravidão de indígenas e negros africanos, gerou um processo de coisificação da natureza e da cultura dos povos tradicionais. Para Silva e Nascimento (2012, essa ocupação mudou drasticamente a paisagem natural frente ao “desenvolvimento” que se instalava, ao passo em que muitos sujeitos buscavam refúgio em áreas afastadas para sobreviverem em liberdade.

Nessa visão, os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza, conforme suas cosmologias, buscavam quando possível esse distanciamento. A eles juntaram-se mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização. Dessa forma, pode-se afirmar que a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também diversas formas de





resistência à escravização (SILVA e NASCIMENTO, 2012, p.23).

Deve-se também entender o porquê da existência de povos tradicionais, e quais suas características. Segundo o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007: Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2007, s/p.).

Os negros escravizados, tratados como mercadorias mesmo após a abolição da escravidão, passaram a ser marginalizados, principalmente com a política de superioridade branca imposta pelo Estado, com objetivo de embranquecer a população brasileira trazendo imigrantes europeus. Daí se percebe que desde o início da constituição da diversidade populacional brasileira, o negro sempre foi visto como inferior. Antes e depois da abolição da escravidão brasileira os negros sempre passaram por processos de resistência em vários pontos do território brasileiro, e até hoje buscam por sua afirmação territorial.

Diante dos questionamentos sobre o que é um remanescente quilombola surge a construção de vários estereótipos sobre a população dos quilombos, como sendo composta por pessoas exclusivamente negras e totalmente isoladas da vida em sociedade, com traços totalmente africanizados. Como afirma Silva e Nascimento (2012, p.26) "a sociedade quer encontrar traços fidedignos de tradição africana nas comunidades do presente para legitimar sua origem, como se os costumes, tradições e modos de vida ficassem congelados no tempo sem a necessidade de reconstruções ao longo da história".

#### **4. QUILOMBO CONCEIÇÃO: SUAS LUTAS COTIDIANAS**

Há 53.62 km da capital São Luís está localizado o município de Bequimão, banhado pelo Rio Itapetininga, encontra-se entre o litoral e abaixada maranhense. Cidade onde no passado foi aldeia das tribos Tapúia e Tupinambá, hoje é uma cidade cercada pela natureza e cheia de histórias para contar. A cidade foi emancipada em 1935 e depois de passar por diversos nomes recebeu o nome que carrega hoje.

Aborda-se neste item o estudo analítico sobre o Quilombo Conceição, especificamente as suas lutas cotidianas, apresentando aspectos relevantes e trilhando um caminho simplificado com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre o assunto.

O Quilombo Conceição fica localizado na zona rural cerca de 7 km de Bequimão, uma comunidade que ao longo dos anos os seus descendentes lutam para preservar a memória de antepassados e repassar os menos valores para as futuras



gerações. Conceição guarda marcas de um tempo distante. O poço de pedra, o lago escavado pelas escravas e a árvore com mais 100 anos são testemunhas das lutas e conquistas dessa gente.

O Quilombo Conceição foi certificado no ano de 2011 pela Fundação Cultural Palmares, desde então passou a ser reconhecida como comunidade quilombola. Vale salientar que, para uma comunidade ser considerada e reconhecida como quilombo é necessário que se tenha 95% de assinaturas dos que vivem na comunidade que se alto declaram como povo quilombola, é imprescindível também que, a comunidade tenha um histórico de lutas, resistências, objetos antigos que remetem aos escravos do passado.

Logo, o Quilombo Conceição atendendo todos esses pré-requisitos foi certificado como uma comunidade quilombola.

O universo desse estudo foi composto pelos moradores da referida comunidade. A amostra se referiu a duas pessoas que moram, o líder da comunidade Sr. Francisco Carlos Macedo Souza e o Secretário Maciel Coelho Neto do local. A escolha de um dos líderes ou coordenador do quilombo teve como intuito compreender o processo de trabalho, vivência e acesso outras políticas de atendimento aos usuários.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebemos na pesquisa que a herança de inferioridade e superioridade étnico-racial, subterfugar com a existência de uma “Democracia Racial”, tem contribuído para a defesa da prerrogativa de que a reivindicação dos direitos dos grupos negros e quilombolas, com base nos seus processos de identificação, revela uma tentativa de conquistar privilégios por meio de uma autodeclaração, que as elites de alguns partidos políticos e membros da bancada ruralista julgam ser duvidosa. A bancada ruralista desde sua criação, em 1995, a Frente do Parlamento Agrícola (FPA) tem sido uma vertente da organização mais ampla das chamadas “cadeiras ruralistas”, consolidando-se como a mais poderosa organização do Congresso brasileiro.

A realização de visita e entrevistas com os dois moradores do quilombo da referida comunidade foi a maneira encontrada para compreendermos a intervenção cotidiana nesse espaço no cenário contemporâneo. Na oportunidade, buscamos conhecer também a estrutura física e a dinâmica de funcionamento do ambiente. Ademais, nos debruçaremos, neste último tópico, sobre os resultados obtidos nas entrevistas, destacando o olhar dos entrevistados.

O primeiro entrevistado foi M. C. N, casado, possui religião indefinida: “prefiro ter minha fé individual” (sic.) e Morador desde que nasceu no quilombo. Tem



ensino médio completo. Segundo Leite (2000, p. 334) “os negros, diferentemente dos índios – considerados como ‘da terra’ –, enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais”.

Atualmente participa das atividades da comunidade quilombola, sendo ativo no meio de movimentos sociais, onde participa de seminários, encontros e palestras, representando o espaço no qual atua. Segundo o entrevistado:

*"Minha última participação foi no seminário de Gênero e história, há um ano atrás. A gente vai participar agora do seminário Gênero e desafios éticos raciais, que é uma das nossas atuações e vitórias vivenciadas no quilombo, a pandemia dificultou muito as nossas saídas (ENTREVISTADO 1)".*

Ressalta ainda que os moradores recebem estímulo para participar e representar a instituição em eventos e capacitações.

Ressalta-se a importância da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mas perguntamos sobre as ações afirmativas sobre as políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada:

*"Com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo. À medida que as desigualdades vão diminuindo, torna-se desnecessária o desenvolvimento de ações afirmativas (ENTREVISTADO 1).*

Durante a entrevista perguntou-se ao entrevistado sobre as estratégias e discursos mais recentes de negação dos direitos dos quilombolas, no qual respondeu:

*Sempre vem o questionamento sobre a constitucionalidade do referido decreto alegando que, dentre outros critérios, somente deveriam ter direito às terras ocupadas as comunidades com processo de formação anterior ou até 1888, ano da abolição oficial da escravidão no Brasil. Ao longo do texto, discutimos os desdobramentos dessas e outras ações visando o enfraquecimento das mobilizações das comunidades quilombolas no Brasil enfocando o cenário do estado do Maranhão. As discussões apresentadas e as que estão por vir, são desdobramentos da minha trajetória de quase 10 anos desenvolvendo pesquisas a respeito do universo que envolve as relações de poder e os conflitos entre as comunidades quilombolas e outros agentes no espaço (ENTREVISTADO 1).*

Em relatos apontados pelo entrevistado, no qual foi o líder da comunidade, que declara-se negro, casado, de família ancestral quilombola e escrava, deseja não revelar sua religião e é morador desde que nasceu no quilombo. Relatou ter ensino médio completo e possui curso técnico em elétrica.



Alguns moradores evidenciaram que a identificação da característica étnico social havia sido, inicialmente, apontada por pessoas de fora das comunidades, configurando aquilo que denominamos, com base em alguns autores, de identidade imposta e/ou invisibilizadas e que denota dois processos: de um lado, o pouco conhecimento a respeito das influências dessa identificação; de outro, as estratégias de silenciar os indícios étnicos de sua formação, em virtude das visões depreciativas que se reforçam nas diversas formas de racismo no Brasil, como aponta Moura (1994, p. 01) "Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação".

Acerca da origem do espaço histórico, o entrevistado 2 relata que a história do quilombo está ligada à própria história do movimento social negro e também das políticas negras do Brasil:

*"Nos anos 2000, os movimentos começaram a ser mais presencialmente, pautar a questão das Políticas Públicas, intercalar o Estado por respostas institucionais sobre a violência entre o povo quilombola. Nos anos 2000, temos um marco muito importante que é o lançamento, em 2004, do programa Brasil Sem Racismo, que foi o primeiro programa nacional de que se teve notícias na América Latina, de ações a nível federal de políticas direcionadas à população quilombola e que ultrapassassem a esfera da saúde de combate ao HIV/AIDS, que, desde os anos de 1980, tinha um canto mais fértil de relação entre os movimentos sociais e as entidades negras, com as políticas governamentais que tinham se dado muito no campo das respostas às epidemias da AIDS. Em 2000, junto à expansão do Brasil sem Racismo, ampliou-se o repertório e pautas sobre Políticas Públicas para a população quilombola, que entraram a: segurança pública, cultura, assistência social e educação. (ENTREVISTADO 1).*

No que concerne às dificuldades que o quilombo vem enfrentando, de acordo com o S. Francisco Macedo, são muitas; o mesmo as subdivide em dificuldades internas e externas. Referente às internas, cita a dificuldade de acesso aos recursos de orçamento familiar básico para operar o lar. Em suas palavras:

*"Existe um levantamento feito pelo Estado, com base no portal da transparência, de que há algum tempo não existe execução orçamentária da política para população quilombola. De fato, não existe [...]. Aquilo que acessamos em termos de recurso são de ordem estrutural, então nós temos: pouco acesso aos serviços essenciais, como: CRAS; Posto de Saúde; benefícios sociais, e pontualmente, questão da própria subsistência, material uso de trabalho artesanal, com muita dificuldade. Acessa essas questões básicas pelo fundo geral. Então, a gente não tem execução o apoio do estado acesso ao direito dessas ações" (ENTREVISTADO 1).*

Ele explanou ainda acerca da estrutura física do espaço onde moram e do quilombo, visto o fato de o espaço estar situado dentro de uma "aldeia". Acerca das condições de estrutura do das casas relata senhor Francisco:



*"Muito precárias, muito precárias...Precisamos urgente de uma resposta do poder público. Muitas casas ainda são de madeiras, e poucas são as pessoas que estão trabalhando para viver bem. Pensamos que a sociedade acha que a gente não tem o que fazer da vida, e não pode trabalhar, mas sim a gente trabalhar, mas somos excluídos de todos os direitos, principalmente quando chegamos em um equipamento e as pessoas ficam nos olhando" (ENTREVISTADO 1).*

Contudo, fala que é importante o assistente social se apropriar desses debates para compreender e saber como acolher esse público, visto que as ações são direcionadas para eles. Ele aponta que:

*Viver em uma comunidade quilombola, não é definida apenas como uma forma de não trabalhar, não ter uma identidade definida. É preciso reconhecer os desejos, os sabores e as liberdades de vivenciar suas verdades históricas, tentando quebrar essa questão de tradição entre os meios culturais, mas muitas das vezes passamos por preconceitos. Os Ditos Preconceitos e Negritude caminham juntos, pois, é preciso compreender a historicidade do negro a partir da história, a partir da perspectiva do poder (ENTREVISTADO 1).*

Na forma como eles foram conquistados, foram tão frágeis, que uma mudança política como essa é capaz de deixar as pessoas com receio de que esse pouco que foi conquistado seja novamente retirado tenha um retrocesso em termos de garantia de direito.

*[...] Quanto mais Racismo e preconceito existe no discurso do governo federal reforça e legitima a situação de preconceito e discriminação, mais as pessoas se sentem à vontade para manifestar esse tipo de violência e isso reverbera na multiplicação das denúncias e dos contextos das pessoas que vemos aqui (ENTREVISTADO 1).*

Ressalta também a importância do papel do Estado acerca das violações de direito do público do quilombo, que muitas vezes é omissa diante da banalização da vida dessa população:

Após explanarmos sobre a intervenção do Serviço Social a importância nas lutas por justiça social aos movimentos sociais, ressaltamos a importância da presença do profissional de Serviço Social nos quilombos. O Sr. Francisco externa ser de suma importância, pois é a partir do olhar desse profissional que alcançam uma visão ampla das pessoas que procuram o quilombo, ressalva:

*"Não é por acaso que é esse profissional quem realiza o primeiro atendimento ao usuário: É extremamente importante. Não é à toa que todas as pessoas que passam por aqui, passam primeiro pelo Serviço Social. Todas. Mesmo que ela traga discursivamente o desejo específico, por exemplo, de uma orientação jurídica ou psicológica. Ela sempre irá passar pelo Serviço Social primeiro, não só para garantir que esta pessoa faz o perfil do centro, não é só um processo de triagem simples. Mas, é, sobretudo, um processo de acolhimento qualificado" (ENTREVISTADO 1).*



A partir dessa fala, percebemos o quanto é importante a intervenção do assistente social nesse espaço, posto que a partir de seu olhar, proporcionado por uma formação crítica e uma prática reflexiva, a equipe consegue pensar a melhor forma de atender as demandas apresentadas ao equipamento, bem como elaborar propostas de intervenção em outros equipamentos, visando minimizar as formas de violência sofridas pela população Quilombola em outros espaços do cotidiano.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no presente trabalho, é possível fazer algumas ponderações e assertivas a respeito do processo de territorialização e da mobilização quilombola no Quilombo Conceição. No contexto atual, eles representam uma classe trabalhadora explorada sob outras formas no sistema capitalista, que redefiniu seu papel na sociedade, mas mantendo-os numa posição marginalizada, portanto, acentuando as desigualdades.

Na pesquisa em campo, dialogando com os quilombolas e lideranças comunitárias, bem como compartilhando experiências cotidianas durante as permanências na comunidade, compreendemos as ações organizativas dos grupos aliados a movimentos sociais na busca por seus direitos territoriais frente aos conflitos com conjunturas políticas e agentes locais, que representam forças verticalizadas no território dificultando a efetivação desses direitos.

Também se faz notório o total descaso do Estado para com a população quilombola durante todo século XX, visto que nenhuma política pública foi direcionada para a mesma e nem sequer houve qualquer menção sobre os quilombolas em algum documento oficial do estado durante todo esse período.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 9-32, maio, 2004.

ALMEIDA, Amanda Barreta. **Entre o ser e o estar, existir e resistir. Identidade, luta e modernização em comunidades de quilombos. O caso do Valo do Ribeira-SP**. 2004. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, pp.7-38, 1997. Disponível em: . Acesso em: 14 de Jun. 2016

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Unicamp, EDUFBA, 2008. p. 315-360

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº2.436 de 21 de setembro de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2007.



CARVALHO, Roberta Monique A.; LIMA, Gustavo Ferreira da C. Comunidades quilombolas, territorialidades e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 39, p.329-346, out. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004b. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaertdosmucc81ltiplos-territo81rios-acc80-multi-territorialidade.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, [S.l.], v. 9, n. 17, 2007.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, [S.l.], v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abr. 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 09 out 2020.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade: Brasil – 2010. 2010.

LEITE, Ilka B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Portugal, v. 4, n. 2, pp. 333-354, 2004.

LITTLE, Paul Elliot. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, Brasília, n. 322, p. 251-290, 2002.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. 378p.

NASCIMENTO, João Luiz Joventino do; LIMA, Ivan Costa. **Nas Trilhas da Memória e da História**: Cumbe um museu a céu aberto. Fortaleza: Ficção e Poder, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Simone Silva. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 14, n. 19, p. 73-89, jul/dez. 2011.

SILVA, Simone Rezende da. NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Caderno CEDEM**, [S.l.], v. 3, n. 1, p.23-37, 20



# CAPÍTULO 5

## **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM INDÍGENAS: uma análise a partir do DSEI-MA**

**Brenda Mendes Rocha<sup>1</sup>**

**Caroline Lopes de Moura<sup>2</sup>**

**Elcinalva Martins Oliveira<sup>3</sup>**

**Jeanne de Nazaré da Luz Delgado<sup>4</sup>**

**Josilda dos Santos Rodrigues<sup>5</sup>**

**Marta Diniz da Cruz<sup>6</sup>**

**Nayane Valéria Costa Pinheiro<sup>7</sup>**

**Neusilene de Jesus Marreiros Cordeiro<sup>8</sup>**

**Silvia Alessandra dos Santos Nascimento<sup>9</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [brenda.mendes.rocha@alunoedufor.com.br](mailto:brenda.mendes.rocha@alunoedufor.com.br)

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [caroline.lopes.de.moura@alunoedufor.com.br](mailto:caroline.lopes.de.moura@alunoedufor.com.br)

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [elcinalva.martins.oliveira@alunoedufor.com.br](mailto:elcinalva.martins.oliveira@alunoedufor.com.br)

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [jeanne.de.nazare.da.luz.delgado@alunoedufor.com.br](mailto:jeanne.de.nazare.da.luz.delgado@alunoedufor.com.br)

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [josilda.dos.santos.rodrigues@alunoedufor.com.br](mailto:josilda.dos.santos.rodrigues@alunoedufor.com.br)

6 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [marta.diniz.da.cruz@alunoedufor.com.br](mailto:marta.diniz.da.cruz@alunoedufor.com.br)

7 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [nayane.valeria.costa.pinheiro@alunoedufor.com.br](mailto:nayane.valeria.costa.pinheiro@alunoedufor.com.br)

8 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [neusilene.de.jesus.marreiros.cordeiro@alunoedufor.com.br](mailto:neusilene.de.jesus.marreiros.cordeiro@alunoedufor.com.br)

9 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: [silvia.alessandra.dos.santos.nascimento@alunoedufor.com.br](mailto:silvia.alessandra.dos.santos.nascimento@alunoedufor.com.br)



## Resumo

O profissional de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. O surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como, sua institucionalização, está inserido nas décadas de 1930 e 1940, e não deve ser entendido como um acontecimento isolado ou natural, pelo contrário, deve ser considerado o resultado de dois processos que, relacionados, geraram as condições sócio históricas necessárias para que a profissão iniciasse seu percurso histórico no cenário brasileiro. A humanidade desde os seus primórdios tenta se organizar em sociedade, demarcada por limites, fronteiras e territórios, acarretando ao longo da história diversas disputas por estas terras. Este trabalho tem como objetivo geral entender o trabalho do Assistente Social com o povo indígena, sob a análise do DSEI-MA. No que diz respeito à metodologia, o trabalho foi iniciado com um levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa e análise de entrevista, referente ao trabalho do Assistente Social com o indígena, sua abrangência

**Palavras-chave:** Assistente Social. DSEI. Saúde do indígena.

## Abstract

The Social Service profession promotes social change, the resolution of problems in human relationships and the reinforcement of people's emancipation to promote well-being. The emergence of Social Work in Brazil, as well as its institutionalization, is inserted in the 1930s and 1940s, and it should not be understood as an isolated or natural event, on the contrary, it must be considered the result of two processes that, related, generated the socio-historical conditions necessary for the profession to begin its historical journey in the Brazilian scenario. Humanity since its beginnings tries to organize itself in society, demarcated by limits, borders and territories, causing, throughout history, several disputes over these lands. This work has as general objective to understand the work of the Social Worker with the indigenous people, under the analysis of the DSEI-MA. With regard to methodology, the work began with a bibliographic survey, with a qualitative approach and interview analysis, referring to the work of the Social Worker with the indigenous, and its scope.

**Keywords:** Social Worker. DSEI. Indigenous Health.



## 1. INTRODUÇÃO

A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ademais, na área da saúde deve levar em conta os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de saúde e doença. Nesse aspecto, compete ao Serviço Social procurar desenvolver ações estratégicas para superar os entraves e reforçar o acesso do indivíduo social aos direitos à saúde. (SANTOS, 2016)

Outro ponto fundamental, é que trabalhando em equipe com outros profissionais, deve observar e interpretar a realidade, as condições de saúde dos usuários e saber encaminhar de forma distinta para as devidas ações, pois é esse fato que o diferencia de outros profissionais da área de saúde. (SANTOS, 2016)

Com efeito, analisam as condições de vida da população, orientando-a a ter mais informações, acessar seus direitos e serviços, para que eles consigam atender às suas necessidades sociais, elaborando laudos, pareceres e estudos sociais, realizando avaliações, analisando documentos e estudos técnicos através da coleta de dados e pesquisas. E com todos esses requisitos, acredita-se que o assistente social pode contribuir significativamente na vida do povo indígena. (SANTOS, 2016)

No que tange, as pesquisas sobre os efeitos de desigualdades sociais em saúde, tendem, em sua maioria, a privilegiar a análise da composição socioeconômica como um dos elementos centrais de seus modelos explicativos, ou seja, não há uma produção sistemática acerca do peso da dimensão étnico-racial na expressão diferenciada dos agravos à saúde. (COIMBRA, 2010)

Ademais, com base nas informações demográficas e epidemiológicas disponíveis atualmente no Brasil, não é possível traçar um panorama minimamente confiável acerca das condições de saúde das populações indígenas e, muito menos, conduzir discussões produtivas quanto às interfaces entre saúde e desigualdades sociais. Não obstante, ainda que estejam ausentes os elementos quantitativos que nos permitam substanciar tais questões, restam poucas dúvidas que as condições de saúde dos povos indígenas são precárias, colocando-as em uma posição de desvantagem em relação a outros segmentos da sociedade nacional. (COIMBRA, 2010)

Nesse sentido, a política de saúde para os povos indígenas é uma das questões mais delicadas e problemáticas da política indigenista oficial, que sensíveis às enfermidades trazidas por não indígenas e, muitas vezes, habitando regiões remotas e de difícil acesso, as populações indígenas são vítimas de doenças como malária, tuberculose, infecções respiratórias, hepatite, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. (TERRAS INDIGENAS.ORG, 2021)



E nesse processo tem-se o DSEI (O Distrito Sanitário Especial Indígena) que é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado que contempla um conjunto de atividades técnicas que se fundamentam em medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde. Além disso, promove a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias por meio de atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com base no Controle Social. No Brasil, há 34 DSEI, divididos estrategicamente por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas, não obedecendo assim aos limites dos estados. Sua estrutura de atendimento conta com unidades básicas de saúde indígenas, polos base e as Casas de Apoio a Saúde Indígena (CASAI). (SAÚDE INDÍGENA, 2020)

Surge então a problemática: Como o indígena, enquanto ser humano que é, pode garantir seus direitos, tendo como base a dignidade da pessoa humana.

O presente trabalho tem como objetivo geral entender o trabalho do Assistente Social com o povo indígena, sob a análise do DSEI-MA. E como objetivo específico entender o trabalho do Assistente Social, compreender seu papel na defesa da sociedade, mas especificamente dos indígenas, fazendo uma análise a partir do DSEI no Maranhão.

No que diz respeito à metodologia, o trabalho foi iniciado com um levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa e análise de entrevista, referente ao trabalho do Assistente Social com o indígena e sua abrangência. Utilizou-se portanto de site, blogs, dissertações, monografias, artigos, livros e outros. Este trabalho justifica-se, pois sabe-se que os indígenas vivem à margem e em uma luta constante para obter e manter seus direitos. E no que tange à saúde e a uma vivência digna todos nós merecemos um mínimo para uma vida digna e é nesse aspecto que entra o Assistente Social para intervir de forma positiva na vida dos indígenas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Assistente Social**

O surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como, sua institucionalização, está inserido nas décadas de 1930 e 1940, e não deve ser entendido como um acontecimento isolado ou natural, pelo contrário, deve ser considerado o resultado de dois processos que, relacionados, geraram as condições sócio históricas necessárias para que a profissão iniciasse seu percurso histórico no cenário brasileiro. O profissional de Serviço Social, principalmente a partir de 1993, se articulando a um contexto mais democrático e uma teoria embasada nos ideais marxistas, passa a intervir frente à luta pela garantia dos direitos e ao enfrentamento da questão so-



cial, expandindo-se a várias áreas institucionais. (BARBOSA, 2015).

A sociedade brasileira passa por várias transformações sociais, econômicas e políticas desde seu início e, principalmente, com a implantação do sistema capitalista, que foi se moldando e fortalecendo cada vez mais a medida que os séculos iam passando, tendo a desigualdade social configurada como uma das expressões da questão social presente na divisão de classes e nos serviços prestados à população (BARBOSA, 2015).

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014).

Os assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da questão social, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a matéria sobre a qual incide o trabalho profissional, ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades (IAMAMOTO, 2014).

Temos em mente que o assistente social é um mediador que pode intervir para a população no que concerne ao direito do bem viver de forma digna.

Para tanto, para atuar, no que se refere, as atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras (PINHEIRO, 2010).

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1996, demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação das determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais (PINHEIRO, 2010).

O projeto ético-político da profissão, construído nos últimos trinta anos, pauta-se na perspectiva da totalidade social e tem na questão social a base de sua fundamentação.



## 2.2 A Comunidade Indígena no Maranhão

A humanidade desde os seus primórdios tenta se organizar em sociedade, demarcada por limites, fronteiras e territórios, acarretando ao longo da história diversas disputas por estas terras. Antes da chegada dos portugueses, no Brasil já existiam as populações indígenas, com suas línguas, culturas e temporalidades e territorialidades que possuíam um elo muito grande com a natureza em que viviam, uma relação que foi desrespeitada pelos colonizadores, dando início desde aquele momento a um dos problemas vividos por estes povos que persistem até a atualidade. A denominação "índio" foi o primeiro nome dado aos habitantes nativos do continente americano. Os portugueses ao chegarem na América pensaram se tratar das Índias, fazendo assim os habitantes desse novo território recebessem o nome de "índio", e mesmo após saberem que não estavam nas Índias, e sim em um continente desconhecido, continuaram chamando os nativos de "índios", o que demonstra uma denominação genérica que expõe a visão dos europeus sobre os nativos, ignorando as diferenças das nações, já que o único intuito era ter um domínio político, econômico e religioso (SALES, 2017).

Os povos indígenas apresentam configurações particulares de costumes, crenças e língua, de formas de inserção com o meio ambiente, de história de interação com os colonizadores e de relação com o Estado nacional brasileiro. Desse modo, inserem-se de distintas maneiras na sociedade nacional envolvente. O reconhecimento étnico se pauta na conjugação de critérios definidos pela consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e pelo reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo (CUNHA, 2012).

O Maranhão é um dos estados com o maior número de terras indígenas tanto historicamente quanto atualmente. No Século XVII há registros de que a população chegou a 250 mil índios de 30 etnias diferentes. Muitos destes grupos foram "extintos" seja por extermínio ou por assimilação. No último Censo de 2010, o estado tinha 38.831 índios, dos quais 76% vivia em terras indígenas. De acordo com um estudo da Funai, atualmente existem sete etnias vivendo no Maranhão: Ka'apor, Guajá, Tenetehara, Timbira, Kanela, Krikati e Gamela. Vale ressaltar que esse grupo de indígenas está espalhado por 31 dos municípios maranhenses representando quase 15% do total de cidades do Estado.

A Constituição Federal de 1988 (CF 1988) impôs uma nova postura do Estado frente aos povos indígenas. Ela inaugurou uma nova era de cidadania porque firmou na legislação nacional o respeito às coletividades indígenas como sujeitos culturalmente diferenciados, com direito a terra, educação e seguridade social que respeitem suas diferenças, isso no plano jurídico-formal.

A referida Constituição, inaugurou uma nova etapa histórica para a assistência social, estabelecida como direito de cidadania sob responsabilidade do Estado. Desde então, foi editado um conjunto de normas federais que consolidaram a Assistência Social como política pública administrada pelos três entes

federativos com fundos públicos e instâncias de participação e controle social que, assim, começou a superar “um quadro histórico de quase ausência da ação pública, marcada pelo clientelismo e patrimonialismo, pelos auxílios e doações, pelas iniciativas fragmentadas, voluntaristas e mesmo improvisadas do assistencialismo (COLIN; JACCOUD, 2013, p. 43).

Atualmente, a Assistência Social é uma política pública que busca prover seguranças sócio assistenciais à população brasileira e, para tanto, tem como suporte de ações a vigilância sócio assistencial, análise territorial da capacidade protetiva das famílias e produção de informações sobre ocorrências de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos. As seguranças de sobrevivência, renda e autonomia, acolhida, convívio familiar e comunitário devem ser garantidas mediante a oferta integrada de serviços e benefícios sócio assistenciais, com uma visão técnico-profissional que alcance os diferentes fatores geradores de vulnerabilidade. Para tanto, é indispensável uma atuação intersetorial com outras políticas públicas saúde, educação, segurança alimentar, previdência social, emprego, habitação e o sistema de Justiça (COLIN; JACCOUD, 2013).

O Serviço Social é uma profissão interventiva, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sendo o assistente social um trabalhador assalariado que tem como compromisso ético-político a defesa de projeto profissional pautado na defesa das classes historicamente subalternizadas, bem como o empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos (Conselho Federal de Serviço Social, 2016). Neste sentido, compreendemos que tal categoria profissional deve afirmar o compromisso ético-político junto aos povos indígenas.

## 2.3 DSEI e a Saúde Indígena no Maranhão

A saúde no Brasil tem investido na formulação, implementação e concretização de políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde de todos idosos, deficientes e também não poderia deixar de citar os indígenas.

Nesse sentido surge, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas que integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações da Lei Orgânica da Saúde com as da Constituição Federal, que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais bem como estabelece seus direitos sociais. Estes direitos são reafirmados pela Convenção 169, ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2003 e aprovada pelo Decreto no. 5.051, de 19 de abril de 2004 (HUMANIZA, SUS, 2013, p.7).

Oliveira corrobora, identificando alguns pontos de referência.

Entender os índios consiste em identificar quais são os pontos de referência nos quais se ancoram suas identidades e expectativas sem, contudo, deixar de reconhecer que existe um passado histórico, colonizador, responsável pela massificação de ideários de concepções eurocêntricas, que colocaram o índio



como um ser “incapaz”, “selvagem” e “tutelado”, ao longo de sua trajetória de vida (OLIVEIRA, 2015, p.59).

No Brasil as políticas públicas em saúde para os povos indígenas tiveram início em meados do século XX, com o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), onde a População rural e os indígenas, passaram a ter serviços de diagnósticos, prevenção e tratamento de doenças endêmicas, tendo uma redução da mortalidade diante das epidemias.

E em 1967 criou-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tinha equipes volantes de saúde compostas por médicos, enfermeiros, odontólogo e técnicos de laboratório, que na época se tinha um alto custo e baixa efetividade, sendo muito criticado. (FAA, 2016 apud SILVA, 2021).

No contexto da saúde indígena devem ser considerados alguns aspectos particulares dessa população como a sua situação de transculturação pela sobreposição da medicina tradicional dos índios e a médica ocidental. Outra particularidade é a localização geográfica dos índios levando a dificuldades de acesso a essas aldeias que acabam se somando a falta de infraestrutura e recursos. Transculturação pela sobreposição da medicina tradicional dos índios e a médica ocidental (SANTOS MM, 2016, pag.8).

Na saúde indígena a redução do adoecimento como apenas em dimensão biológica e individual, um traço bastante marcante da medicina ocidental, se contrapõe ao paradigma dos índios, no qual o processo saúde-doença é visto como um processo sociocultural. O encontro intercultural entre a população e o profissional é imposta uma intensidade de imersão no trabalho devido o difícil acesso das regiões em que vivem os indígenas como por exemplo, em áreas remotas da Amazônia onde experimentam uma longa permanência. (MARTINS JCL, 2017 apud SILVA, 2021, p. 8).

Os indígenas passaram dessa concepção colonizadora, pois hoje estão tutelados, mas são seres pensantes capazes e com muitos direitos, inclusive direito à assistência.

Tecendo comentários, surgem os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que são conceituados pela Política Nacional de Saúde Indígena como um modelo de organização de serviços orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com controle social (HUMANIZA, SUS, 2013)

Cantuária (2020) em sua dissertação, contribui com seu estudo, nos dizendo que, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI/MA) trabalha na gestão, ligada à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e ao Ministério da Saúde. De acordo com os dados do Sistema de Informação de Atenção Indígena,



SIASI, a SESAI concentra a 7ª maior população de indígena do país, com 33.717 indígenas, distribuídos em 597 aldeias localizadas em 20 municípios, com seguintes povos indígenas: Awá-guajá, Guajajara, Gavião Urubu-ka'apor, Krikati, Kane-la Apaniekrá, Kane-la Hankokamekrá, Kreniê e Timbira, e pertencem aos troncos linguísticos macro-jê e Tupi, e nos municípios de Viana e Raposa surgiu os Povos Indígenas Akroá Gamela e 30 Tremembé, não sendo amparados pelo DSEI pelo motivo de seus territórios não serem definidos.

Para o desenvolvimento das ações de saúde quer seja na sede do DSEI, na sede dos Polos Base, nas CASAIs ou postos de saúde é necessária uma edificação que forneça condições mínimas para os trabalhadores e usuários. O SESANI ao longo do tempo vem aprimorando os projetos de estabelecimentos de saúde que atendam a contento as especificidades do DSEI, pois a abrangência territorial e variedade de etnias fazem com que projetos padrões nem sempre tenham êxito (CANTUÁRIA).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise dos indicadores epidemiológicos referentes a saúde do indígena, utilizou-se de questionário com perguntas abertas a partir dos dados obtidos através da resposta de uma Assistente Social que trabalha na da Instituição: SESAI/ DSEI-MA/ CASAI Teresina.

Foi perguntado, quais os principais agravos de saúde mais comuns nos territórios indígenas. A resposta foi: tabagismo, uso abusivo de álcool e outras drogas, problemas de saúde mental, hipertensão e diabetes. Neste aspecto pode-se observar que os povos indígenas necessitam e constituem de um importante passo para integração de iniciativas de conscientização no que tange ao uso abusivo e até mesmo não uso dessas substâncias.

A presença de alguns não indígenas cônjuges residindo dentro dos territórios, tem influenciado parte da comunidade a consumir cada vez mais álcool e drogas. Desenvolvendo problemas de saúde e agravando as pré-existentes. Nesse aspecto, sabemos como é prejudicial o convívio dos não indígenas na comunidade, pois é recorrente a questão dos mesmos levarem doenças para dentro da aldeia.

Os alimentos industrializados tem sido o hábito alimentar mais frequentes, por ser um produto de fácil acesso, aumentando a chance de problemas de saúde tais como: ganho de peso, aumento da incidência de problemas cardiovasculares, gástricos e colesterol elevado. O conhecimento do perfil nutricional tem papel estratégico na reorganização da assistência, nos serviços de saúde.

Segundo a Assistente Social, atualmente existe um alto índice de pacientes com problemas de saúde mental tais como: depressão e ansiedade, que afeta na sua maioria jovens. Os casos de suicídio têm sido frequentes, ano após ano, atin-





gindo cerca de mais ou menos 4 a 5 suicídios anuais. Sabe-se que o lado biológico e o cultural estão interligados, estando superado na psiquiatria a dicotomia entre cultura e biologia na determinação dos problemas psíquicos.

O programa de saúde mental, bem como a equipe Psicossocial tem intensificado o trabalho, realizando matriciamento e buscando parceria com os municípios, a fim de ter uma rede de suporte (CRAS, CREAS, CAPS, APAEE, CENTRO DE REABILITAÇÃO E DEFENSORIA PÚBLICA) para atender toda demanda ofertada.

Outro questionamento foi sobre como tem sido desenvolvido o processo de promoção, proteção e recuperação da saúde em meio a pandemia da Covid 19.

De acordo com a assistente social a EMSI (Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena), busca realizar semanalmente atividades educativas como temas voltadas para o Covid 19, a fim de levar informações claras e objetivas sobre a prevenção e a importância da vacinação contra Covid 19. Dando continuidade aos serviços respeitando todos os protocolos estabelecidos pela OMS. Diante do novo cenário, algumas lideranças de suas respectivas comunidades, realizaram o trabalho de conscientização. Dentre elas a construção de uma barreira sanitária onde limita o acesso de outras pessoas nos territórios indígenas, permitindo somente a entrada de moradores de cada região e profissionais de saúde com seus testes devidamente atualizados.

Dando continuidade a entrevista, foi perguntado sobre o RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena) e como solicitá-lo. Foi informado que essa documentação pode ser solicitada pelo indígena ou seu responsável na CLT-FUNAI (Coordenação Técnico Local) de sua região, que é emitido pelo chefe, e registrado nos arquivos. Ressalta-se que o RANI, é um documento administrativo e não substitui o registro civil, mas dá acesso para emissão do mesmo.

O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI, e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado.

Outro questionamento foi sobre qual o papel do Assistente Social junto as comunidades indígenas.

O Assistente Social tem papel fundamental junto a comunidade indígena pois, este profissional analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população, levando em consideração a especificidade de cada etnia, para fins de benefícios de serviços junto a órgãos da administração pública, direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Busca também garantir o acesso às políticas públicas sociais, a habitação, a assistência social e a cultural, lutando para garantir os direitos e a proteção do povo indígena em diferentes regiões do Brasil.

Diante de tudo que foi colocado e apesar dos povos indígenas constituírem uma pequena parcela da população brasileira, sua vasta diversidade sociocultural é uma característica tão importante que se faz necessário o avanço nas políticas públicas de saúde no país, através da criação de um Subsistema de Saúde articulado com o SUS, que permite garantir a esses grupos uma atenção diferenciada à saúde, levando em conta suas especificidades socioculturais e epidemiológicas, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual da saúde dos povos indígenas no estado do Maranhão e no Brasil, caracteriza-se por intensas transformações, que englobam desde de aceleradas mudanças nos perfis epidemiológicos até a reestruturação do sistema de atenção à saúde indígena.

O Subsistema de Atenção dos Povos Indígenas está em contínua construção e cabe a todos os cidadãos brasileiros, indígenas, não indígenas, trabalhadores e conselheiros de saúde e usuários, o papel de protagonistas neste processo, cujo objetivo é reconhecer as especificidades dos povos indígenas, garantir acesso destes aos serviços de saúde, diminuir as iniquidades entre indígenas e não indígenas e ultrapassar as barreiras do preconceito, do desconhecimento e da discriminação.

## Referência

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A Demanda Social Pela educação e a Inserção do Serviço Social na Educação Brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

CANTUÁRIA, Alexandre Oliveira Cantuária. **Educação permanente e a SESAI**: uma análise da política nacional de educação permanente no âmbito da secretaria especial de saúde indígena. 2020. Tese de Doutorado.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARVALHO, Matheus Barros et al. Estratégia saúde da família em uma aldeia indígena localizada no interior do Maranhão. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 5842-5849, 2020.

COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 125-132, 2010.

COLIN, D.; JACCOUD, L. Assistência social e construção do SUAS, balanços e perspectivas: o percurso da Assistência Social como política de direitos e a trajetória necessária. In: COLIN, D. et al. (Org.). **20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. p. 42-65.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -10ª ed. rev. e atual. - "Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas



Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESSSITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESSSITE.pdf)>. Acesso em 25 abr. 2020.

CRUZ, Oliveira, Raimunda Nonato. **Saúde mental indígena:** degradação e pauperização . Reflexões acerca das influências do contexto pós-moderno na saúde mental do povo Guajajara no Estado do Maranhão. Teresina, 2015.

FREITAS, Wellington Queiroz de. **Apoio MS/SESAI/DSEI/MA.** 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Os indígenas**

**no Censo Demográfico 2010:** Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf) >. Acesso em 20 abr. 2021.

SALES, Luiza Ribeiro. **A QUESTÃO INDIGENA NO BRASIL:** e as suas políticas públicas. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/LUIZA-RIBEIRO-SALES.pdf>.. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Carla Santana et al. O Assistente Social e a saúde no Brasil: a importância do trabalho em rede. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 83-94, 2016.



# CAPÍTULO 6

## **A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: a atuação do Assistente Social frente às questões socioambientais**

**Carla de Carvalho<sup>1</sup>**

**Daiane Rodrigues Ferreira<sup>2</sup>**

**Flávia Raquel Ferreira Alvares<sup>3</sup>**

**Karolayne Susan Cordeiro Corrêa<sup>4</sup>**

**Luciana Araújo Gomes Ferreira<sup>5</sup>**

**Raiane Keile da Silva de Oliveira<sup>6</sup>**

**Thalia Silva Moraes<sup>7</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: carla.de.carvalho@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: daiane.e.silva.rodrigues@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: raquelflavia38@gmail.com

4 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: karolayne.susan.cordeiro.correa@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: lucianaaraujor38@gmail.com

6 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: rayane.keile.da.silva.oliveira@alunoedufor.com.br

7 Graduanda em Serviço Social pela Edufor. Email: thalia.silva.moraes@alunoedufor.com.br

## Resumo

Este artigo tem a finalidade de estudar analisar através de levantamentos de dados o papel do Assistente Social frente as problemáticas socioambientais contemporâneas. Como objetivos específicos, o artigo em questão visa: Demonstrar mecanismos de atuação do assistente social no cenário ambiental; apontar a contextualização histórica das ações do profissional no cenário sustentável; apontar a importância do debate socioambiental para o Assistente Social.

**Palavras- Chaves:** Responsabilidade Socioambiental, Atuação, Assistente Social

## Abstract

This article aims to study analyzing, through data surveys, the role of the Social Worker in the face of contemporary socio-environmental issues. As specific objectives, the article in question aims to: Demonstrate mechanisms of action of the social worker in the environmental scenario; point out the historical contextualization of the professional's actions in the sustainable scenario; point out the importance of the socio-environmental debate for the Social Worker.

**Keywords:** Socioenvironmental Responsibility, Performance, Social Worker



## 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Serviço Social possui início a partir do cenário histórico do enfrentamento da desigualdade social. A negligência por parte do Estado e a ascensão das classes dominantes tornou, cada vez mais, questões de segregação social como um dos assuntos debatidos paulatinamente no cenário mundial.

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão voltada a lutar pelas desigualdades e pelas minorias, interligando sua atuação aos processos sociais que definem a vida em conjunto. Aliado a isso, o Assistente Social busca melhores condições de saúde, trabalho, lazer, educação, habitação, etc. Tais processos devem estar interligados em harmonia, para que as gerações futuras possam ter acesso a qualidade de vida.

Tendo em vista, portanto, que o assistente social objetiva contornar as assimetrias sociais, é de extrema importância destacar o fator socioambiental no espaço de atuação desse profissional, visto que o meio ambiente se caracteriza como sendo de fundamental relevância para o bem estar da coletividade.

A discussão sobre a questão socioambiental ascendeu na década de 1970, período em que surgiu o foco da importância de preservar o meio ambiente, seja pelas empresas ou pela sociedade. A partir dessa época, nota-se um surgimento de debates acentuados acerca dessa temática, com realização de conferências, debates políticos mais coerentes e interligados aos fatores ecológicos, mecanismos públicos de preservação e a concretização de normas voltadas a proteção do cenário sustentável.

Contextualizando o tema, é importante destacar que, com a chegada da crise ecológica, o Assistente Social destinou recursos de ação que dizem respeito a questão ambiental, visto que, como profissionais que buscam melhores condições de vida, não devem ficar alheios a essa temática.

Tal fator advém da justificativa de que o Assistente Social realiza as suas ações visando as necessidades derivadas das demandas sociais, sendo orientados por um objetivo ético-profissional que busca uma nova ordem societária que garanta maior liberdade aos seres humanos para que possam concretizar sua autonomia social e política.

Entretanto, sabe-se que a crise ambiental atual preenche, cotidianamente, maiores espaços da esfera social, abrangendo problemáticas socioambientais que revelam a ineficácia das ações governamentais voltadas ao setor ecológico. Com isso, faz-se necessário que o Assistente Social atue nesse espaço da mesma forma que desempenha atividades relacionadas a desigualdade, violência, pobreza e segregação, pois o meio ambiente também reflete consequências diretas para a



sociedade como um todo, exigindo, portanto, que esse profissional destine ações voltadas para essa temática.

O objetivo geral do presente artigo caracteriza-se por analisar o papel do Assistente Social frente as problemáticas socioambientais contemporâneas. Como objetivos específicos, o trabalho questão visa: Demonstrar mecanismos de atuação do assistente social no cenário ambiental; apontar a contextualização histórica das ações do profissional no cenário sustentável; apontar a importância do debate socioambiental para o Assistente Social.

No cenário socioambiental, a abordagem deve ser ainda mais propagada entre os profissionais, visto que se trata de um assunto pouco discutido entre os Assistentes Sociais, além de ser reduzido cotidianamente a mera questão ecológica, advinda de fatores como o aumento demográfico, da miséria populacional, da finitude dos recursos naturais, das demandas de consumo e da ausência de consciência coletiva.

Dessa forma, é fundamental desenvolver debates que visem a ampliação dos olhares sobre a questão socioambiental, bem como a responsabilidade do Assistente Social diante dessa problemática. Com isso, o estudo se justifica, dentre outros fatores, pela crescente demanda das campanhas ecológicas, assim como a precisão de reverter o atual cenário de degradação ambiental, visto que tais atos acarretam uma série de consequências negativas para a sociedade, ocasionando um efeito crescente de prejuízos coletivos.

É fundamental destacar que o presente artigo foi realizado baseado na concordância em concretizar o debate acerca da responsabilidade socioambiental e a atuação do assistente social frente à essa temática. Dessa forma, afirma-se que tal assunto se caracteriza como de fundamental importância, visto que a atuação do assistente social é decisiva na modificação do atual cenário de degradação ambiental.

A metodologia usada no presente estudo caracteriza-se por ser bibliográfica e descritiva. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa bibliográfica, por outro lado, é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. A pesquisa bibliográfica torna-se fundamental para colocar o pesquisador em contato com o tema de estudo em suas particularidades. Por essa razão, fora empreendida tendo como ferramenta de registro, o fichamento por autores e por assunto.

Foram alvos da pesquisa bibliográfica inicialmente as obras e periódicos que contenham informações acerca da atuação do Assistente Social frente aos fatores



socioambientais, bem como sua responsabilidade diante tal problemática. Além disso, foram analisados dados acerca dos tipos de mecanismos usados no aprimoramento do setor socioambiental.

## **2. O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO DE KARL MARX E A PREOCUPAÇÃO COM AS QUESTÕES SOCIAIS**

O materialismo dialético surgido nos pensamentos de Karl Marx o papel do sujeito é essencialmente ativo, precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura, a sua dinâmica. Entretanto, é importante destacar que a dialética obteve início muito antes das ideias de Marx. Data-se o entendimento da dialética no período da Grécia antiga, em que era tratada como a capacidade de dialogar. Filósofos como Sócrates e Platão desenvolvem esse conceito nas ideias da filosofia. Noveli e Pires (1996) afirmam.

A verdade é atingida pela relação de diálogo que pressupõe minimamente duas instâncias, mas até aqui o diálogo acontece sob um princípio de identidade, entre os iguais. Entretanto, tal posicionamento foi precedido por uma visão distinta encontrada principalmente em Heráclito, filósofo grego que viveu de 530 a 428 a.C. Para este, a conversa existe somente entre os diferentes. A diferença é constituidora da contrariedade e do conflito. Não é a concórdia que conduz ao diálogo, mas a divergência, isto é, a exacerbação do conflito (NOVELLI; PIRES, 1996).

Pode-se conceituar o materialismo como todo o entendimento filosófico que defende a matéria como a composição protagonista do ser humano. Para os pensadores materialistas, o movimento é composto pela matéria da realidade.

Destaca-se ainda que o materialismo é diverso do idealismo.

Marx, ao desenvolver o pensamento materialista histórico-dialético, objetivou debater acerca das modificações cotidianas da economia e da sociedade, estas que são advindas da evolução dos meios de produção. Dessa forma, Karl Marx desenvolve a metodologia dialética em oposição ao pensamento idealista hegeliano da época.

Destarte, o materialismo dialético se caracteriza como o pensamento da filosofia histórica, bem como o pilar da ciência da historicidade. É importante salientar que tal método possui seus fundamentos em quatro principais premissas: A história da filosofia, que faz surgir a dicotomia entre o princípio idealista e o princípio materialista; a afirmação de que o ser determina a consciência e que toda matéria é primordialmente dialética; a ideia de que a dialética se comporta como o estudo do enfrentamento da essência das coisas.

Para Marx, os interesses entre o capital e o trabalho são irreconciliáveis, sen-





do este o ponto principal do seu pensamento, o que resulta na concepção de uma sociedade dividida em classes, a dos capitalistas que detêm os meios de produção e o proletariado, cuja única posse é a sua força de trabalho, isso acarreta as desigualdades sociais, dando origem a luta de classes. (Marx 1986)

Nessa seara de entendimento, pode-se afirmar que o Serviço Social está embasado, de maneira direta, no pensamento marxista, estabelecendo diretrizes contrárias aos escritos positivistas, do funcionalismo e na fenomenologia. O método em questão discute que um objetivo é derivado da ação humana, ou seja, advindo do processo histórico.

Marx defende que seu método se trata de uma visão utilizada pelos pesquisadores que visam conhecer o objeto em seu todo. Tal pesquisador não objetiva apenas identificar a forma do objeto, mas pretende desvendar o real significado, bem como os elementos que o integram. Portanto, o materialismo histórico procura explicar a sociedade em sua totalidade, buscando desvendar as mediações que a constituem e a compreendendo como fruto do processo histórico.

O Assistente Social atua nessa realidade, onde o foco é o desenvolvimento do pensamento crítico, buscando compreender sempre a realidade que existe para além do senso comum.

### **3. A CRISE SOCIOAMBIENTAL**

Sabe-se que, com o decorrer da ascensão e desenvolvimento do capitalismo, a ocorrência de crises e contradições acerca do modo de produção tomou conta da realidade mundial. No entanto, há a constante utilização desse modo de produção de forma negligente, o que ocasiona a degradação de diversos setores, como o cenário ambiental.

Friedrich Engels reflete sobre o desenvolvimento do homem. Segundo ele, (1876, p.10):

O homem, que havia aprendido a comer tudo o que era comestível, aprendeu também, da mesma maneira, a viver em qualquer clima. Estendeu-se por toda a superfície habitável da Terra, sendo o único animal capaz de fazê-lo por iniciativa própria. Os demais animais que se adaptaram a todos os climas os animais domésticos e os insetos parasitas não o conseguiram por si, mas unicamente acompanhando o homem. E a passagem do clima uniformemente cálido da pátria original para zonas mais frias, onde o ano se dividia em verão e Inverno, criou novas exigências, ao obrigar o homem a procurar habitação e a cobrir seu corpo para proteger-se do frio e da umidade. Surgiram assim novas esferas de trabalho, e com elas novas atividades, que afastaram ainda mais o homem dos animais.



No que diz respeito a crise ambiental, Cenci e Burmann (2013) discutem que tal fator está diretamente relacionado a crise humanitária presente no cenário mundial. Para entender esse fenômeno, é importante destacar a maneira de consumo contemporâneo. O ideal consumista ocasiona consequências para o setor social e ambiental, o que acarreta uma crise socioambiental. Com isso, é importante compreender as facetas da cultura consumista e de como ela influencia nos cuidados ao ambiente.

É a emergência do sujeito consumidor, que terá seu reconhecimento de cidadão respeitado quanto maior for sua capacidade de consumo. Neste sentido a corrida que se acelera a cada dia produziu não uma sociedade capaz de saciar suas necessidades, mas sim de consumo desenfreado e desnecessário de bens, em níveis comprometedores para a capacidade de resiliência dos sistemas planetários. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 133).

Através desse entendimento, pode-se constatar que o modo de produção desenfreado é uma das principais causas para o surgimento da crise ambiental atual, visto que a utilização dos recursos naturais de forma abusiva é um fator presente cotidianamente na sociedade.

Com isso, é notório que cada vez mais, há a elevação da destrutividade dos recursos ambientais e sociais. Dessa forma, nota-se que existe o aumento da privatização da terra, concentração fundiária e separação demográfica, ocasionando efeitos desastrosos para a natureza e para as camadas menos favorecidas da população. Além disso, a efetivação da monocultura e a utilização de agrotóxicos geram problemáticas ligadas a saúde e ao modo de vida das comunidades tradicionais.

Aliado a isso, pode-se citar inúmeras ações prejudiciais ao setor socioambiental, como: Diminuição da biodiversidade; aumento do uso da biopirataria; consumo excessivo; ausência de recursos renováveis; presença de desastres ambientais; contaminação da água do mar, do solo e do ar; etc. Assim, pode-se salientar que essas e inúmeras outras problemáticas afetam diretamente a vida da sociedade, sobretudo a população carente residente de países periféricos.

Dessa maneira, o processo desenfreado de produção vem, de forma inconsciente, efetivando a privatização dos recursos naturais. No entanto, de acordo com Lopes (2008), os mecanismos de controle de degradação ambiental vem sendo cada vez mais proliferados na sociedade, ocasionando a conscientização gradativa de grande parcela da população.

Neste contexto, de acordo com Schmitz (2007), consolida-se a questão social como:

(...) um dos resultados do desenvolvimento do capitalismo nacional e ganha importância por volta de 1920, quando se transforma em problema social, isto é, indica desequilíbrio de natureza estrutural. A questão vai definir um dos elementos da crise social, desencadeada na década dos vinte, crise que, aliás, esteve presente em todo o sistema capitalista — pois é o problema das



relações entre o trabalho e o capital (NAGLE, 1974 apud LIMA, 1983, p.16).

Destarte, por mais que haja inúmeros mecanismos que tentem justificar a sociedade hegemônica, as necessidades no que dizem respeito a questão social e ambiental são visíveis. Com isso, deve-se atribuir a responsabilidade desse setor sobre a coletividade e sobre atores destinados a esse papel, como os Assistentes Sociais, que serão melhor abordados no decorrer do estudo.

### **3.1 Fundamentos norteadores do serviço social**

O Serviço Social possui o surgimento relacionado a necessidade das demandas sociais históricas presentes no enfrentamento das mazelas econômicas e sociais de parte da população. Além disso, a profissão nasce como um mecanismo de compensação para a ausência de atuação estatal, bem como para reduzir a presença da segregação econômica, ocasionada pelas classes dominantes (BARROCO, 2007, p. 73). Com isso, o Assistente Social caracteriza-se como o sujeito cercado por demandas sócio-históricas, possuindo como razão a desobstrução das mazelas sociais.

Dessa forma, a falta de atuação das políticas públicas acarretam modificações estruturais que podem ser supridas, de certa forma, pela presença de atores que objetivem o aprimoramento da sociedade, tais como: desenvolvimento de programas; manutenção do equilíbrio social; resolução individualista para problemáticas socioambientais; etc.

Diante desses fatores, o assistente social integra um importante motor para impulsionar a melhoria gradativa das problemáticas sociais e ambientais, seja através das relações de trabalho, ou por meio dos projetos políticos, no qual embasam a ruptura de uma sociedade voltada ao domínio econômico. Com base nessa ideia, essa categoria profissional concretiza ações voltadas para novas formas de promover mudanças e reflexões para além de si mesmas.

Com base nas afirmativas expostas, o Serviço social atua como uma profissão que busca pela efetivação de melhores qualidades de vida, como educação, saúde, lazer, trabalho, etc. No entanto, a atuação do assistente social deve estar ligada a um cenário propício para o desenvolvimento dessas atividades, de modo que torne acessível às futuras gerações um ambiente capaz de suprir as demandas sociais.

Quando se fala em qualidade de vida, é importante entender a conceituação deste termo. De acordo com Barroco (2007), caracteriza-se como uma noção que abrange duas questões: a qualidade e a democratização da preservação do homem e do meio ambiente, visto que:



[...] a qualidade de vida é a possibilidade de melhor distribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica dos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e a natureza, como o menor grau de degradação e precariedade. (BARROCO, 2007, p. 94).

Destarte, através da necessidade de modificação social, nasce a atuação do Assistente social frente as mazelas coletivas. Com os espaços ocupados pelo Assistente Social, foi possível concretizar a ruptura com o passado de conservadorismo, havendo, portanto, um mecanismo de reinvenção capaz de promover um futuro acessível para que o profissional possa atuar em diversas áreas de maneira efetiva.

### **3.2 Atuação do assistente social frente a responsabilidade ambiental**

Sabe-se que atualmente, inúmeras fontes inserem abordagens acerca da questão ambiental. No entanto, tal realidade não esteve presente em épocas passadas, pois a sustentabilidade não era um fator protagonista nas discussões sociais.

Ao passo que a sociedade sofreu intensas modificações ao longo do tempo, a população desenvolveu a substituição do trabalho manual por mão de obra mecanizada, acarretando no início do período industrial iniciado em 1930 no Brasil. Assim, as modificações culturais, políticas, econômicas e sociais alteraram-se conforme a intensidade das ações do homem, promovendo demandas na sociedade e em diversas categorias profissionais.

Mediante o trabalho desenvolvido pelo assistente social ser de caráter transformador, nota-se que este deve atuar em diversas demandas que necessitem de equilíbrio. Com isso, a questão socioambiental também é uma ramificação das ações destinadas ao Serviço Social, pois:

[...] a questão social fomentou o surgimento do Serviço Social, para intervir junto às expressões das relações contraditórias no capitalismo, podemos admitir que a problemática ambiental, se configura também como um reflexo das determinações hegemônicas no contexto sócio-histórico, sentida até os dias atuais. (OLIVEIRA, 2013, p. 41).

No entanto, a crise que permeia a contemporaneidade concretizou quadros de negligência à questão social e ambiental, abrangendo as problemáticas políticas e econômicas, destacando que ambos estão ligados de modo direto.

Dessa maneira, quando há a presença de fatores individualistas como a desigualdade social, a subnutrição, pobreza, miséria, violência e ausência de infraestrutura, deve ser efetivada as ações do Assistente social. Entretanto, sabe-se que atualmente, a questão socioambiental vem tomando espaço no que diz respeito ao desenvolvimento de debates cada vez mais urgentes e necessários. Assim, o Assis-



tente Social, como ator protagonista das lutas pela modificação e aprimoramento social, também deve atuar nesse setor.

É importante destacar a importância da responsabilidade ambiental nos setores coletivos. A responsabilidade ambiental pode ser definida como o cuidado destinado ao cenário sustentável, seja por empresas, grupos individuais ou profissionais ligados à área. Com isso, a responsabilidade ambiental se comporta como um instrumento essencial para a modificação do atual cenário de negligência com os recursos naturais.

O Serviço Social, portanto, busca inserir um ambiente de intervenção. É fundamental que sejam desenvolvidos mecanismos para que esse profissional tome espaço das problemáticas ligadas ao meio ambiente, visto que tal aspecto influencia diretamente na qualidade de vida da sociedade. Com isso, afirma-se:

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBECK, 2009, p.6).

Sendo o Assistente Social uma peça integrante da estrutura estatal, esse profissional possui a responsabilidade sobre as políticas públicas e sociais, bem como os planos que envolvam a conscientização coletiva. Com isso, o Assistente Social possui a destinação de criar propostas eficientes para desenvolver a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, assim como preceitua o art. 2º do Código de Ética da

Profissão: "Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais". Com isso, Segundo Rossi:

As políticas sociais são alternativas governamentais, compostas por planos, projetos e programas de intervenção para cada área e/ou campo, como educação, saúde, assistência, lazer etc. As políticas sociais se referem a ações implementadas pelo Estado com enfoque na proteção social visando à diminuição das desigualdades recorrentes do capitalismo (ROSSI, JESUS, 2009, p.21).

Dessa forma, a partir da busca pela defesa das questões socioambientais que o Assistente Social desenvolve a sua atuação, pois o homem é ser integrante da natureza e não há como separar tais sujeitos. Assim, torna-se esse objetivo como um dos principais da profissão como forma de aprimorar as demandas socioambientais.

Segundo Loureiro, "Tornar holístico a atuação do Serviço Social é capacitar a sociedade para inúmeras mudanças no que diz respeito ao mecanismo da intervenção". (LOUREIRO 2004, p. 96).



De acordo com Loureiro (2004), a educação ambiental caracteriza-se como uma importante arma para modificar o cenário de degradação, sendo além disso, acessível de ser empregada pelos Assistentes Sociais. Conscientizar a sociedade é sinônimo de criar um ser participante do processo de interação coletiva, com outros e com a natureza. Com isso, o Assistente Social também possui a responsabilidade de atuar não só no meio ambiente de forma direta, mas educar o homem para que ele desenvolva o hábito da preservação.

Assim, o Assistente Social possui consigo a responsabilidade sobre os fatores ambientais, pois a profissão está voltada diretamente para problemáticas que afetem a sociedade, intervindo de maneira positiva para a modificação de prejuízos ao meio ambiente.

Destarte, o Serviço Social se caracteriza como “uma das profissões capazes de regular o movimento social, bem como captar a realidade, criando intervenções dotada de poder para aprimorar setores sociais e ambientais em uma perspectiva que integre a interdisciplinaridade a partir da sua instrumentalidade. e interdisciplinares” (IRIGALBA, 2005, p. 15).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou discutir acerca da responsabilidade socioambiental e atuação do Assistente Social frente à essa problemática, buscando analisar as possibilidades de ação do profissional frente a questões socioambientais. Com isso, a pesquisa em questão buscou identificar as diversas funções do assistente social estabelecendo a dinâmica da responsabilidade socioambiental e o Serviço Social.

Dessa forma, nota-se que a presente pesquisa se caracterizou por ser de fundamental importância, visto que a temática ainda é pouco abordada e ainda se posiciona como um assunto emergente na seara do Serviço Social. Por isso, faz-se necessário que o debate em questão seja ampliado.

Destarte, notou-se que a partir da década de 1970 surgiu na sociedade uma consciência voltada ao cuidado aos recursos ambientais, fazendo com que os homens destinassem sua atenção para perceber que os bens naturais são limitados e que, caso não haja uma modificação no modo de tratar o setor sustentável, as consequências irão ultrapassar a degradação ambiental, influenciando diretamente na vida em sociedade e ocasionando o esgotamento de recursos primários à população.

Dessa forma, nota-se que a crise ambiental está ligada de maneira direta à crise social, de modo que a produção desenfreada de produtos industriais leva os bens naturais à fragilidade, ocasionando o desgaste e a degradação do setor ambiental em todo o mundo.



Baseado nesses fatores, pode-se afirmar que o presente estudo foi de grande importância para o desenvolvimento do debate firmado no decorrer da discussão. Assim, nota-se que a pesquisa abordou de forma concreta, analítica e qualitativa, os conceitos da responsabilidade socioambiental e a atuação do assistente social, sempre levando em conta a caracterização, definição e importância do tema em questão.

## Referências

- BARROCO. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- CENCI, D; BURMANN, T. Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. n. II (2013), p. 131-157.
- IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marçõs Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.
- LOPES, L. et al. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, Karl. **A luta de classes**. Rio de Janeiro Catedral, 1986.
- NOVELLI, P. G. A., PIRES, M.F.C. **A dialética na sala de aula**. Botucatu: UNESP, 1996.
- OLIVEIRA, M. B. S. **Os desafios socioambientais na "nova" questão urbana: as perspectivas da política de educação ambiental no município de Rio das Ostras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013.
- ROSSI, C; JESUS, S. de F. **Políticas Sociais I**. São Paulo: Pearson, 2009.
- SCHMITZ, Andréia. **Responsabilidade Social e Qualidade de Vida: Considerações sobre o serviço social em empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- SILVA, T.T. **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social". **Cadernos ABONG**, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 2009.



# CAPÍTULO 7

## **O SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO: A atuação do assistente social na coordenadoria socioambiental**

**Anne Caroline Reis Gouveia<sup>1</sup>**

**Carmen Luíza Silva Gomes<sup>2</sup>**

**Conceição de Maria Brandão Rocha<sup>3</sup>**

**Denise Rates Moreira<sup>4</sup>**

**João Carlos Silva de Sousa<sup>5</sup>**

**Josiene Nogueira Abreu<sup>6</sup>**

**Valdeni da Silva Pereira<sup>7</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:anne.caroline.reis.gouveia@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:carmen.luiza.silva.gomes@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:conceicao.de.maria.brandao.rocha@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:denise.rates.moreira@alunoedufor.com.br

5 Graduando em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email: joao.carlos.silva.de.sousa@alunoedufor.com.br

6 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:josiene.nogueira.abreu@alunoedufor.com.br

7 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:valdeni.da.silva.pereira@alunoedufor.com.br



## Resumo

O artigo ora apresentado tem por objetivo abordar a temática da responsabilidade socioambiental e sua intrínseca relação com o âmbito do exercício profissional do assistente social diante da coordenadoria socioambiental da CAEMA. Assim, apresentando reflexões teóricas sobre a inserção e o debate da questão socioambiental no seio da profissão, ensejamos condicionar reflexões críticas e dialéticas acerca da atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional. Além disso, com a pesquisa de campo objetivou-se delinear as particularidades empíricas da atuação do assistente social na instituição, no intuito de identificar e sistematizar as especificidades institucionais do profissional no seu campo de intervenção.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Socioambiental; Serviço Social; CAEMA; Coordenadoria Ambiental; Atuação.

## Abstract

This article aims to address the issue of social and environmental responsibility and its intrinsic relationship with the scope of the social worker's professional practice in the CAEMA's social and environmental coordinator. Thus, by presenting theoretical reflections on the insertion and debate of the socio-environmental issue within the profession, we intend to condition critical and dialectical reflections about the social worker's performance in this socio-occupational space. Moreover, the field research aimed to delineate the empirical particularities of the social worker's performance in the institution, in order to identify and systematize the institutional particularities of the professional in his field of intervention.

**Keywords:** Socio-environmental Responsibility; Social Work; CAEMA; Environmental Coordination; Performance.



## 1. INTRODUÇÃO

O molde de industrialização proposto e desenvolvido no Brasil, no século XX foi um dos responsáveis por uma série de transformações de ordem social, econômica, política, cultural e, proeminentemente, ambiental. O modelo de desenvolvimento difundido principalmente após a Segunda Guerra, ao invés de levar a prosperidade aos países considerados subdesenvolvidos levou grandes problemas e destruiu em grande parte a forma particular de cultura que existia em cada lugar.

Ao passo que uma parcela da sociedade é beneficiada pelo desenvolvimento industrial e econômico, outra parcela, que se configura maioria, sofre com os impactos socioambientais trazidos pelo modelo de desenvolvimento adotado, tornando-se vítimas da ausência de políticas públicas adequadas para todos. Com essa problemática instaurada, a rápida urbanização de grandes metrópoles consequente o número de migrações para estas, emerge um impacto crescente com a decorrência de fatores econômicos, aumentando-se assim, a degradação e transformação dos recursos naturais, motivados pela produção de capital, geração de renda, locais para moradia, e para isso utilizavam recursos vindos da natureza.

Na década de 1970, mais especificamente, várias manifestações se concretizaram mundialmente com o escopo de inserir a temática socioambiental nas políticas públicas enquanto uma construção eletiva de preservação ao meio ambiente. Uma delas aparecem no Brasil atrelada aos movimentos sociais em prol do meio ambiental, visando estabelecer no país uma contestação à “configuração” que o sistema capitalista preconizava na relação homem-natureza, a qual formada por um conjunto de processos exploratórios e de expansão da degradação ambiental, materializavam uma dinâmica de forma que a questão socioambiental se materializasse enquanto “questão social” no país.

Nesse sentido e, conseqüentemente, considerando a inquietação com as mazelas ambientais, o grande processo de globalização, as inovações tecnológicas e os incomensuráveis impactos provocados pelo sistema capitalista no âmbito da questão socioambiental, torna-se necessário o debate acerca da inserção da categoria profissional do Serviço Social nesse âmbito.

Assim, a partir de análises minuciosas sobre o contexto específico da responsabilidade socioambiental, é imprescindível compreender a atuação do assistente social como componente basilar no processo de idealização de projetos socioambientais, tendo como foco identificar a influência do profissional no órgão responsável pelo desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades que, de alguma forma, sofrem com impactos ambientais. Dessa forma, este trabalho centrou-se em uma análise acerca da atuação do assistente social na coordenadoria socioambiental da CAEMA, em São Luís, capital do estado do Maranhão.



No intuito de promover contribuições ainda mais concretas acerca do debate, é essencial compreender a congruências das intervenções do assistente social nos processos de instauração dos projetos sociais da instituição. Buscou-se, portanto, verificar conjuntamente com seu exercício profissional, a relação existente entre empresa e comunidade, no que diz respeito a esclarecimentos sobre prevenção, minimização e/ou correção dos impactos ambientais decorrentes das obras e atividades de operação e manutenção do cotidiano da CAEMA.

Por isso, a construção do trabalho busca propiciar uma compreensão do grau de envolvimento do assistente social no debate, na intervenção e no cotidiano do profissional inserido numa coordenadoria socioambiental, a qual é responsável pelo desenvolvimento de projetos nas comunidades impactadas por empreendimentos feitos em determinada região, visando dialogar a questão socioambiental para além do ideário de preservação das áreas naturais, mas como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade.

Desse modo, a escolha da metodologia, buscou direcionar o estudo para pesquisa qualitativa, ofertando espaço para a profundidade das vivências profissionais e dos significados apreendidos na esfera das relações institucionais, além de possibilitar uma perspectiva ampla de análise apoiada na teoria social crítica sob a realidade profissional do assistente social na CAEMA. Para tanto, foram utilizados a coleta de dados bibliográficos que nortearam o referencial que será apresentado.

Além disso, na pesquisa empírica realizou-se uma entrevista semiestruturada com o assistente social da CAEMA, com objetivo de compreender sua prática profissional dentro da coordenadora socioambiental da empresa.

## **2. QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: BREVE ANÁLISE MARXISTA ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CRÍTICA.**

O desenvolvimento do capitalismo para uma fase industrial mais avançada ampliou o domínio humano sobre a natureza, intensificando a relação homem/natureza, a qual é mediada pelo trabalho. Com a exploração do trabalho através da mais valia, configura-se um quadro de intensa pauperização dos trabalhadores, sugerindo o início do que mais tarde será denominado de “questão social”, ou seja, o conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos que o surgimento da classe operária trouxe para o contexto de enfrentamento das relações capitalistas de produção (SILVA, 2010).

Para Marx (1844) existe uma interação metabólica entre o homem e a natureza, que será rompida pelo capitalismo. “A propriedade privada, instaurando a divisão do trabalho, separa o camponês da terra, de uma relação íntima com o solo, provocando uma “falha metabólica” incontornável no modo de produção capitalista”.



Essa “falha metabólica” como denomina Marx, evidencia a alienação entre o homem e a natureza, tendo em vista que essa alienação se fragmenta através da especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva desenvolvidas pelo modo de produção capitalista (Idibem, 1844).

Nesse contexto, é relevante ainda contribuições acerca da interdependência do ser humano com a natureza. Para Marx (1844, p.01) “a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela”. Acerca dessa inter-relação do homem com a natureza, ainda afirma:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma, não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 2004, p.84).

Dessa forma, evidencia-se que a natureza perde o fundamental sentido na realização do ser social, pois é transformada em mercadoria, sendo degradada para obtenção do lucro. Ou seja, a natureza se torna uma fonte de lucratividade, certamente, pela concepção acumulativa do capitalismo.

Encontra-se nas análises de Médice (1983) aspectos históricos relacionados a relação do homem com a natureza e, conseqüentemente, o quadro de emergência da degradação ambiental.

O esgotamento dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente e a deterioração da qualidade de vida das populações sob um determinado padrão de industrialização só ocorreram em função do pleno desenvolvimento do capitalismo, em especial em sua etapa monopolista. (MÉDICI, 1983, p.6).

Nesse sentido, a “questão ambiental”, visualizada na “crise ecológica”, é, portanto, a expressão da relação sociedade/natureza que vem, gradualmente, destruindo as duas fontes de produção de riqueza: o trabalho e a natureza (citação).

Médice (1983) ressalta, ainda, a relevante contribuição da teoria marxista acerca das reflexões realizadas frente à análise crítica do meio ambiente, tais como a relação homem/ natureza, especificamente na emergência do modo de produção capitalista; o crescimento populacional; o esgotamento dos recursos naturais; a degradação do meio ambiente; as relações entre as condições de vida da classe trabalhadora e o meio ambiente; a relação entre necessidades, socialismo e meio ambiente.

Assim, na mesma proporção em que o sistema capitalista exerce uma lógica exerce uma lógica intervencionista de “proteção ao meio ambiente”, tem-se uma diversidade de outros recursos que são investidos dentro da produção destrutiva,



contribuindo ainda mais para a degradação das condições ecológicas e sociais.

Durante o século XX e diante de toda uma conjuntura de alterações radicais no meio social e, por consequência, no meio ambiental, pode-se refletir acerca dos impactos potenciais oriundos dessas novas configurações no âmbito da sociabilidade.

É nesse âmbito de discussão acerca dos impactos propiciados da intervenção do homem, potencializado por um caráter de ascensão do capitalismo, que se manifesta as origens do embasamento das questões socioambientais, atreladas à concepção de desenvolvimento do capital.

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Portanto, conforme afirma Löwy (2009) é necessário que tenhamos uma consciência anticapitalista para entender os impactos propiciados pelo capitalismo na questão socioambiental, considerando que o capitalismo é um sistema que gera, potencialmente, a destruição ambiental e social e que não existem condições estruturais para reverter essa conjuntura.

### **3. O SERVIÇO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

No seio da reprodução social, pautada pelo modo de produção capitalista, tem uma nova forma de observação entre a relação do homem com o meio ambiente. Essa nova percepção adequada à expansão em massa do desenvolvimento econômico pressupõe uma exploração desordenada dos recursos naturais para atender às necessidades acumulativas.

Nesse sentido, nos últimos anos do século XIX e início do século XX, o capitalismo monopolista avança. É quando, sinteticamente, as bases foram lançadas com a segunda Revolução Industrial que, na época, ocorria entre os EUA e a Europa. O grande desenvolvimento tecnológico e industrial propiciou um alcance mundial ao capital financeiro, incluindo a internacionalização, ou a globalização, ou ainda, a mundialização do capital (IAMAMOTO, 2008; IANNI, 1996; NETTO, 1992).

A gênese do Serviço Social no Brasil, se dá, portanto, nesse momento histórico, pautado nos monopólios. Com isso, “a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através dos quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas “políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 74).

Fazendo um resgate histórico acerca da abordagem socioambiental sob uma



perspectiva associada ao profissional Assistente Social pautado na teoria social crítica, dentro do contexto brasileiro, tem-se: o Serviço Social surge em um contexto marcado por “[...] demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da ‘questão social’ por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo moderno.” (BARROCO, 2007, p. 73, grifo do autor). Ou seja, a gênese do Serviço Social se dá em um contexto de transição de uma sociedade agroexportadora, para um processo de industrialização que, por consequência, emergem grandes problemas sociais acerca das modificações substanciais na sociedade.

Considerando aspectos relativos a problemática ambiental e o debate da questão socioambiental sob uma relação entre as demandas que vêm se dimensionando ao longo da história com expressões discutidas dentro do Serviço Social, pode-se afirmar, segundo Silva (2010), que:

A temática ambiental vem interpelando o Serviço Social brasileiro, desde o início da década em curso, seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa, período em que cresce a produção acadêmica nesta área. Observa-se, nestes termos, uma inferência no mercado de trabalho profissional, adensada tanto pelas ações desenvolvidas no âmbito do próprio Estado quanto nos programas de responsabilidades socioambientais das empresas. (SILVA, 2010, p.146)

Dentro desse contexto, Silva (2010, p. 147) considera que “[...] a exacerbação da questão ambiental e de suas múltiplas expressões vem configurando um novo campo de intervenção profissional, mediado pela incorporação dessa temática ao universo das empresas, das ONG’s e do Estado.” Ou seja, apresenta-se um novo desafio interventivo para a atuação do assistente social.

### **3.1 A inserção profissional do assistente social na “questão socioambiental”**

Feita a relação entre as proporções históricas da inserção do Serviço Social com as problemáticas ambientais, emerge a necessidade de estabelecer aspectos acerca de como esse processo de inserção se concretizou.

A contradição entre homem-natureza ordenada pelo capital, ocasiona o revelador conflito que se concretiza entre o esgotamento do meio ambiente e da expansão do capitalismo. É nesse contexto, de agravamento da “questão ambiental” – que origina diferenciações nas relações sociais – e que o Serviço Social se insere nas questões referentes ao meio ambiente.

Diante de toda a proporção tomada pela “questão ambiental” no mundo inteiro, muitas empresas afirmam se apoderar de um comportamento “responsável ambientalmente”. É no campo da Educação Ambiental que os assistentes sociais se



inscrevem para trabalhar dentro das corporações.

A temática ambiental é relativamente recente no âmbito profissional do Serviço Social. Essa inserção se deve, precipuamente, à criação de programas socioambientais datados das décadas de 80 e 90, momento em que o debate a respeito da problemática ambiental se intensificou no mundo, em refutação a intensa degradação ambiental.

No início dos anos 2000, emerge o surgimento de profissionais do Serviço Social interessados para área ambiental, surgindo daí, pesquisas e estudos sistematizados relacionados com a questão do meio ambiente. Percebe-se que entre os anos de 2004 e 2006, a “questão socioambiental” surge no âmbito profissional como uma temática transversal às outras áreas tradicionalmente pesquisadas, como por exemplo: saneamento básico, questão hídrica, agrária e urbana, entre outros.

Anais abordando a temática do meio ambiente, entre eventos realizados por entidades representativas da categoria profissional, vinham ganhando força dentro a pesquisa acadêmica. No IX ENPESS, realizado no ano de 2004, foram contabilizados 10 trabalhos sobre o meio ambiente inscritos no eixo temático “Articulação entre Formação e Exercício Profissional”. Já no X ENPESS, realizado em 2006, observa-se um maior quantitativo de trabalhos publicados dentro da temática, identifica-se quatorze (14) trabalhos inscritos e aprovados. No entanto, houve uma ampliação dos eixos temáticos, dentre eles: “questão social e trabalho, subeixo “questão agrária, questão urbana e socioambiental” que articulam a problemática ambiental com a área de Serviço Social.

A inserção do Serviço Social com as expressões da “questão ambiental” vem instigando pesquisas e consolidando uma diversidade de objetos de estudos direcionados a problematização das expressões da “questão ambiental”. Essa inserção, assim como em outros espaços de atuação se desdobram na capacidade intervencionista do Serviço Social nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Dessa forma, em meio aos novos campos ocupacionais de inserção e das novas demandas apresentadas ao Serviço Social, “a temática ambiental vem interpelando o Serviço Social Brasileiro [...], seja diretamente como espaço de intervenção, seja como campo de pesquisa” (SILVA, 2010, p.145).

#### **4. COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO**

Criada em 6 de junho de 1966, sob o Decreto nº 2.653, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, sociedade de economia mista, foi instituída em 29 de julho de 1966 com o objetivo de gerir a política de saneamento básico no Estado do Maranhão e, especialmente, planejar, coordenar, implantar,



ampliar, construir e explorar serviços de abastecimento de água e de esgoto.

A CAEMA foi fundada para resolver o problema de abastecimento de água do interior do Estado. Com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e Secretaria de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, investiu na perfuração de poços e construção de chafarizes nas cidades do interior maranhense.

Atualmente, a Companhia conta com o trabalho de 2.490 colaboradores, sendo 60.72% na capital e 39.28% nas Unidades de Negócios localizadas nas cidades de Chapadinha, Pinheiro, Pedreiras, São João dos Patos, Santa Inês, Itapecuru, Presidente Dutra e Imperatriz, totalizando 1.512 funcionários em São Luís e 978 nos demais municípios atendidos pela CAEMA.

Dos 217 municípios do Estado, a CAEMA atende com água tratada 162 sistemas de abastecimento de água, sendo 149 em sedes municipais e em povoados. Ao todo são 561.395 ligações domiciliares no interior e na capital, que atendem uma população total de 2.742.902. Em termos de esgotamento sanitário, a CAEMA atende dois municípios: São Luís e Imperatriz.

As ações estratégicas da área ambiental estão voltadas para a regularização ambiental dos sistemas, com licenças ambientais e outorgas de direito de uso da água; para a proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos de interesse da Companhia, com diagnósticos ambientais e monitoramento ambiental e para os projetos socioambientais, que estão centrados na educação ambiental para os funcionários da CAEMA e para a população de modo geral que almeja melhores condições ambientais e de saúde pública.

## 4.1 Coordenadoria socioambiental

A coordenadoria socioambiental da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão foi instituída em 2016. Composta por uma equipe multidisciplinar que possui em seu quadro cinco técnicos e duas estagiárias. Suas atribuições são divididas em vinte competências. Atualmente, as ações socioambientais estão vinculadas à Gerência de Meio Ambiente, que, por sua vez, é subordinada à diretoria de Engenharia em Meio Ambiente.

Essas ações socioambientais, são gerenciadas por, além da Coordenadoria Socioambiental, pela a Coordenadoria de Licenciamento e Ortoga e pela coordenadoria de gestão e planejamento de bacias. Cada coordenadoria possui suas atividades regimentais para serem desenvolvidas, com o objetivo de fortalecer a ação da empresa na defesa do meio ambiente.

A Coordenadoria realiza diversos projetos que são de grande valia para a em-





presa, em relação as tratativas existentes entre a empresa e o órgão financiador. A empresa tem como objetivo buscar parcerias com a comunidade, para que os indivíduos se aproximassem da Companhia, a fim de possibilitar mais conhecimento para a sociedade no que se refere ao saneamento básico.

#### **4.1.1 A atuação do assistente social na coordenadoria socioambiental**

O assistente social tem como objeto de trabalho a “questão social” que se explica pelas desigualdades sociais existentes pelo modo de produção capitalista, reproduzindo diversas expressões. Dentro desse contexto, o âmbito da questão socioambiental se faz campo presente das expressões da “questão social” e, dessa forma, emerge a existência de espaço para atuação do profissional de Serviço Social.

O exercício profissional do assistente social nesse espaço vai, portanto, desde a área de desenvolvimento assistencial, passando pela questão da saúde do trabalhador e pela relação com os usuários, sobretudo com usuários que possuem baixa renda. Essa ampla possibilidade de espaços ocupacionais que demandam a atuação do assistente social, se apresentam, na Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, dentro do contexto da coordenadoria socioambiental. Assim, verifica-se a possibilidade da atuação do profissional vinculada ao compromisso permanente para com a responsabilidade socioambiental e para com o desenvolvimento das ações relativas à minimização dos impactos sociais oriundos de empreendimentos da empresa.

Dentre as competências profissionais estabelecidas pela empresa, pode-se destacar algumas das atribuições profissionais quanto à atuação do assistente social:

I- Elaborar, coordenar e avaliar Planos, Programas e Projetos que sejam no âmbito de atuação socioambiental nesta coordenação; [...] V- Integrar unidades de saúde, meio ambiente, educação e organizações da sociedade civil nos diversos níveis institucionais, para o desenvolvimento de ação conjunta dirigida a estudantes, professores, líderes e agentes comunitários visando maior eficácia dos Programas de Educação Ambiental da Companhia; [...] XIII- Realizar visitas e elaborar pareceres sociais sobre demandas de Serviço Social no âmbito dos Projetos de responsabilidade desta Coordenação; [...] XVIII- Promover seminários descentralizados, anualmente, na Sede e em todas as Unidades Regionais da companhia, com a participação da sociedade civil, com vista à conscientização pública para a preservação do meio ambiente, dos recursos hídricos e do uso racional da água. (CAEMA, 2018, p.89)

Ademais, é de caráter de competência do profissional Assistente Social na CAEMA, elaborar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos que sejam



no âmbito de atuação socioambiental da coordenadoria. Ou seja, aplica-se ao profissional uma intervenção mediada através do diálogo com suas competências profissionais estabelecida pela Lei nº 8.662/93, mais especificamente no Art. 4º, onde abrange “II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (BRASIL, 1993).

Tendo como foco a interação com o âmbito social, o Assistente Social inserido na coordenadoria socioambiental busca integrar unidades de saúde, meio ambiente, educação e organizações da sociedade civil nos diversos níveis institucionais, para o desenvolvimento de ação conjunta dirigida a estudantes, professores, líderes e agentes comunitários visando maior eficácia dos Programas de Educação Ambiental da Companhia.

Além disso, de acordo com o assistente social, as ações desenvolvidas pela coordenadoria socioambiental direcionadas ao setor público são realizadas quando surge uma demanda e conforme a necessidade solicitada são realizadas discussões entre os componentes da coordenação para que essas requisições sejam resolvidas. Outra questão é a atividade habitual de atendimentos socioambientais às comunidades para a resolução de problemas. Para atender tal requisição existe um plano de ação onde em reuniões semanais é elaborado um esquema que designa uma equipe para atuar na solução desses problemas. É importante frisar que para a realização de ações públicas são respeitadas as normas autorizadas pela legislação.

Diante das diversas dificuldades encontradas no ambiente profissional do assistente social, destaca-se principalmente a questão do avanço do conservadorismo, pois, algumas de suas vertentes agridem os direitos humanos e sociais, atingem famílias em situação de vulnerabilidade social e acabam levando a responsabilidade do sistema para os indivíduos, responsabilizando as pessoas pela fome, desemprego, falta de educação, e não há uma compreensão sistemática das expressões da questão social. Desta forma, o avanço do conservadorismo prejudica o desenvolvimento das ações do Serviço Social.

Nesse contexto, outra questão emerge, correspondente ao avanço das teorias neoliberais que defendem as organizações privadas, reduzindo o compromisso do Estado com os indivíduos e inibindo as ações do assistente social que atuam como mediadores dos conflitos sociais, das desigualdades sociais, com o intuito de possibilitar a garantia dos direitos e a expansão de políticas públicas para todos.

Nas empresas privadas os assistentes sociais se limitam a determinadas regras impostas pela corporação, embora o Código de Ética Profissional defenda o princípio da autonomia profissional, conquanto, quem trabalha no setor privado, seja qual for a empresa, os limites adéquam-se dentro das regras do próprio capital. Assim, Mota e Amaral (1998) trazem algumas contribuições acerca da autonomia profissional do Assistente Social.



Não se pode omitir, na trajetória de uma profissão, a existência de uma relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercitada pelo profissional – sob determinadas condições objetivas – ao atuar sobre uma dada realidade, problematizando-a com o aporte dos conhecimentos sistematizados e dos princípios que formaram a sua identidade ocupacional. (MOTA E AMARAL, 1998, p.42)

A dinâmica evidenciada dentro da empresa mostra um espaço fértil para o Assistente Social, onde o profissional exercita a dimensão educativa presente no seu trabalho. Além disso, possibilita uma percepção crítica acerca das questões socioambientais, presente através de um viés educativo, propositivo e de mobilização social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação humana associada à natureza e aos recursos naturais vem evidenciando grandes riscos à vida no planeta. O meio ambiente vem gradualmente sendo impactado com a potencialização da relação homem-natureza e sua dinâmica de devastação ambiental ocasionada pelo modo de produção capitalista.

Na construção desse trabalho houve grande dificuldade de correlação do Serviço Social para com a questão socioambiental, considerando a quantidade reduzida de obras, teses, e dentre outras produções que pudessem contribuir bibliograficamente com a temática. No entanto, percebeu-se que, diante de tal dificuldade, o Serviço Social, através dos principais órgãos representativos de âmbito nacional e pesquisadores, vem ampliando, mesmo que gradativamente, as discussões acerca da responsabilidade socioambiental.

Verifica-se, portanto, que toda a análise feita da atuação do assistente social na Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), permitiu-nos conhecer a capacidade interventiva do profissional no âmbito da questão socioambiental e toda a sua sistematização diante de seu trabalho.

Assim, o assistente social, torna-se de suma importância nesse campo, onde com sua perspectiva crítica consegue instaurar discussões pertinentes à prevenção, minimização e/ou correção dos impactos ambientais, auxiliando aquelas populações que são mais atingidas por empreendimentos realizados pela empresa, ou seja, a população pobre, limitada de recursos e emergente da escassa presença de políticas sociais.

Dessa forma, evidencia-se um alicerce do assistente social para com a realidade, na luta e defesa intransigente de um ambiente sustentável e prolífero para a classe trabalhadora, refletindo e instaurando grandes contribuições para a temática da responsabilidade socioambiental.

## Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8662.htm>>. Acesso em: 22.04.2020.
- BARROCO, M. L. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos: primeiro manuscrito**. 1844. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acesso em: 24.04.2020
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MÉDICI, André César. Marx e o Meio Ambiente. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima; CERQUEIRA FILHO, Gisálio; KONDER, Leandro. (Org.). **Por Que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983. p.5-26.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, M. G.; RAFAEL, P. R. B. A "questão ambiental" e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.



# CAPÍTULO 8

## **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: os impactos da adoção das políticas neoliberais no Brasil**

**Enaire de Maria Sousa da Silva<sup>1</sup>**

**Izamara Nunes Sousa<sup>2</sup>**

**Christiane Valêska Araujo Costa Lima<sup>3</sup>**

---

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2016). Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail: enaire.sousa@edufor.edu.br.

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Especialista em Administração e Planejamento de Programas e Projetos Sociais pelo IESF – MA e Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail: izamara.sousa@edufor.edu.br.

3 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1997). Psicopedagoga e Especialista em Estratégia de Saúde da Família. Mestra em Educação (UFC). Atualmente Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor. E-mail: christiane.lima@edufor.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

As contradições inerentes ao modo de produção capitalista são essenciais para compreender o processo de formação das crises no sistema. Marx (2017) já apontava as falhas no capitalismo ao abordar as crises de superacumulação enquanto oriundas dos limites do próprio capital, além da existência de sucessivos processos de reestruturação visando a manutenção de sua hegemonia perante o mundo.

A recomendação do Neoliberalismo por parte dos organismos internacionais sustentou a reestruturação produtiva dentro da América Latina, de forma que a operacionalização neoliberal dentro do continente só atingiu êxito mediante as reformas estatais realizadas dentro dos Estados-nacionais.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo (...). (HARVEY, 2005, p. 12).

A posição do Brasil em relação ao centro capitalista mundial, assim como a América Latina de maneira geral, sempre foi de dependência, onde o desenvolvimento dos países latino-americanos, historicamente, esteve condicionado às permissões e aos investimentos dos países desenvolvidos (CHANG, 2004). A nova fase de expansão do capital iniciada a partir da crise de 1970<sup>1</sup> vai abranger, pelo menos em algum aspecto, todos os países do mundo, de tal forma que as nações subdesenvolvidas seguirão em posição rebaixada, subordinadas às recomendações dos organismos internacionais.

Nesse sentido, o regime de Acumulação Flexível corresponde à nova fase de expansão capitalista, necessária à manutenção do sistema. A recorrência de crises estruturais no sistema capitalista foi analisada por Marx:

---

<sup>1</sup> O Fordismo foi o modelo de acumulação caracterizado pelas combinações de produção e consumo em massa. Aliado ao referencial Keynesiano, operaram alterações sociais que visassem a disponibilidade orçamentária da população a fim de que a mesma pudesse manter os altos padrões de consumo. Tendo isso em vista, o Estado investiu em políticas sociais e viabilizou o “pleno emprego” a fim de manter a dinâmica de acumulação. A partir de 1973 esse sistema passa a apresentar aspectos de uma crise de superacumulação (HARVEY, 1989).



(...) Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente. Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da grande indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos. No entanto, aqui não importa a determinação exata dessa cifra. O resultado é que esse ciclo de rotações encadeadas, que se estende por uma série de anos e que o capital percorre por meio de seus componentes fixos, fornece uma base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe o capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E, portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação. (MARX, 2017, p. 300).

A atual fase do capital se configura enquanto alternativa à superação da crise fordista, isto é, trata-se de uma estratégia do próprio sistema para que a lógica capitalista siga hegemônica. Os impactos ocasionados à sociedade serão diferenciados em relação aos que foram decorrentes do regime de acumulação anterior. De início, o II pós Guerra Mundial abrangeu uma expansão capitalista focalizada no centro da economia mundial, enquanto a atual fase, devido ao nível de expansão capitalista atingido, se utiliza dos aspectos de integração mundial para adentrar em todos os Estados-nacionais, inclusive os subdesenvolvidos.

A postura dos Estados nacionais foi determinante para a propagação e manutenção desses processos. Meszáros (2002) traz uma concepção acerca da função de Estado Moderno que condiz com o que é exercido em um contexto neoliberal, onde a atuação do Estado está voltada para a proteção da produtividade do sistema, onde sua existência depende, necessariamente, do capital e de sua reprodução. Em relação a tal configuração de Estado, Marx e Engels afirmam ainda em *A Ideologia Alemã*:

A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constrangida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade- civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior (MARX; ENGELS, 1846, p. 59).

Dessa forma, apesar de não comporem os países centrais, as burguesias nacionais da América Latina aderiram às reformas neoliberais na tentativa de combater suas fortes crises e, ao mesmo tempo, desfrutar dos benefícios que esse sistema poderia proporcioná-las.

No que tange ao Brasil, o aceite às recomendações neoliberais demarcou a entrada do país no novo padrão de acumulação, adotando-se o realinhamento do modelo de intervenção do Estado e o trato às expressões da “questão social”. É



inserida neste contexto que, em 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), iniciou-se no Brasil a Reforma Gerencial do Estado, comandada pelo então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luís Carlos Bresser Pereira.

A principal justificativa da Reforma envolve a necessidade de reformular o setor público do país no sentido de conferir-lhe mais eficiência na prestação de serviços, assim como de reduzir os gastos públicos do setor. Na prática, a reforma tem facilitado a inserção dos ditames neoliberais no país, ao tempo em que retira responsabilidades do Estado, sobretudo no que tange às políticas sociais.

## 2. A INSERÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

O ideal neoliberal adentrou à América Latina quando, em 1973, o Chile, após intensa crise econômica e social, adotou um programa de reformas voltado ao livre comércio. A partir da década de 1980 Bolívia, México, Venezuela, Peru e Argentina passam a adotar medidas que também pregoavam a não intervenção estatal (BRANDÃO; 2017).

Devido a década de 1980 ter sido de extrema relevância para a expansão dos movimentos sociais no Brasil, este foi o último país da América Latina a aderir à política. Apesar das mobilizações em torno de um novo projeto nacional comandado pelos trabalhadores, a partir do governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, percebe-se a execução de ações de cunho neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

O contexto que antecede esse cenário envolve a crise do Estado desenvolvimentista, além dos reflexos oriundos da crise política adquirida com a Ditadura Militar. Apesar de ter sido o governo precursor, o mandato de Collor (1990-1992) não obteve êxito no cumprimento de um Neoliberalismo fiel às doutrinas, prometido, inclusive, no período eleitoral. Um dos motivos deve-se ao fato de que o bloco de apoio do presidente divergia em alguns pontos referentes à abertura comercial e bancária, além das privatizações de estatais (MACIEL; 2011).

Apesar disso, houve algumas medidas de destaque no período. O Plano Collor I abrangeu medidas de reforma monetária, com a instituição do Cruzeiro, além do confisco dos ativos de contas correntes e aplicações financeiras, esta medida não chegou a atingir os grandes empresários. Destaca-se ainda o Programa Nacional de Desestatização, no intuito de privatizar algumas instituições públicas. Maciel (2011, p. 102) afirma que

Na verdade, o Plano Collor I anunciou a aurora da era neoliberal, que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da





taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho.

Ainda em 1990, lançou-se o Plano Collor II que, tal qual o primeiro plano, não obteve êxito na contenção da inflação. Além disso, reorientou-se o Ministério da Economia, que devido às posições econômicas e políticas do ministro em exercício, passa a ser direcionado para o viés da financeirização.

Frente a tais alterações os impactos sociais passam a se expressar através das altas taxas de desemprego, e baixo poder de consumo da população. Seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994) executou uma política econômica baseada no Plano Real que, seguindo a linha política em voga, sustentou-se na ortodoxia neoliberal (PORTO, 2012).

Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foi responsável por consolidar o projeto de instituição do neoliberalismo no país, quando dá-se início à contrarreforma do Estado brasileiro, permeada de privatizações - justificadas pela redução das dívidas interna e externa, melhoria na prestação de serviços e atração de investimento estrangeiro - demissões, e cortes de verbas no que tange às políticas sociais.

Tratou-se, como se pode observar, de "reformas" orientadas para o mercado, no contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros - a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo "projeto de modernidade" (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 148).

As consequências do mencionado contexto recaem sobre as classes subalternizadas, que se tornam relegadas à insuficiência da filantropia no suprimento de suas necessidades sociais, à ausência de verbas para aderir aos planos de saúde conforme preconizava o "novo" modelo de Estado, e aos contratos trabalhistas que não protegiam, mas sim, precarizavam (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

O foco do governo passa a ser a privatização de serviços públicos. As instituições iniciais foram algumas companhias de energia e petroquímica, além disso, cinco malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e a Telebrás foram destinadas à iniciativa privada. O destaque do período foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (ALMEIDA, 2010). FHC propôs ainda reformas da previdência e administrativa que davam mais liberdades ao mercado, e deixavam a atuação do Estado restrita (NEGRÃO, 1996).

Os últimos anos do governo FHC foram responsáveis por acolher a consolida-



ção do capital financeiro no país, porém, a sociedade brasileira vivenciava variadas situações de risco social o que facilitou, em 2002, a eleição do opositor do partido do então presidente.

O mandato subsequente, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), deu prosseguimento à logística da financeirização, concedeu benefícios aos grandes empresários, e deu início a uma nova onda de privatizações, estas, baseadas na parceria público-privada.

De fato, apesar de se observar uma continuidade do ideário neoliberal no país, é importante analisar que cada governo adotou essa linha ideológica à sua maneira. Apesar de Lula ter dado prosseguimento a algumas ações de FHC, não se pode deixar de apontar que o Estado ainda se manteve atuante sobre alguns setores. A exemplo, destaca-se a questão social que, durante o período anterior, ficou sob responsabilidade do Terceiro Setor, posteriormente, observa-se o avanço em legislações direcionadas a amenizar as situações de vulnerabilidade social do país.

Com um conjunto de situações que envolviam redução do desemprego, investimento em infraestrutura, redução dos índices de pobreza, aumento das exportações e dos salários reais, o país passou pela grande crise de 2008 sem sentir tantos impactos pelos dois anos subsequentes. A sucessora de Lula, Dilma Rousseff (2011-2016), implementou algumas medidas aprovadas ainda por seu antecessor, tal como a EBSEH, estatal responsável por privatizar hospitais de alta complexidade do país, porém, não obteve o mesmo êxito ao tentar conciliar os interesses do povo e dos grandes empresários.

Filgueiras (2006), aborda que, em meio a tantas alterações provocadas pela inserção neoliberal no Brasil, uma das principais refere-se à relação capital x trabalho. Nos anos recentes, um dos fatores de alteração sobre tal relação abrange as privatizações e seus reflexos sobre as condições de trabalho dos indivíduos. Com base nisso, a próxima seção destina-se a fazer um breve levantamento sobre as principais privatizações ocorridas no país.

### **3. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PRINCIPAIS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL**

No Brasil, as privatizações surgiram sob a alegação de ineficiência do Estado na prestação de serviços, o que faz com que, em muitos casos, a sociedade civil apoie e incentive tais processos. Como abordado na seção anterior, os governos de Collor, Franco e FHC foram responsáveis por iniciar as privatizações com mais veemência, logo, os anos de 1990 ganham destaque ao se abordar a temática.

Em meio às 18 privatizações ocorridas no governo Collor, destacam-se os casos da Usiminas e da Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST). Os dois anos se-



guintes de Itamar Franco, acolheram as privatizações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petroquímica União e Embraer. Esta, gerou insatisfação de alguns segmentos da sociedade considerando que a estatal não possuía fragilidades de funcionamento, e competia com as indústrias aeronáuticas dos países ricos (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017).

O governo de FHC deu continuidade à onda de privatizações, e totalizou o total de 31 empresas desestatizadas. Um dos casos mais emblemáticos foi a Telebrás. A companhia de telefonia, desde meados dos anos de 1980, apresentava algumas falhas de operação. Até então a instituição era de responsabilidade de três ministérios, Ministério das Comunicações, da Fazenda e Planejamento. Para que a privatização se tornasse viável, foi necessário aprovar uma Emenda Constitucional (EC 8, 15.08.1995) que poria fim ao monopólio estatal sobre os serviços de comunicação.

Como agência reguladora dos serviços, instituiu-se a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com independência financeira, e em 1995 a Telebrás é definitivamente transferida para a iniciativa privada. De fato, a prestação dos serviços de telecomunicação melhorou de forma significativa, sobretudo no que diz respeito à inclusão de pessoas ao serviço, no entanto, não se pode atribuir este fator unicamente à privatização em si, tendo em vista que aquele também foi um momento propício aos avanços tecnológicos relacionados à telecomunicação (PINHEIRO; FUKASAKU, 2000).

Dois anos depois, iniciam-se as negociações em torno de uma das privatizações mais polêmicas, o caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Teve repercussão grandiosa devido às divergências de opiniões na sociedade, visto que a estatal encontrava-se em crescente crescimento de lucro e produção (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017) e, dessa forma, não poderia ser alvo da alegação de sucateamento estatal.

Recentemente, a privatização da CVRD voltou a ser debate após os rompimentos de barragens de dejetos da mineradora e empresas sócias, em 2015 na cidade de Mariana –MG, e em janeiro de 2019 em Brumadinho –MG. A negligência com a qual a empresa tratou as famílias afetadas, levou parte da sociedade a concluir que a iniciativa privada terá seu foco unicamente nos lucros, independentemente de quais problemas esse processo pode acarretar.

Apesar de condenar as privatizações dos governos anteriores, os governos do PT mantiveram a logística privatista e protagonizaram a privatização de um segmento da saúde pública do país. Em 2011, o presidente Lula, através da lei nº 12.550/2011, criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no intuito de gerir Hospitais Universitários (HU) públicos.

A EBSERH surgia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tendo como justificativa para sua instituição a solução de contratos irregulares de trabalho através da inclusão do regime celetista, autonomia financeira, e perspectiva de captação



de recursos próprios (ANDREAZZI, 2013, p. 276-277).

Por todo o país a comunidade acadêmica, trabalhadores da saúde pública, e segmentos da sociedade em geral se manifestaram contra a entrada da EBSEH nos hospitais universitários. Em 2013, um plebiscito nacional reuniu mais de 60 mil assinaturas de pessoas que se colocaram contrárias à empresa (ADUSP, 2013).

A privatização da gestão dos HU pelo Brasil ocorreu contra a vontade da sociedade. O então governo federal responsável pela implantação da empresa, representado por Dilma Rousseff, ignorou todas as recusas que vieram por parte dos brasileiros e impôs a instituição do modelo empresarial na saúde do país. Apesar de ter sido viabilizada por uma empresa pública, a privatização dos HU desencadeou as mesmas problemáticas oriundas de privatizações convencionais. Em relação à privatização nos serviços públicos, Gill (2002), aborda

El proceso de privatización en este dominio há progresado de manera significativa a partir de los años ochenta em muchos países, em particular con la venta de elementos del patrimonio histórico y cultural nacional, el desmantelamiento de las redes de parques nacionales, la privatización del transporte colectivo, de los hospitales, etc.

Todas as privatizações acima mencionadas envolvem um contexto amplo de alterações para os trabalhadores que atuam ou já atuaram nas instituições. Desde o século passado, o país vem sendo alvo de ataques às condições trabalhistas, devido ao plano de fundo que incorpora a adoção das políticas Neoliberais.

#### **4. PRIVATIZAÇÕES E IMPACTOS RECENTES SOBRE O TRABALHO**

O trabalho sempre esteve em uma posição central perante à sociedade. Marx (2017) já situava-o enquanto interação entre homem e natureza, indispensável para a reprodução do ser humano e para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Presente durante todo o capitalismo, essa categoria foi alvo de alterações à medida em que o sistema se modificou: as necessidades de diminuição de custo na produção, com a crescente demanda pelo aumento dos lucros, fizeram com que os processos de trabalho fossem alterados para satisfazer os grandes capitalistas.

Frente às categorias analisadas por Marx, um debate que tem sido colocado em pauta diz respeito às atuais configurações da classe trabalhadora e mais, se essa ainda é uma categoria que possui elementos suficientes para ser enquadrada no contexto sociopolítico atual, tendo em vista que o trabalho não seria mais um elemento central na sociedade.

De fato, a inovação técnico-científica trouxe consigo a necessidade de novos processos de trabalho onde, conseqüentemente, o papel desempenhado pelos tra-



balhadores acaba sendo diferenciado daquele que era executado em épocas de Revolução Industrial.

Um dos pontos centrais diz respeito às principais funções que hoje são desempenhadas, onde o corpo de trabalhadores que até o século XIX era marcadamente composto por operários industriais, foi substituído pelos prestadores de serviços. Além disso, observa-se a crescente ampliação dos processos de flexibilização, responsável por tornar os contratos de trabalho mais frágeis, oferecendo cada vez menos segurança e estabilidade aos trabalhadores. Antunes e Praun (2015, p. 412):

A flexibilidade ou flexibilização se constitui no contexto atual em uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural.

O desemprego estrutural tende a justificar a quantidade de trabalhadores que se submete a atuar em tais condições, uma vez que há um “exército de reserva” na sociedade composto por trabalhadores aptos a executar variadas funções. Como desdobramento do desemprego, os índices de trabalhadores informais tendem a crescer, visto que com a ausência de oportunidades formais, os indivíduos passam a buscar alternativas independentes capazes de garantir sua reprodução.

Como ferramenta de diminuição de custos, a terceirização ocupa um lugar central no processo. A compra e venda da força de trabalho são baseadas em contratos que trazem riscos ao trabalhador, além do fato de que existe uma terceira empresa entre o empregador e o trabalhador, que faz com que o primeiro não se responsabilize por eventuais danos causados ao empregado (ANTUNES; DRUCK, 2013).

A privatização acaba desempenhando um papel central na discussão por ser o meio capaz de desencadear os processos acima mencionados. A partir do momento em que o Estado delega à iniciativa privada a prestação de serviços que até então eram públicos, os grandes empresários tendem a aderir aos processos de terceirização e flexibilização da força de trabalho.

Os novos modelos de gestão, tais como as Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Empresas Públicas de Direito Privado, representam a investida privatista sobre as políticas sociais, em que conferem aos serviços públicos características que até então eram intrínsecas à iniciativa privada, dentre elas, a perda de estabilidade, carga-horária de trabalho elevada, estabelecimento de metas, sobrecarga de trabalho, e negação de direitos como décimo terceiro, folgas remuneradas e férias, dentro outros. Todos esses elementos permitem concluir que no atual estágio do capitalismo o trabalho vem passando por um processo de precarização, que é facilitado pela adoção das pri-



vatizações.

Consequentemente, observa-se uma tendência à diminuição de concursos públicos, uma vez que os mesmos só podem ser ofertados pelo poder público. Perde-se condições de estabilidade, redução de direitos referentes às férias, folgas, licenças, ao décimo terceiro, dentre outros. Todos esses elementos permitem concluir que no atual estágio do capitalismo o trabalho vem passando por um processo de precarização, que é facilitado pela adoção das privatizações.

O pano de fundo de tais mudanças envolve a mudança de gestão e produção antes baseadas no taylorismo e fordismo para a adoção do toyotismo, ao mesmo tempo em que se observa a implantação da chamada acumulação flexível em parceria com um conjunto de reformas neoliberais (PRIEB, 2005). É importante mencionar que a vigência de um Estado neoliberal abre portas para que os fatores acima mencionados sejam executados.

Dessa forma, o poder público pode se utilizar de diversos meios para que a sociedade não conteste as regras trabalhistas, tais como a aprovação de legislações específicas, a exemplo do que aconteceu recentemente no Brasil.

A questão posta no início da seção, referente à existência de uma classe trabalhadora no século XXI, revela a dimensão das mudanças ocorridas nos últimos anos sobre o trabalho. Entretanto, é importante sinalizar que, apesar de tantas modificações, ainda é inviável conceber uma sociedade em que o homem não necessite do trabalho para se reproduzir, tal qual defende Karl Marx em *O Capital*. É tal necessidade – dependência – que dá ao trabalho o caráter opressor. O homem ainda é refém do trabalho e, portanto, levado a se submeter a todos os seus aspectos de precarização. Carcanholo e Medeiros abordam

Se é o caso de que superamos o capitalismo e, com ele, a opressão do ser humano pelo trabalho, pela forma de trabalho, como explicar a realidade insofismável pelos truques linguísticos (típicos do pensamento idealista, moderno ou pós-moderno, teórico ou propagandístico) de que a maioria esmagadora das pessoas que vive neste mundo oscila entre o trabalho obsessivo (seja em que forma for) e a busca, não menos obsessiva, por trabalho (CARCANHOLO;MEDEIROS, 2015, p.195).

O ideal seria que os estudos buscassem analisar as configurações atuais do trabalho, ao invés de questionar a sua pertinência perante à sociedade. Nesse cenário, a privatização acaba sendo um dos principais desencadeadores malefícios ao trabalhador considerando os aspectos analisados acima e, sobretudo, e necessidade de sua execução em um contexto neoliberal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Neoliberalismo, apesar de ter sido um padrão recomendado pelos EUA, se expressou de diferentes formas em cada nação. Até mesmo ao se analisar o contexto brasileiro, observa-se que cada governo desenvolveu um tipo de neoliberalismo concernente ao que se pretendia alcançar. Alguns estudiosos defendem a ideia de que o Neoliberalismo desenvolvido no Brasil, desde Collor, se constituiu enquanto uma espécie de Estado social-liberal, no entanto, é uma discussão ampla e, dessa forma, inviável de ser discutida em concomitante à temática deste trabalho.

Inicialmente, uma abordagem preliminar pode sugerir que o viés neoliberal envolve unicamente o espaço teórico, porém, o presente estudo demonstra o impacto sobre a materialidade de algo que compõe o cotidiano dos indivíduos, quer seja o trabalho e todas as relações desenvolvidas a partir dele, justificando a necessidade de ser um debate incorporado socialmente.

Os reflexos oriundos da privatização têm se tornado cada vez mais presentes em épocas de capitalismo contemporâneo. Há uma dualidade social que envolve, de um lado, um grupo que considera as privatizações um retrocesso aos direitos dos trabalhadores, e de outro, estudiosos e demais pessoas que a veem como um mal necessário para o crescimento econômico do país.

No mais, é inviável desconsiderar as condições dos trabalhadores brasileiros nos últimos anos, precarizadas por tendências contemporâneas nas quais envolvem, primordialmente, a privatização dos serviços. O caso brasileiro corresponde apenas a um exemplo em meio a um processo mundial que facilita, sobretudo, a manutenção da hegemonia norte-americana sobre os demais países, dessa forma, tem-se observado uma postura estatal que se mantém aberta aos ditames políticos oriundos dos EUA.

Por fim, a centralidade do trabalho na sociedade permite que as modificações ocorridas nesta categoria ainda sejam passíveis de análises como a que foi colocada neste estudo. Pressupõe, inclusive, situá-lo enquanto aspecto essencial à compreensão do sistema capitalista, e todos os seus estágios.



## Referências

- ALMEIDA, M. P. **Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 427 f. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- ANDREAZZI, M. F. S. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: Inconsistências à luz da Reforma do Estado. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 275-284, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100=55022013000200016-&lng=en&nrm=iso&tlng-pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100=55022013000200016-&lng=en&nrm=iso&tlng-pt)>. Acesso em: 25 set. 2018.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. The society of illness at work. **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2015, n.123, pp.407-427. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Acesso em: 07 jul.2019.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP). **No plebiscito, 60 mil recusam a EBSERH**, [online], 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/privatizacao/1624-no-plebiscito-60-mil-recusam-a-ebserh>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRANDÃO, R. V. M. Reformas Neoliberais na América Latina. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, dez. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/76430/47330>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- CARCANHOLO, M. D.; MEDEIROS, J. L. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. In: NEVES, R. B. D. (org.). **Trabalho, estranhamento e emancipação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- CHESNAIS, F.A. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 728, 2001.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.
- GILL, L. **Fundamentos y límites del capitalismo**. Madrid: Trota, 2002.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola. São Paulo. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MACIEL, D.O. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, a. XIII, n 11, p. 98-108, dez. 2011.
- MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista** [tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges] – São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATOS, S. T. S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 192-213, jan./jun. e jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3314/2716>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Editora da UNICAMP/ Boitempo Editorial, 2002.
- NEGRÃO, J. J. DE O. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Lutas Sociais, São Paulo, 1996.
- PINHEIRO, Castelar Armando; FUKASAKU, Kiichiro (org.) (2000). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais, BNDES.





PORTO, M. C. S. Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, **Anais...** 2013. São Luís: 2012. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1\\_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf). Acesso em: 30 jun.2019.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

ROCHA, S. D. R. et al. O estado de bem-estar social: Origem, desenvolvimento e finalidade em um contexto de consolidação do modelo capitalista. In: XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013, 13., 2013. Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2013. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R0634-3.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

RODRIGUES, C.H.L; JURGENFELD, V.F. Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, **Anais...** 2017. Niterói: 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/38%20Privatizações%20no%20Brasil%20a%20desnacionalização%20e%20a%20financeirização.pdf>. Acesso em: 07 jul.2019.



# CAPÍTULO 9

## **COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO: as linhas de ações desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP**

**Amanda Barros Mineiro<sup>1</sup>**  
**Ana Valéria Santos Pessoa<sup>2</sup>**  
**Carla Natane Velez Silva<sup>3</sup>**  
**Jackeline Moura de Sousa<sup>4</sup>**  
**Laís Amorim de Assunção<sup>5</sup>**  
**Maura Núbia Pinto<sup>6</sup>**

---

1 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). amanda.barros.mineiro@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). ana.valeria.santos.pessoa@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). carla.natane.velez.silva@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). jackeline.moura.de.sousa@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). lais.amorim.de.assuncao@alunoedufor.com.br

6 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). maura.nubia.pinto@alunoedufor.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil foi a última nação do mundo ocidental a abolir o trabalho escravo de forma oficial, o que ocorreu no final do século XIX (SKIDMORE, 1998). No entanto, em termos práticos, esse problema continua a existir nos dias atuais. Informações recentes estimam a ocorrência de 200 mil trabalhadores no país vivendo em regime de escravidão, é possível afirmar que o trabalho escravo nunca foi abolido totalmente do território nacional (FAUSTO, 2013).

O trabalho escravo caracteriza-se nas condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele).

É notável que o Brasil apresente diversos avanços no que se refere ao trabalho escravo ao longo dos anos, mas ainda há muitos problemas que precisam ser diagnosticados e erradicados, tendo em vista o grande número de pessoas vivendo em condições sub-humanas de trabalho. O país ainda encontra dificuldades em avançar, pois esbarra em vários interesses, principalmente de latifundiários.

Em termos de avanço, pode-se a chamada PEC do Trabalho Escravo (PEC 57/1999), que tem como objetivo endurecer as leis sobre o tema. Essa proposta tramita desde 1999 no legislativo, pois consiste que a maior dificuldade em ser aprovada é que essa PEC propõe questões que desagradam profundamente muitos entre os grandes proprietários de terras, como o confisco de propriedades onde o trabalho escravo foi flagrado e o seu destino para a Reforma Agrária, sem indenização ao proprietário.

O Estado do Maranhão é formado por uma população essencialmente rural, direcionada para o trabalho agrícola. É o Estado mais pobre do Brasil em relação ao índice de desigualdade social, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou que a renda per capita é inferior a R\$ 255,00 mensais (IBGE,2019).

A vulnerabilidade dos trabalhadores ao aliciamento para o trabalho escravo se dá principalmente pela precariedade dos sistemas produtivos locais em gerar trabalhos dignos para a população. A busca por prosperidade econômica tem sido na história do capitalismo um dos principais motivos que leva as pessoas a se subme-

terem à super exploração.

No Maranhão isso se potencializa com os baixos índices de desenvolvimento humano, que reflete a falta de oportunidade no mundo do trabalho, na educação e de acesso às condições básicas de sobrevivência. O trabalhador não tem recursos, nem capital para investir e manter a família, o que o torna presa fácil de aliciadores de mão de obra quando chegam às cidades interioranas oferecendo atrativas propostas de emprego.

Nesse sentido, este artigo tem por intuito investigar as principais ações de combate ao trabalho escravo no Maranhão, tendo em vista que tem o maior índice de trabalhadores escravos resgatados e naturalizados. Para atingir tal objetivo, este trabalho será baseado, inicialmente, em revisão bibliográfica que possa conceituar as seguintes temáticas: “trabalho”, “trabalho escravo”, “desigualdade social”. Além disso, o último capítulo envolve uma coleta de dados baseada em roteiro de entrevista estruturada aplicado a profissional da SEDIHPOP que atua em programa de combate ao trabalho escravo no estado. As falas foram transcritas, e o participante não foi identificado tendo em vista a responsabilidade ética deste artigo.

Desse modo, este trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro aborda o trabalho no capitalismo contemporâneo e o desemprego baseado em autores como Ricardo Antunes e Marx; já o segundo capítulo trata-se do trabalho escravo especificamente no Maranhão, e o terceiro abordamos a entrevista aplicada ao profissional da SEDIHPOP que atua em programa de combate ao trabalho escravo no estado.

## **2. TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E DESEMPREGO**

O desenvolvimento da sociedade capitalista nas últimas décadas, teve o condão de proporcionar diversas transformações sociais, o que influenciou fortemente a maneira de como a produção e reprodução de trabalho no capitalismo se desenvolveu. Acerca de tal processo, essas mudanças envoltas são abrangidas em toda organização e estrutura do trabalho que se remarca diante da desenvoltura complementar e contraditória ao desenvolvimento do capitalismo.

Importante ressaltar que a reestruturação do capital sob a égide do neoliberalismo, é dotada fortemente de um caráter destrutivo, do qual se sustenta em um ajustamento com base flexível, o que tem acarretado, portanto, em diversos aspectos desfavoráveis no que tange ao mercado de trabalho e suas tendências de desemprego. Além disso, há uma enorme precarização do trabalho, que atesta a insustentabilidade de condições dignas de trabalho no ambiente corporativo, levando a uma desastrosa relação do homem com a natureza (MARX, 1988) numa proporção globalizada que se preocupa apenas com intensificação do trabalho ao tempo em que se expande o capital.



Diante da exegese do fenômeno de mudanças ocorridas na sociedade, pode-se constatar que a sociedade no âmbito contemporâneo passa por um grande cenário crítico, que vem a desaguar também nos países capitalistas centrais, que se relacionam conjuntamente ao processo de globalização produtiva, em que há a conversão da concorrência e a busca da produtividade no sistema produtor de mercadorias, o que acarreta no aumento da desigualdade entre os países, relegando aos subdesenvolvidos, tal qual o Brasil, uma posição rebaixada diante do mundo e, conseqüentemente, o país apresenta inúmeras questões estruturais vinculadas ao trabalho.

No que tange a este aspecto, importante ressaltar o entendimento do autor Ricardo Antunes, note-se:

[...] E quanto mais se avança na competitividade inter-capitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar sua velocidade intensa. Da Rússia à Argentina, da Inglaterra ao México, da Itália à Portugal, passando pelo Brasil, os exemplos são crescentes e acarretam repercussões profundas no enorme contingente de força humana de trabalho presente nestes países. O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados recentes da OIT? (ANTUNES, 2000, p. 36).

É imprescindível observarmos e entendermos as mutações e transformações que vem ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como as principais características, seus significados e as correlatas conseqüências desse sistema. Em específico ao espaço de conjunturas do trabalho, é possível notar situações básicas que ocasionam em graves crises em diversos locais do mundo, em que se persiste o nexos do capital; segundo dicções iluminadas anotadas pelo autor: "*[...] e a crítica às formas concretas da des-sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfetichização das formas de representação hoje dominantes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea*" (ANTUNES, 2000, p. 37).

Perante as novas facetas que o capitalismo contemporâneo vem evidenciando nas últimas décadas, afigura-se inegável que, sua lógica destrutiva acentuou-se e diante dessas configurações anotadas, algumas tendências foram tomando forma, segundo o autor Ricardo Antunes, a seguir:

o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou Toyotismo são exemplos; 2) o modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, veem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial (ANTUNES, 2000, p. 37).

Pondera-se que o Toyotismo, refere-se a uma forma característica de expan-



são do sistema capitalista monopolista do Japão após a Segunda Guerra Mundial (1945). A luz das referidas tendências, que ao bem da verdade, formam-se como consequências do capital diante da crise, precedidas pela racionalidade do capital. Apresenta-se, que quanto maior for a competitividade entre capitais, empresas e forças políticas, mais as consequências serão danosas.

Por seu turno, das consequências advindas, há que se falar das mais graves, quais sejam, da precarização e destruição, da força do homem que enseja na degradação crescente numa relação de variações entre a natureza e o homem, na qual é gerida pela produção de mercadorias como prioridade, o que sem dúvidas, resulta na destruição do meio ambiente. Enseja-se, portanto, numa das expressões mais graves e profundas da crise estrutural que assombra a (des)sociabilização contemporânea, corroborando num grande impacto de violação dos direitos sociais, na destruição do esforço humano no trabalho (homens e mulheres) que vivem do trabalho, além de tornar ilegal a relação do homem e o meio ambiente social.

À vista disso, para Ricardo Antunes:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua auto-valorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo. (ANTUNES, 2000, p. 38).

A partir do gerenciamento e organização que foram flexibilizadas no trabalho, ensejaria em modalidades de trabalhos autônomos, que não possuiriam algum tipo de relação com o processo de valorização do capital, levando em consideração de que estes desenvolveriam suas atividades sem ajuda direta de ninguém, noutras palavras, desenvolveriam as atividades por conta própria.

Há de ser evidenciado, no entanto, de que esta autonomia, ocasionaria em acentuadas rupturas na maneira de organização e estruturação do trabalho no sistema capitalista, pois tais rupturas extinguiriam o processo de cooperação no trabalho; essa flexibilização no trabalho, para boa parte dos burgueses que se debruçavam na análise intelectual da presente questão, seria capaz de extinguir o trabalho na sua forma coletiva, tendo em vista a ocorrência de fragmentação do trabalho. Isso se enquadraria nos resultados e transformações no sistema do capital, sendo considerado a vivência de um processo histórico que conseqüentemente, desaguaria na diminuição de exploração do trabalho.

É salutar, que, a visão de Karl Marx, sobre a produção de um excedente de trabalho no sistema capitalista, é de grande relevância para o presente estudo, sendo considerado como ponto central para a compreensão do processo de crescimento



do desemprego no capitalismo desde as três últimas décadas do século XX. Até o presente momento, e a partir das três últimas décadas do século XX, houve o crescimento do desemprego assustadoramente ao âmbito global, devido as alterações na composição da força do trabalho o que vem atingindo várias esferas globais, tornando-se uma realidade em diversos países.

Nas iluminadas lições de Karl Marx (1988, p. 190), o acúmulo no sistema capitalista ocasiona em produção constante, isso em proporção à sua energia e às suas extensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (SANTOS, 2018). Portanto, afigura-se que o referido autor descreve em um processo com diferentes bases no que tange ao sistema tecnológico, e nos pontos de emprego e pontos salariais, o processo de acumulação no sistema capitalista.

As atividades de trabalho, conseqüentemente diminuiriam gradativamente devido ao crescimento do capital no âmbito global, e a fim de melhor entender essa parte, anota-se entendimento de Karl Marx:

Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos (MARX, 1988, p. 190).

O autor evidencia a grande relação da classe trabalhadora restante com o acúmulo do capital em sua sistemática de autoconhecimento. Com o intuito de aumentar a importância do capital, necessário é, pois, impulsionar o processo da produtividade do trabalho, implicando-se em reservar o trabalho vivo, caracterizando-se na força de trabalho desnecessária perante as necessidades do capital, o que conseqüentemente vem a ocasionar a desvalorização da força do trabalho.

Nesse sentido, as características que demarcam o capitalismo na contemporaneidade apontam para o crescente desemprego estrutural e, conseqüentemente, muitas pessoas são levadas a se sujeitarem a ofertas de trabalho duvidosas que, por vezes, representam formas degradantes de trabalho. O capítulo a seguir aborda uma delas.

### **3. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MARANHÃO**

Este capítulo se centralizará no estudo teórico sobre o trabalho escravo contemporâneo; para tanto, a pesquisa irá se desenvolver numa breve análise histórica global, e, especialmente, versará sobre o trabalho escravo no estado do Maranhão.

A escravidão contemporânea, configura-se como atitude violadora da própria



dignidade da pessoa humana, este considerado princípio basilar da Ordem Jurídica e um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conjuntamente, atitude que desrespeita o valor social do trabalho, este também se apresenta como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil no art. 1º, inciso IV. Ainda segundo a Constituição, “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social” (BRASIL, 2021).

Mesmo após muitos anos de abolição da escravidão pela Lei Áurea, no ano de 1888, noutras palavras, foi a lei sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 que aboliu a escravidão no Brasil. Chamada de Lei Áurea, ou Lei imperial n. 3.353, infelizmente ainda existem condições desumanas de exploração de trabalho escravo, que são incentivadas pelo sistema capitalista, levando em consideração que o poder está concentrado nas mãos de alguns.

Para tanto, importante destacar que, o trabalho escravo tem suas raízes históricas desde priscas eras, nas cidades de Roma e Grécia, lugares em que a escravidão se afigurava na base estrutural social, que começou a necessitar de mão de obra, fato em que logo após, houve o surgimento de classes de trabalhadores que eram submetidos a péssimas condições de trabalho, e a várias agressões físicas, além de terem de desempenhar suas atividades em locais integralmente inadequados. Numa outra vertice, o que ocorria, ao bem da verdade, eram lutas pela sobrevivência das classes inferiores em busca de alimentação e moradia. Havia trabalho mesmo que em péssimas condições em troca de moradia e alimento.

Em especial destaque, para os povos gregos, a exploração do trabalho escravo era necessária uma vez que, as pessoas pobres já nasciam nesta condição, (de pobreza), e por causa desse motivo, eram submetidos de forma obrigatória ao trabalho escravo.

A exploração do trabalho escravo foi sendo utilizado como meio de concentração de riquezas nas mãos dos nobres, isso em Roma; nessa mesma vertente, o autor Aldo Schiavone preceitua que: “*o seu trabalho tinha como função manter e ampliar não só a riqueza econômica, mas também o status, o luxo e tudo aquilo que representava o modo de vida da nobreza romana*” (SCHIAVONE, 2005, p. 100).

Vale lembrar que nessa época, a classe de trabalhadores era tratada como propriedade dos senhores de terra, nesse sentido, os trabalhadores eram trocados como se fossem produtos, sem quaisquer observâncias referidas aos direitos pessoais. O trabalho escravo na Roma surgiu devido à abolição da escravidão por dívidas na Grécia Antiga.

Ademais, a escravidão no Brasil teve como ponto de partida a década de 1530, período em que os portugueses deram início ao processo de colonização, em es-





pecífico a escravidão no Brasil teve início com a chegada dos portugueses no ano de 1500. Os povos portugueses utilizavam a mão de obra dos povos indígenas, os quais eram explorados nos grandes engenhos que devido as grandes explorações e péssimas condições de vida da qual eram submetidos, acabaram por adoecer e alguns faleceram em razão de doenças; com isso, os portugueses começaram a realizar tráfico de povos africanos com o intuito de substituir a mão de obra dos povos indígenas, já que estes, foram considerados insuficientes para exercer suas atividades laborativas.

Ressalte-se que, os povos africanos foram reconhecidamente relevantes na produção de trabalho, como nas plantações da cana-de-açúcar e na extração de minério e exploração de madeira; os proprietários dos grandes engenhos com isso, vislumbravam aumentar os lucros, diminuindo os custos da produção.

Para o autor Adolfo Bezerra de Menezes: *“o escravo não era considerado como uma pessoa, mas sim como uma coisa, não sendo mais que uma propriedade para seu possuidor, pois busca a retirada de todo o lucro possível”* (MENEZES, 1869, p. 5).

Os referidos escravos eram mantidos em senzalas sujas e escuras, eram torturados, chicoteados, e quando fugiam, eram acorrentados e castigados cruelmente; sua jornada de trabalho era de quatorze a dezesseis horas por dia, além de passarem por todo sofrimento físico e abalo psicológico. Diante de tais explanações, faz-se necessário destacar que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a existência de trabalho escravo na realidade contemporânea; estima-se que até o ano de 2014, 47 mil trabalhadores foram libertados de condições de trabalho análogas a de escravo (GONÇALVES, Ismaela Freire. 2018).

Nesse contexto é importante trazer o conceito de trabalho escravo. Existem muitas definições doutrinárias acerca do conceito de trabalho escravo; de modo geral, pode ser conceituado como um trabalho forçado que normalmente é feito por imposição do empregador ao empregado ou funcionário. Segundo o autor José Cláudio Monteiro Brilho Filho:

Pode-se definir trabalho em condições análogas à condição de escravo como exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador (BRITO FILHO, 2005, p. 204).

Ato contínuo, corroborando com a pesquisa, a Advogada e autora Ismaela Freire Gonçalves, anota a existência de três formas impositivas/coercitivas que podem ser impostas ao trabalhador: “a) moral, onde o empregador atrai o trabalhador de forma fraudulenta; b) psicológica, onde há constante ameaça do explorador de violência contra o trabalhador e c) física, sofrendo castigos ou até assassinatos para que os mesmos não fujam” (GONÇALVES, 2018, p. 1).

Já o trabalho em condições análogas às da escravidão, pode ser caracterizado



como um trabalho em que há restrições à liberdade do trabalhador, fato em que deságua numa verdadeira violação dos seus direitos fundamentais e a própria essência da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

O Código Penal brasileiro (Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940), preceitua no seu artigo 149 o conceito do trabalho escravo contemporâneo, note-se:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 2019).

O trabalho escravo contemporâneo se encontra presente na zona rural e zona urbana; não há que se cogitar em muitas diferenças, pois ambos são submetidos às mesmas condições de trabalho, não importando a localização. O trabalho escravo é uma realidade grave que está presente em pleno século XXI, inobstante haver tantas existências legais que coíbem e proíbem a exploração do trabalho escravo.

Nas iluminadas lições do jurista Júlio Fabbrini Mirabete, este preceitua que:

A vítima é privada da liberdade de escolha e a execução do trabalho decorre de uma relação de dominação e sujeição, contra a qual não tem a possibilidade de se insurgir. A conduta do agente pode ser praticada com violência ou grave ameaça, mas também mediante a criação ou o aproveitamento de circunstâncias que a impossibilitem de exercer a opção de não se submeter ao trabalho (MIRABETE, 2005, p. 184).

É importante salientar que na atualidade existem muitos trabalhadores que se submetem às condições análogas à escravidão, e por muitas vezes, desconhecem tal preceito proibitório; trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho que ultrapassam ao estabelecido pela Lei, recebendo salário inferior ao salário-mínimo, trabalhadores que não gozam de um auxílio médico, de vale transporte dentre outras ilegalidades. Algo totalmente contrário aos ditames da justiça social.

### **3.1 O caso do Maranhão - povos quilombolas**

Os povos quilombolas foram e são caracterizados como povos de grandes resistências históricas contra a escravidão. Os grandes fluxos de escravos habitualmente situavam-se em locais de difícil acesso, em zonas rurais e lugares considerados estratégicos como também em regiões limítrofes. Saliente-se que, no Estado do Maranhão, os grandes fluxos de povos quilombolas existentes deu-se entre os séculos XVIII e XIX.

O processo de surgimento dos quilombos no Maranhão, resultou da chegada



densa de escravos vindos da África por volta do século XVIII, como resultado da existência de forças políticas mercantilistas pombalinas. Desde então, os quilombos passaram a dispor da mão de obra escrava que chegava de Cacheu, Bissau e Angola que era desembarcada nas regiões de São Luís e Belém. Os escravos traficados para o estado do Maranhão, eram manipulados e utilizados nas lavouras de açúcar, algodão e arroz.

À proporção que a população escrava crescia – havia-se o objetivo de abastecer as necessidades da economia agroexportadora - as lutas da população negra, que era submetida às condições de trabalho escravo precárias, cresciam. À época, os escravos organizavam-se em comunidades quilombolas com os objetivos de lutar pela liberdade praticando as chamadas fugas.

Muitas práticas de crueldade praticadas contra os escravos eram constantes nas propriedades; os capitães-do-mato utilizavam-se de instrumentos de perversão considerados sofisticados, quais sejam: “anjinhos que deformavam as mãos e os dedos; o tronco onde o negro era acorrentado e açoitado, o vira-mundo, a canga, a palmatória, as correntes, as gargalhadas e o bacalhau” (BOTELHO, 2007, p. 124).

Em consequência do século XIX, a população escrava continuava a crescer juntamente com as péssimas condições de trabalho escravo a que eram submetidos; de modo que houve um aumento da formação de quilombos no Maranhão, e com isso o poder público começou a combater de forma violenta os movimentos organizados pelos escravos.

Hoje em dia, o território nacional pátrio é marcado pelas comunidades negras e indígenas, que até o presente momento são comunidades caracterizadas por muitas lutas e resistências perante a própria sociedade e o Estado, lutas estas que se perfazem pela manutenção e remarcação de suas terras e outros direitos constitucionais violados.

O trabalho escravo contemporâneo, trata-se de uma realidade e, apesar de possuir raízes no contexto apresentado, hoje em dia demarca umas das consequências das desigualdades sociais que perpassam o país. Segundo estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), há no mínimo, 20,9 milhões de pessoas submetidas a escravidão no mundo.

O estado maranhense é caracterizado por uma população demarcadamente rural, que cultiva, principalmente, o trabalho da agricultura e pecuária. O que ocorre na maioria dos casos, é que trabalhador não possui recursos o suficiente para seu sustento e o de sua família, o que conseqüentemente é um ponto que atrai os grandes empresários e fazendeiros a utilizarem uma mão-de-obra não só barata mas, muitas vezes, gratuita.

Importa destacar que, existem diversos tipos de trabalho escravo, citemos



como exemplo, o trabalho doméstico, o trabalho em confecções e o trabalho realizado em fazendas ou carvoarias.

O trabalho escravo doméstico, está presente desde o surgimento do Brasil, no qual era executado pelas chamadas a época, de “criadas”, mulheres negras que eram tiradas de suas famílias e de sua terra natal para trabalharem penosamente/exaustivamente nas “casas grandes”, obedecendo a todos os ditames, inclusive os ilegais de seus patrões.

Por sua vez, o trabalho em confecções, configura-se na exploração ilegal do trabalho por parte de algumas marcas de vestimentas ou calçados, que exploram o trabalho escravo contemporâneo em pequenas oficinas terceirizadas, em sua maioria, os funcionários são imigrantes; situações em que costureiros laboram mais de doze horas por dia, no mesmo local que dormem, onde instalações elétricas oferecem riscos de incêndio. De acordo com a Repórter Brasil:

Audidores fiscais do trabalho flagraram, em setembro de 2017, imigrantes bolivianos que recebiam uma média de R\$ 5 por peça que eram vendidas por até R\$ 698 nas lojas da Animale. A marca, que define “luxo e sofisticação” como suas “palavras de ordem”, tem mais de 80 estabelecimentos no país, muitos em shoppings de alto padrão. Os costureiros subcontratados trabalhavam mais de doze horas por dia no mesmo local onde dormiam, dividindo o espaço com baratas e instalações elétricas que ofereciam risco de incêndio (LOCATELLI, 2012).

Já o trabalho realizado em carvoarias é aquele relativo às atividades de extração de madeira seca e produção de carvão. A escravidão se perfaz quando estes trabalhadores executam as referidas atividades sem o uso de equipamentos de segurança para o trabalho, muitos até são expostos durante a atividade laborativa a riscos de acidentes com máquinas, o que inclui os motosserras, além de fumaças advindas do trabalho irregular.

Além dessas tipologias, podem ser mencionadas formas de trabalho vinculadas à mineração, criação de animais, ou trabalhos de cultivo, onde, da mesma forma, não são delimitadas carga-horárias de trabalho, nem fornecidas as condições mínimas de trabalho e estadia, tais como alimentação, dormitório e banho.

O trabalho escravo acaba por afrontar a própria essência do valor social do trabalho, sendo este um dos fundamentos da República Federativa previsto no art. 1º, inciso IV. Ressalte-se que esse ciclo que assola a sociedade na contemporaneidade somente pode ser encerrado através de denúncias e fiscalização pelos órgãos competentes.

Para tanto, a atuação de órgãos públicos torna-se essencialmente importante no ciclo do trabalho escravo, a título de exemplo, cite-se o Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Policiais civis, além da atuação de ONGs (Organização não governamental) que prezam e realizam trabalhos brilhantes de combate à ex-



ploração do trabalho escravo, e que são a favor dos Direitos Humanos. No âmbito estadual, a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) é a responsável por executar as ações de prevenção e de combate ao trabalho escravo. Diante disso, faz-se necessário analisar os serviços que vêm sendo prestados ao estado.

#### **4. SEDIHPOP E O ENFRENTAMENTO ÀS FORMAS DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO**

Criada em 2015 a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com a participação da sociedade civil.

A Secretaria atua em cinco áreas divididas em cinco adjuntas e uma assessoria especial: A Secretaria Adjunta de Promoção Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH); Secretaria Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SADPCD); A Secretaria Adjunta de Participação Popular (SAPP); A Secretaria Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente; A Assessoria Especial de Assuntos Indígenas e a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos (SADH) que desenvolve as políticas de promoção e proteção dos direitos humanos em combate ao trabalho escravo (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, *online*).

No que tange ao combate do trabalho escravo no estado, a instituição tem sido responsável por desenvolver as medidas de prevenção, e também as ações de resgate no estado. Segundo o coordenador das ações de combate ao trabalho escravo da SEDIHPOP:

“O Maranhão é um estado estratégico para o combate ao trabalho escravo no Brasil, pois ele ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de naturalidade dos Trabalhadores libertados, no período de 2003 a 2017 foram resgatados 8119 pessoas Maranhenses. Além disso está entre os oitos primeiros com mais trabalhadores libertados no seu próprio território, apresentando um total de 262 operações e 2694 resgates. As principais rotas de trabalhadores maranhense são os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Piauí. No Maranhão tiveram 2694 resgates, 8119 são naturais egressos e 6486 são residentes declarados, essas duas categorias são usadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ela vai diferenciar as pessoas resgatadas. No momento em que o trabalhador é resgatado ele vai apresentar o documento, e se sua naturalidade informarem sobre sua origem, ele vai estar inserido na categoria natural ingresso, e os residentes declarados são aqueles que no momento da fiscalização não apresentam documento, mas afirmam ser maranhenses”. (Entrevistado)

As ocupações mais frequentes nos naturais e residentes em sua maioria estão



vinculadas à função de trabalhador agropecuário em geral, tendo em vista, a maioria dos resgates serem no campo. Os principais setores econômicos nos dois casos envolvem a criação de bovino de corte. Em meio as características, a principal é que a maioria dos resgatados são analfabetos, então observando essa realidade a maioria das pessoas não completaram a escolaridade, e com o mercado de trabalho competitivo eles não conseguem vagas. Resta-lhes se submeterem às formas de trabalho braçal como corte de cana, criação, lavoura, fazendo com que esse público se torne alvo para o aliciamento.

A cada 2500 resgatados a idade média é entre 18 à 24 anos, porque os aliciadores procuram pessoas que tenham boas condições físicas para o trabalho. A maioria são homens, mais existem mulheres inseridas, não necessariamente no campo mas em trabalhos domésticos, que também é muito comum que se encontre pessoas inseridas nessa situação de trabalho escravo (Entrevistado).

A Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão a (COETRAE), que é vinculada SEDIHPOP é formada por 27 representações, titulares e suplentes, estratégicas nas ações de combate ao trabalho escravo. Junto à SEDIHPOP tem mostrado algumas maneiras de como combater o trabalho escravo. Uma delas diz respeito à “repressão”, que são ações que visam à eficácia da lei, e que reconhecem como crime a conduta de reduzir alguém à condição análoga de escravo, atuando principalmente sobre a impunidade dos que promovem o trabalho escravo.

Outra maneira é a “prevenção”, que envolve ações voltadas para o conhecimento da realidade, sensibilização, elevação do nível educacional e profissional nas áreas de risco de aliciamento e incidência de trabalho escravo, priorizando a execução de atividades voltadas à agricultura familiar, acesso à terra, à economia solidária e à geração de trabalho e renda.

Destaca-se ainda as ações de assistência às vítimas, focadas na assistência emergencial aos resgatados nas dimensões sociais, econômicas e jurídicas, que é feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro de Defesa ao Direito a Vida Humana (CDVDH) e também pela rede Assistência Social, tais como os CRAS e CREAS. Além disso, conta-se com as políticas públicas de combate à desigualdade, orientadas para as mudanças estruturais que precisam ser feitas para melhorar o acesso da população mais pobre aos serviços públicos, na medida em que há a necessidade de prevenir vulnerabilidades que possam levar trabalhadores e trabalhadoras a se tornarem suscetíveis ao trabalho escravo.

Mencionou-se ainda o grupo de fiscalização móvel, onde os agentes são responsáveis por fazer a liberação dos trabalhadores. Destaca-se ainda a lista suja do trabalho escravo desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), onde constam os nomes de pessoas físicas e jurídicas que foram encontradas submetendo pessoas ao trabalho escravo. Essa lista pública é atualizada na medida em que ocorrem as fiscalizações. Merece reverência ainda a Lei Estadual nº 8.566/07,



e a Lei 10.355/2015 que, respectivamente, determinam que o Estado não pode contratar pessoas jurídicas e físicas que envolveram pessoas ao trabalho escravo, e impedem essas pessoas de realizarem suas ações de trabalho. Além dessas:

A caravana da liberdade, que é uma ação conjunta de diversas secretarias estaduais e órgãos federais, que vai até os municípios realizar diversos tipos de ações preventivas; e o Projeto Escravo nem pensar, desenvolvido pela ONG Repórter Brasil que trabalha no combate ao trabalho escravo junto com a Secretaria de Educação, que insere a pauta do trabalho escravo nas disciplinas de história e sociologia, e também engloba não só as escolas, mas também a comunidade em geral com apresentações, poesias; a estruturação de políticas públicas de combate ao trabalho escravo; o encontro de trabalhadores (as) resgatados (as) do trabalho escravo; encaminhamento de denúncias; plataforma monitora; programa estadual de enfrentamento ao trabalho em condições análogas à de escravo (decreto estadual nº 34.569 de 19 de novembro de 2018).

Todas essas são iniciativas de combate e prevenção desenvolvidas no âmbito das políticas públicas, no entanto, considerando a responsabilidade da sociedade civil na disseminação de informações e no combate às problemáticas sociais:

Diante disto o cidadão pode contribuir para o combate ao trabalho escravo com a denúncia, que pode ser feita por diversos canais, como por exemplo pela Ouvidoria de Direitos Humanos da SEDIHPOP. Após a denúncia feita, encaminhamos para os chamados órgãos de repressão, que são aqueles que são responsáveis tanto pela fiscalização como pela denúncia para encaminhar à justiça. Podem denunciar diretamente na delegacia mais próxima, e também nos CREAS e CRAS mais próximos. A SEDIHPOP tem uma aproximação muito grande com a rede da Assistência Social, porque é a primeira acionada após o resgate. Logo após o resgate acionamos a rede de Assistência Social para fazer o acompanhamento com assistente social e psicólogo (Entrevistado).

Como debatido, essas formas de enfrentamento são as mais delicadas, porque o aliciamento dos trabalhadores ocorre por causa da vulnerabilidade e da necessidade do trabalho e de uma fonte e sustento. Com isso, o trabalho escravo se dá principalmente pela precariedade dos sistemas empregatícios, ou na negligência dos governantes em criar uma produção de emprego, em gerar trabalhos dignos para a população, e é nessa base que se sustenta o modelo de desenvolvimento do Maranhão, que ainda hoje é considerado um dos principais estados no recrutamento de trabalhadores para possíveis trabalhos escravos em outros estados, muitas vezes em outro país.

No que tange às penalidades, quando descobertas ou denunciadas situações de trabalho escravo, a justiça estabelece pena de dois a oito anos e multa para quem reduzir alguém à "condição análoga à de escravo", quer sujeitando-o às condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 2021).

A legislação penal caracteriza o trabalho escravo pelo uso da coação e/ou



privação da liberdade. A pena é aumentada pela metade do valor se for cometida contra criança ou adolescente, ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

A SEDIHPOP não é uma secretaria executora e sim de articulação, então ela trabalha basicamente em reunir secretarias e fazer com que elas executem suas funções, mas com o público voltado aos resgatados do trabalho escravo. Todos os dados anteriores aqui discutidos remontam só à ponta do iceberg, pois a todo momento têm pessoas sendo aliciadas, e a partir dos resgatados consegue-se mensurar e direcionar as políticas públicas, diante da origem desses resgates conseguimos imaginar que neste município que tenha muito resgatados possa ser um local estratégico para os aliciadores, então direcionamos ações de combate para lá. Porém isso não é a totalidade, esse que é o principal desafio, não é possível mensurar quantas pessoas estão sendo submetidas ao trabalho escravo e muitas das vezes as pessoas que foram resgatadas, infelizmente, acabam voltando à essa situação degradante.

O fato de algumas pessoas acabarem sendo seduzidas, novamente, pelas promessas dos aliciadores demonstra o quanto a problemática é estrutural, resultado da ausência de oportunidades provocada pela própria dinâmica do sistema e, dessa forma, representa um desafio às políticas públicas do estado do Maranhão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto no decorrer do trabalho, dos autores abordados e das falas trazidas pelo entrevistado, pode-se inferir que o trabalho escravo contemporâneo, em condições práticas, ainda se refere a um problema dos dias atuais, e é uma triste realidade que tem impactado a vida de inúmeros trabalhadores maranhenses e, dessa forma, necessita ser combatido para que haja diminuição dos casos.

No desenvolvimento do trabalho foi possível observar a pertinência de vários problemas que estão vinculados às condições degradantes de trabalho, tais como: a violação de direitos, jornadas exaustivas, riscos e danos à saúde, violência física e psicológica, submissão através do sistema de dívidas, ameaças, entre outros fatores psicológicos que permanecem muitas vezes para vida toda.

Devido aos fatores mencionados, o estado do Maranhão é constituído por uma população preponderantemente rural e que apresenta elevados índices em relação à desigualdade social. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 a renda per capita do estado era menor que 255,00 mensais. Diante disso, os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social se envolvem em situações de trabalho escravo, uma vez que se compreende que a falta de oportunidades para todos favorece algumas parcelas sociais a serem alvos dos aliciadores. A pobreza do estado tem justificado a posição de destaque no que tange ao aliciamento de indivíduos.





Mediante tal cenário, e à necessidade de políticas públicas eficazes, a SE-DIHPOP é um dos meios de se combater o trabalho escravo no Maranhão, que se articula com várias secretarias (portanto, com outras políticas públicas) para prevenir e resgatar os trabalhadores que estão nessa situação.

Sendo assim os objetivos previamente estipulados nesta pesquisa foram devidamente alcançados, de maneira que os resultados e a conclusão da pesquisa destacam a pertinência das políticas públicas no combate às expressões da questão social que são intrínsecas ao capital, neste caso, o trabalho escravo contemporâneo.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 1 abr. 2021.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho**. São Paulo: LTR, 2013.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

GONÇALVEZ, Ismaela Freire. **Trabalho em condições análogas à de escravo contemporâneo**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65768/trabalho-em-condicoes-analogas-a-de-escravo-contemporaneo/5>. Acesso em: 2 abr. 2021.

LOCATELLI, Piero. **Trabalho escravo na Animale: R\$ 698 na loja, R\$ 5 para o costureiro**. Repórter Brasil, 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/12/trabalho-escravo-na-animale-r-698-na-loja-r5-para-o-costureiro/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MENEZES, Adolfo Bezerra. **A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação**. Rio de Janeiro, Progresso, 1869.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: RT, 2005.

SANTOS, Thainah Nataly dos. O CAPITALISMO E SUA FACE MAIS PERVERSA: o pauperismo da classe trabalhadora. Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018.

SHIAVONE, Aldo. **Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: Edusp, 2005.



# CAPÍTULO 10

## **O TRABALHO INFANTIL NO MARANHÃO: uma análise acerca de meninas que crescem na exploração dos serviços domésticos**

**Emmerson Da Silva Costa<sup>1</sup>**

**Larissa de Albuquerque Alves<sup>2</sup>**

**Patrícia Sousa Colares<sup>3</sup>**

**Rosário de Fátima Pereira Coelho<sup>4</sup>**

**Thalia Silva Moraes<sup>5</sup>**

---

1 Graduando em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:emmerson.da.silva.costa@alunoedufor.com.br

2 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:larissa.de.albuquerque.alves@alunoedufor.com.br

3 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:patricia.sousa.colares@alunoedufor.com.br

4 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:rosario.de.fatima.pereira.coelho@alunoedufor.com.br

5 Graduanda em Serviço Social (Faculdade Edufor). Email:thalia.silva.moraes@alunoedufor.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata do trabalho infantil no estado maranhense com uma análise voltada ao estudo de casos envolvendo meninas que crescem na exploração dos serviços domésticos. Ainda, acerca de tal temática, levantam-se elementos sobre a cultura do trabalho infantil doméstico de trazer meninas dos interiores para trabalhar em “casas de família” na capital maranhense na conjectura de uma hermenêutica sócio histórica de gênero e de classe social, e de negação aos direitos humanos fundamentais.

O estado do Maranhão possui como área territorial 329.651,495 km<sup>2</sup>, população estimada de 7.114.598 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), além de ser considerado o estado com maior percentual de pessoas em situação de pobreza, revelada pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme análise feita pelo IBGE; cerca de 54,1% da população maranhense vivem com menos de R\$ 406 por mês, o que corresponde ao valor estipulado pela análise (G1 MARANHÃO, 2018).

É importante mencionar que apesar de haver de forma calamitosa, o trabalho infantil doméstico que se trata de um dos objetivos da presente pesquisa, e sendo uma das formas mais comuns e tradicionais no atual cenário brasileiro de trabalho infantil, apresentam-se outros tipos de trabalho infantil, tais como, trabalho infantil no campo, trabalho infantil nas ruas, trabalho infantil e exploração sexual, trabalho infantil perigoso e insalubre. Essas são consideradas as formas mais comuns de atividades no que se refere ao trabalho infantil, da qual discorre-se no desdobramento do presente estudo sobre suas características de maneira pormenorizada.

Para a autora Paganini (2014) “*o trabalho realizado precocemente, não traz nenhuma contribuição para a criança ou adolescente, pois pelo contrário, enquanto estes trabalham, seus estudos decaem, sua saúde é aniquilada, formando assim um círculo vicioso [...]*”, importando na privação do desenvolvimento intelectual educacional, sendo a educação, portanto, direito fundamental de segunda dimensão prevista no art. 203 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2021). Note-se que, a maioria das meninas são negras e nordestinas.

Essa dita cultura está presente na sociedade desde priscas eras; nesse sentido, o trabalho infantil doméstico é considerado uma das piores formas de exploração de crianças e adolescentes, com idade aproximadamente entre 5 (cinco) e 17 (dezessete) anos, violando direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes em diversas regiões do país, a exemplo da vida, educação, saúde, integridade física e psíquica, dentre outros direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.

Normalmente, às crianças são feitas pelas “famílias” promessas de estudo, de



cuidados, e de que as meninas não serão submetidas a qualquer tipo de trabalho, o que, contudo, ocorre o contrário; quando as crianças chegam no local, as tais promessas são esquecidas e começa o verdadeiro pesadelo de maus tratos, violação e negação de sonhos e de direitos.

Nesse sentido, o estudo tem por intuito e objetivo geral analisar a evolução do trabalho infantil no Brasil, bem como os conceitos pertinentes e as principais características e como objetivo específico busca-se analisar através de estudos de casos, os impactos de quem vivenciou o trabalho infantil doméstico, verificar quais as principais causas de meninas serem retiradas de suas famílias naturais do interior para ir residirem em casas de família na capital maranhense. Destaque-se ainda a necessidade de apresentar as pessoas e à sociedade como um todo, de que no Brasil, existem diversos aparatos jurídicos de proteção aos direitos da criança e do adolescente, em que se fundamenta a Constituição da República Federativa no Brasil de 1988 que por exemplo, estabelece a proibição do trabalho infantil no art. 7º, inciso XXXIII e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) no art. 60.

A perspectiva teórico-metodológica adotada no presente estudo foi o materialismo histórico dialético; para atingir tais objetivos, será baseado, inicialmente em revisão bibliográfica como doutrinas pertinentes a temática, jurisprudência e legislação, artigos e notícias relacionados ao tema proposto.

O trabalho é, pois, o resultado de uma pesquisa científica ampla, vinculada ao objeto da disciplina acadêmica denominada de "*Práticas Interdisciplinares do curso de Serviço Social da Faculdade Edufor*", campus São Luís, Estado do Maranhão.

Além disso, o último capítulo envolve uma coleta de dados baseada em roteiro de entrevista semiestruturada, com mulheres que, durante a infância, foram submetidas a situação de trabalho infantil doméstico, cujo conteúdo será previamente submetido a autorização pedagógica.

As falas foram transcritas, e as participantes não foram identificadas haja vista a responsabilidade ética deste artigo e conforme preceitua os ditames dos direitos da personalidade estabelecidos no art. 11 do Código de Civil brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

O conteúdo posto apresenta tal magnitude na área acadêmica e social, em que visa propiciar aos discentes do curso de Serviço Social e a sociedade, o quão importante se faz necessário conhecer os direitos das crianças e adolescentes, os estabelecidos infraconstitucionalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente, abrangendo, portanto, múltiplas questões sociais em que envolve direitos basilares do cidadão.

A pesquisa se estrutura em três capítulos, o primeiro capítulo versa sobre a evolução do trabalho infantil no Brasil, implicando-se em conceitos pertinentes ao



caso e suas principais características, já o segundo, discute a questão do trabalho doméstico feminino em que retrata o recorte de gênero necessário ao debate, numa perspectiva de qual a causa de vincular as mulheres no trabalho infantil doméstico em detrimento dos homens, e o terceiro capítulo estende-se ao estudo de casos através de entrevistas realizadas com meninas que vieram do interior para laborarem na capital maranhense, numa visão de quem já vivenciou.

## 2. A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Aqui no presente capítulo, o estudo versará sobre a evolução do trabalho infantil no Brasil, abrangendo os aspectos sociais e históricos, também é possível mencionar, o aspecto cultural, que muito tem a ver com a referida temática, levando em consideração que a sociedade passa por constante evolução, desde priscas eras; descreve o tratamento dado à exploração do trabalho infantil antes da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Antes da análise histórica acerca da evolução do trabalho infantil, ou ao menos pontuar as principais questões ao caso, faz-se necessário apontar-se o conceito de trabalho infantil. Em linhas gerais, o trabalho infantil pode ser caracterizado como a submissão de crianças e adolescentes a determinado tipo de trabalho, que pode ser doméstico, rural, em que submete a criança a péssimas condições de vida, privando-se da essência de sua infância e de seus direitos humanos fundamentais como a vida, a educação, a segurança e saúde.

Para a Equipe escravo, nem pensar, trabalho infantil é:

Toda forma de trabalho, remunerado ou não, exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para entrar no mercado, de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, o trabalho é proibido para qualquer pessoa abaixo dos 16 anos (EQUIPE ESCRAVO, NEM PENSAR, 2014, p. 8).

A equipe continua com sua análise preceituando que o trabalho infantil é prejudicial a saúde de milhares de crianças e adolescentes, sendo caracterizado como uma perversidade à própria população infanto-juvenil por adentrar na sua esfera física e psíquica em que os torna prejudiciais, que pode implicar em graves traumas ao longo de todo desenvolvimento da criança e do adolescente. Segundo a equipe escravo, nem pensar, as crianças não devem trabalhar e com isso, serem privadas de seus direitos basilares e de frequentarem às escolas, pois:

São retirados do convívio familiar e impedidos de brincar, descansar, estudar. Ficam vulneráveis a diversas formas de violência e ao aliciamento para atividades criminosas. Estão mais suscetíveis a acidentes de trabalho, que podem deixar sequelas para a vida toda, e mais propensos a ter problemas de saúde, como deformações ósseas e dores musculares. Sofrem frequentemente de



fadiga excessiva, insônia, dores de cabeça e de coluna (EQUIPE ESCRAVO, NEM PENSAR, 2014, p. 8).

Nesta mesma perspectiva, as referidas autoras preconizam acerca da dignidade da pessoa humana, de que este, como muitos costuma se referir, não se restringe somente às pessoas adultas, notemos:

A violação da dignidade humana não se restringe à pessoa adulta. Crianças e adolescentes são cotidianamente expostos a trabalhos degradantes que interferem no seu desenvolvimento sobre todos os aspectos. O trabalho infantil é crime, e neste horizonte, medidas legais no que concerne à proteção da infância no Brasil estão contidas na Carta Magna de 1988, e em tratados internacionais a exemplo da OIT, na qual o país ratificou as Convenções nº 29 e nº 182 (NOVAIS; KITAGAWA; BERTOLDI, 2016, p. 7).

A história de exploração do trabalho infantil no Brasil, está presente desde priscas eras, a contar com a década de 1530, que foi o período em que os portugueses deram início ao processo de colonização no Brasil. Sabido é, que, os povos portugueses utilizavam a mão de obra dos povos indígenas para trabalharem nos grandes engenhos, os quais eram explorados e submetidos a péssimas condições de vida.

Nessa época, crianças também estiveram presentes, na condição de trabalhadores, cite-se os pajens e grumetes que chegaram ao Brasil devido as embarcações portuguesas (RAMOS, 1999, p. 19). Essas crianças assim como os povos indígenas, também eram submetidos a diversas violações, como castigos e má alimentação, fato é que, realizavam muitas atividades perigosas, e sofriam violência sexual de marujos, além dos riscos que podiam acontecer em alto mar (CUSTÓDIO, 2007, p. 170).

É importante mencionar que nessa época, a utilização de mão de obras de crianças e jovens era uma prática digamos que permitida pela sociedade; a prática era considerada extremamente usual e não havia preocupação com o desenvolvimento intelectual educacional e moral das crianças por parte da sociedade e de suas famílias.

Em relação a essa parte, anota-se o autor Fábio Pestana Ramos:

O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias. (RAMOS, 1999, p. 17).

Com a chegada dos padres jesuítas no Brasil, o trabalho infantil se fortaleceu ainda mais perante a sociedade e famílias, veja-se anotações do autor acerca de



tal temática:

Assim, no dia 29 de março de 1549, desembarcaram na Vila Pereira, quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega, onde estes tinham a difícil "missão" de ensinar aos pequenos os cantos religiosos, ler e escrever, bem como o valor moralizador do ofício. (CHAMBOULEYRON, 1999, p.55).

Para a autora Juliana Paganini, "*Por detrás das ações realizadas pelos padres estava o objetivo claro e certo, de inserir a criança numa ideologia de caráter eminentemente cristão, utilizando o labor como algo que tornasse o homem uma pessoa boa, honesta e obediente*" (PAGANINI, 2011, p. 3).

Para tanto, os referidos padres jesuítas pregavam acerca do trabalho, como um fato que salvaria toda a humanidade, os conduzindo para os reinos dos céus, pois o trabalho, inclusive aqueles realizados por crianças, era tido como algo digno para os homens (CUSTÓDIO, 2009, p. 91).

No ano de 1582, fora criada a Instituição denominada de Santa Casa de Misericórdia, após o surgimento das primeiras ações cuja missão era a prática assistencialista no Brasil. O objeto de tal instituição era prestar atendimento/assistência as crianças, realizada por meio da Roda dos Expostos; de todo modo, a referida instituição declarou-se extinta na década de 1950 (MARCÍLIO, 1999, p. 51).

Importa mencionar, no entanto, que a presente instituição também explorava o trabalho infantil que fazia de maneira remunerada ou em troca de alimentação e moradia. Diga-se de passagem, a chamada roda dos expostos caracterizava-se como uma forma de tornar adequado e legítimo o trabalho infantil. As crianças, por muitas vezes, ficavam na Santa Casa de Misericórdia em condições precárias.

O Brasil no ano de 1934, adota uma nova Constituição, trazendo a prescrição de proteção contra a exploração do trabalho infantil no Brasil, inclusive a proibição daqueles trabalhos que eram realizados por menores de quatorze anos, do trabalho noturno a menores de dezesseis anos e a proibição do trabalho infantil em grandes indústrias que traziam diversos males a saúde das crianças, chamado de trabalho insalubre para os menores de dezoito anos (PASSETTI, 1999, p. 354).

No período supracitado, as crianças e os adolescentes eram totalmente vulneráveis e manipulados pelos adultos, noutras palavras, elas não podiam exercer suas vontades e desejos, sendo esta capacidade decidida por uma pessoa adulta.

Outro fator existente pertinente a temática discutida foi a promulgação da Constituição brasileira de 1946, foi a quinta Constituição brasileira, tendo sido promulgada em 18 de setembro de 1946 sendo construída com um corpo de 218 artigos; somando-se mais 36 artigos nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs).



Além disso, a referida Constituição flexibilizou os dispositivos que tratavam da idade mínima para o exercício do trabalho, no qual fora atribuído aos magistrados o condão de autorizar o trabalho infantil. Para a autora Juliana Paganini:

A Constituição de 1946, trata de flexibilizar os dispositivos em relação à idade mínima para o trabalho, no sentido que atribuí aos juízes o poder de autorizar sua realização abaixo dos limites de idade mínima, aumentando para dezesseis anos o trabalho noturno. Percebe-se que o judiciário tinha o poder supremo, pois poderia conforme sua conveniência decidir de forma oposta à estabelecida em lei, utilizando da vida de crianças como um jogo ou brincadeira, sem se importar com as reais consequências que o trabalho poderia trazer a estas (PAGANINI, 2011, p. 6).

Diante de tais acontecimentos, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, e tendo em vista também o acontecimento de manifestações sociais históricas, uma nova Constituição é promulgada no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde prescreveu diversas garantias e direitos fundamentais como foco de proteção do Estado a crianças e adolescentes, sendo este responsável pela proteção de crianças e adolescentes, numa responsabilidade tríplice, juntamente com a sociedade e as famílias, conforme os ditames do art. 227, note-se:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2021).

A constituição de 1988, continua preconizando no parágrafo primeiro que o Estado será responsável pela implementação de programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitindo a participação de entidades não governamentais através de políticas públicas (BRASIL, 2021).

Frise-se que todo os marcos históricos ocorridos na trajetória da exploração do trabalho infantil, antes da promulgação da Constituição de 1988, não se limitam aos listados acima. Destacou-se, portanto, alguns dos movimentos sociais que foram extremamente importantes no avanço para a proibição do trabalho infantil hoje no Brasil.

### **3. O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO: UM RECORDE DE GÊNERO NECESSÁRIO AO DEBATE**

Desde priscas eras, às mulheres cabiam a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos; noutras palavras, as mulheres ficavam com a incumbência da manutenção do lar – dos serviços domésticos, dos filhos, dos membros da família e dos homens – seus companheiros, a estes portanto, era atribuído o papel de provedor





do lar. Com essa separação de tarefas, muitos movimentos feministas discordavam dessa divisão que inegavelmente, valorava mais as atividades desenvolvidas pelos homens, e outrossim, a referida divisão atribuía o espaço privado às mulheres e o espaço público aos homens.

Muitas foram as conquistas alcançadas pelas mulheres; na contemporaneidade pode-se observar os avanços percorridos perante os desafios na concretude da equidade de gênero que foram e são vencidas todos os dias, a título de exemplo, cite-se a conquista histórica do voto feminino no Brasil – em 1932 durante o Governo de Getúlio Vargas, a mulher brasileira conquistou o direito ao voto.

No dia de 24 de fevereiro, o Brasil comemora desde 2015, o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”, a referida data foi instituída no Calendário Oficial do Governo Federal e sancionada pela primeira mulher eleita ao cargo de Presidência do Brasil, cargo máximo do Poder Executivo, Dilma Rousseff, através da Lei Nº 13.086, de 8 de janeiro de 2015 (MIGALHAS, 2018).

Muitos outros direitos foram alcançados numa luta histórica pelo direito à igualdade; nessa perspectiva, com os movimentos e o trajeto percorrido pelas mulheres, houve a alteração na concepção do trabalho masculino e feminino, sem dúvidas, essas lutas históricas e sociais contribuíram na redução da separação do trabalho das mulheres e, conjuntamente, ampliou-se a participação das mulheres em inúmeros espaços profissionais; as mulheres conquistaram o direito de participar da categoria produtiva, fato em que ocasionou gradativamente no rompimento de barreiras no sentido de que – isso é atividade feminina, isso é tarefa masculina e, conseqüentemente, possibilitou-se a redistribuição das atividades domésticas sob uma nova perspectiva, sob uma nova realidade.

Para tanto, é necessário compreender-se acerca do patriarcado; o que é o patriarcado e se ainda há um espaço patriarcal na família e sociedade.

Pois bem, o patriarcado em linhas gerais, é um sistema social em que os homens mantêm o poder sobre a família – sobre as mulheres e as crianças; há uma predominância nas funções políticas. Há, portanto, uma subordinação das mulheres aos homens.

Nas dicções da Juíza Maria Consentino:

Como podemos lutar contra o patriarcado, o sistema que oprime, inferioriza e até mata mulheres? Primeiro, é preciso entender que ele é real; enxergar que ele oprime todos os gêneros; sororidade é poderosa; reduzir a disparidade de gênero em todos os setores; promover a educação no ensino básico sobre essa temática; conscientização sobre a violência de gênero e entender que relacionamento abusivo agora é crime, não se trata mais de uma briga de casal e sim de um assunto de segurança pública, de interesse do Estado. [...] Pessoas despertas não são cúmplices do patriarcado (CONSENTINO, 2021).



Para as autoras Conceição Garcia Martins, Nanci Stancki da Luz e Marília Gomes de Carvalho, *"o patriarcalismo é um dos sistemas que pode estruturar uma sociedade e é caracterizado pela supremacia masculina – uma suposta autoridade do homem é imposta sobre a família, buscando principalmente a subordinação da mulher ao homem"* (MARTINS; LUZ; CARVALHO, 2011, p. 29).

Nesse sentido, é importante frisar que o modelo do patriarcalismo com o passar dos anos, passa por momentos de crise levando em consideração alguns aspectos que podem contribuir para a extinção desse modelo familiar, inobstante ser considerado ainda um sistema que penetra a organização da sociedade no âmbito político, econômico, cultural segundo Manuel Castells (1999).

Os aspectos que ensejaram e ensejam na crise e enfraquecimento do modelo patriarcal são segundo Castells, citados pelas autoras Conceição Garcia Martins, Nanci Stancki da Luz e Marília Gomes de Carvalho:

enfraquecimento das estruturas de dominação provocada pelos movimentos das mulheres; crises matrimoniais; fatores demográficos, como a diferença da taxa de mortalidade entre os sexos e o envelhecimento da população; instabilidade familiar e a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento produtivo ((MARTIS; LUZ; CARVALHO, 2011, p. 29).

Diante do exposto, a dominação masculina também merece destaque diante de tão rico debate. Para o autor Pierre Bourdieu que estuda as diferenças entre os sexos, destacando como um fator social que está inscrita há milênios na sociedade como uma construção social que naturalizou a dominação do homem e a subordinação/submissão da mulher ao homem. O autor reflete a percepção apoiado na observância dos habitantes de Cabília, o que conseqüentemente, acarretou uma transição de transposição para as demais estruturas de sociedades.

Assim, vale destacar que, segundo o autor, *"a visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais [...]"* (BOURDIEU, 1995, p. 137). Importa destacar ainda segundo o autor a força simbólica da antinomia entre os sexos, visto que, *"todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos domina dos uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados"* (BOURDIEU, 1995, p. 142).

O posicionamento da historiadora Joan Scott sobre a temática discutida, fora de extrema relevância na compreensão do jaez explorado no presente debate. Segundo SCOTT (1995), gênero se trata de um componente típico das relações sociais em consequência das percepções averiguadas no que tange às diferenças entre os sexos num sentido primário de atribuir uma acepção às relações de poder numa conjuntura de que o gênero revela-se na simbologia cultural disponível, na representação binária do gênero, como elemento típico da questão política no



reflexo perante às organizações e instituições sociais e na compleição do gênero como identidade subjetiva.

A autora pontua, ainda, que o elemento gênero se permeia como um campo primário, por meio do qual o poder é estruturado e fornece uma forma de decodificação da interpretação diante da complexidade que permeia as diferentes interações humanas.

Ao fazer uma análise das considerações mencionadas, afigura uma grande resistência masculina em assumir as atividades domésticas e a aceitação de boa parte das mulheres na responsabilização pelos afazeres domésticos, isso posto, está associado sem dúvidas como o próprio autor Bourdieu ponderou, à uma construção social e da naturalização desse fator pela sociedade ante o fato da existência de uma hierarquia entre as atividades femininas e masculinas e nas próprias relações de poder sem simetria marcadas entre homens e mulheres que são estabelecidas desde priscas eras até os dias atuais.

### 3.1 O trabalho doméstico

Ao longo da história, as mulheres lutaram para almejar e conquistar os seus direitos, e dentre essas conquistas, como já mencionado em momento anterior, as mulheres conquistaram o direito ao voto feminino em 1932. O direito de as mulheres exercerem o labor fora de suas residências adveio em 1850 com o Código Comercial que estabelecia: "*o direito da mulher maior de dezoito anos, casada, o exercício da atividade comercial, desde que autorizada pelo marido*" (FERREIRA, 2013), contudo, foi somente a partir de 1962, que as mulheres puderam exercer o trabalho sem a permissão do marido (BRASIL, 2014).

E, apesar, de muitas serem as conquistas alcançadas pelas mulheres diante de um longo processo histórico, as desigualdades entre os sexos ainda permeiam a sociedade e o mercado de trabalho – isso ocorre principalmente na esfera privada, onde as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas como pode-se observar com base em estudos e pesquisas realizadas e divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com o Instituto: "*as mulheres trabalham mais horas semanais que os homens: 47h contra 45h, de acordo com dados de 2015. Nos cálculos, entram o tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e tempo de deslocamento casa-trabalho-casa*" (IPEA, 2018). O Instituto continua pontuando que a composição desse tempo se permeia sem simetria - sendo desproporcionais ou não harmoniosas entre os sexos, e as mulheres dedicam-se 18 horas por semana a mais às tarefas domésticas.

Nesse contexto, faz-se necessário examinar-se o conceito de trabalho domé-



tico que é:

Exercício, no domicílio de residência, de tarefas que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (BRASIL, 2015, p. 118).

As abstrações de que a mulher é a única responsável pelos cuidados do lar, da família e dos filhos está presente na consciência imaginária de milhares de brasileiros, em próprio setor político, advindo de nossos representantes e ex representantes como podemos observar no discurso proferido no Dia Internacional da Mulher em 08 de março de 2017 pelo ex presidente Michel Temer, onde afirma que *"se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem. Quem faz é a mulher [...]"* (AMARAL, 2017).

A fala do ex presidente denota um sentido de que a mulher é a única responsável pela administração do lar e cuidado com os filhos, remetendo-nos a ideia de divisão sexual do trabalho, firmada por uma crença construída a nível social a partir de concepções físicas pré-existentes em concordância à superioridade masculina e à necessidade de proteção do gênero feminino conforme diretrizes da autora Clara Ferreira (2013).

Passamos a análise do terceiro e último capítulo necessário ao debate.

#### **4. ESTUDO DE CASO: A VISÃO DE QUEM VIVENCIOU**

Com o objetivo de compreender o objetivo principal de tal debate, o presente capítulo delimitar-se-á ao estudo de casos relacionados à meninas que vieram do interior para trabalharem na capital maranhense – numa visão de quem vivenciou, que foram submetidas ao trabalho doméstico infantil. A entrevista ocorrera com uma mulher de 35 anos.

O trabalho infantil está presente na sociedade brasileira caracterizando-se como um problema social desde o século XX, com o desenvolvimento da industrialização no Brasil até os dias contemporâneos; milhares de crianças e adolescentes são submetidas ao trabalho doméstico infantil, mesmo diante de leis proibitivas, da atuação afirmativa dos programas referentes às políticas públicas e serviços direcionados ao combate à exploração do trabalho doméstico infantil. Uma questão que parece estar ainda longe de ser resolvida, ao menos ao estado maranhense, em que este permeia-se por crises sociais e econômicas gerando desta forma um grande ônus para a população mais pobre.



Ressalte-se que, o trabalho doméstico infantil, ponto modal de investigação do presente estudo, é considerado uma das piores formas de trabalho infantil presente na sociedade brasileira como um todo. Nos dias atuais, a concepção de infância passa a ser considerada como uma etapa da vida com características específicas, em que demanda todo cuidado, valoração e proteção por parte do estado, da família e da sociedade; à sociedade atribui-se a capacidade após processo histórico social, de elaborar suas concepções e valores, costumes e práticas sociais desde que, evidentemente estejam em total consonância com os ditames de um Estado Democrático de Direito.

Vejam os posicionamentos do autor sobre esta parte dialogada:

A infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro [...] para algumas sociedades as crianças deveriam ser felizes. Para outras, embora não defendendo infâncias infelizes, essa preocupação parece estranha. Algumas sociedades admitem que grande parte das crianças pequenas morrerá, e tendo em vista esse fato organizam sua relação com a infância, incluindo a forma como discutem a morte com as crianças. Algumas sociedades aplicam rotineiramente disciplina física nas crianças, outras ficam chocadas com isso [...]. Algumas admitem que a infância termina por volta da puberdade [...]. Outras sociedades, no entanto, caracterizam a idade adulta muito mais tarde e criam categorias como a adolescência, especificamente para insistir que as pessoas pós-púberes são ainda crianças de alguma forma. A lista de variações e mudanças das características básicas da infância é imensa (STEARNS, 2006, p. 12).

Destaque-se que o trabalho doméstico infantil, utiliza-se da mão-de-obra de crianças e adolescentes em “casas de famílias” provenientes de famílias pobres incluindo-se num mesmo paradigma que liga o trabalho doméstico às mulheres frente as dificuldades existentes.

A cidade de São Luís, capital do Maranhão, formou-se na península que avança sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga, segundo os dados do IBGE (2007), tem uma população de 957.515 habitantes; o município está localizado na ilha de São Luís, sendo composta pelos municípios de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar; do total da população ludovicense, 67% são pessoas com idade inferior a 34 anos, deste percentual, 36% têm menos de 19 anos de idade<sup>1</sup> e entre as pessoas com mais de 10 anos de idade, 93,10% são alfabetizadas. O município de São Luís tem o maior índice de Desenvolvimento Humano dentre os 217 municípios que integram o Estado Maranhense, porém é o terceiro em número de trabalhadores infantis.

<sup>1</sup> Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).



## 4.1 Perfil da entrevistada

A referida entrevistada iniciou no trabalho doméstico infantil aos 10 anos de idade, a mesma relata que no início cuidava de outras crianças, pois conforme seu relato, a criança não era tão pesada considerando a sua idade, fato em que poderia cuidar, sendo uma espécie de babá para essas outras crianças. Há, portanto, uma estratégia interna nas “casas de família”, sob a seguinte premissa – se ainda são novas demais ou pequenas para alcançarem objetos da casa como fogão e pia, as mesmas podem trabalhar cuidando de outras crianças mais novas que elas, funcionando como babás.

Assim sendo, quando as crianças crescerem mais, poderão assumir a limpeza da casa, como lavar as louças, limpar o banheiro, lavar e passar as roupas e até mesmo cozinhar e lavar os alimentos. Fica claro na situação descrita, que as crianças e adolescentes desde cedo exercem atividades que são descomuns e incompatíveis com seu desenvolvimento intelectual, moral, físico e psíquico e que poderão acarretar sérios prejuízos.

Quando fora indagada sobre a justificativa de iniciar o trabalho doméstico tão cedo, fora respondido entre outras razões, pelas questões econômicas a que sua família era submetida, pela falta de acesso as escolas nos locais em que moravam, quando havia escolas, a mesma residia muito longe e não possuía transporte ou não tinha como ir até o centro escolar e desta forma buscou ir a capital maranhense com o objetivo de ser ajudada, de estudar, de trabalhar, buscando melhores condições de vida e poder ajudar a família que ali deixara.

## 4.2 Gênero e etnia

No que diz respeito a este quesito, a pessoa que fora entrevistada e que foi submetida ao trabalho doméstico infantil, pertence ao gênero feminino, fator que é visto ainda pela sociedade como sendo de responsabilidades das mulheres. Hirata (2002), pontua que a divisão social do trabalho, é produto das relações capitalistas do trabalho, frente ao fato de o trabalho doméstico ser fixado na divisão sexual do trabalho que atribui à figura masculina ser o provedor do lar e à mulher ser atribuída os afazeres domésticos, cuidar dos membros da família e dos filhos, além da esfera reprodutiva, isso pois, é anterior ao modo de produção capitalista. Não se pode sustentar tal incongruência, inobstante ser construída socialmente desta forma.

Um outro fator segundo a pesquisa e entrevista que favorece a vinda de crianças e adolescentes para trabalharem em São Luís, em muitos casos, são ações da própria família ou de parentes e amigos próximos que geralmente conhecem o local ou são conhecidos pelos donos das “casas de família”, assim, intermediando a vinda de crianças e adolescentes para a capital maranhense e contribuindo dire-



tamente com a prolongação de crimes e atitudes que contrariam o próprio sentido do princípio da dignidade da pessoa humana e da Justiça Social.

Note-se o depoimento da mulher entrevistada, a seguir: eu vim para estudar e trabalhar trazida pelos meus tios. (Criança de 10 anos a época, hoje com 35 anos).

Em muitos casos, a própria família ou parentes próximos fazem a intermediação de crianças e adolescentes para trabalharem nas capitais ou outras cidades urbanísticas, fato em que não se pode atribuir o fenômeno ocorrido à uma concepção de rede de tráfico de crianças; ao que tudo indica, parece-nos atender situações específicas dos dois lados da história, tanto das famílias como das crianças que por vezes se encontram em péssimas condições de vida, submetendo a criança e o adolescente a resolução de um problema econômico em detrimento de outro, qual seja, da exploração do trabalho doméstico infantil.

Para tanto, fora perguntado à entrevistada – com quantos havia saído do interior para morar na capital maranhense.

Com apenas 10 anos a época, a entrevistada relatou que vivia com sua família no interior do Maranhão numa situação muito precária, os seus pais tinham seis filhos para sustentar e a mulher hoje com 35 anos relata lembranças de dor ao vê todo o sacrifício dos pais para não deixar faltar nada em casa a nenhum dos filhos e mesmo assim, faltava o pão, faltava roupas, faltava escola.

Ao ser questionada sobre se em algum momento passou pela sua cabeça se a mesma iria estudar na capital além de trabalhar para ajudar sua família, relatou que quando os seus tios a levaram para a “casa de família” que eles já conheciam, “a família” prometeu a mesma, estudos, qualidade de vida, descanso e lazer.

A entrevistada ficara cheia de esperanças com promessas de um futuro melhor, contudo, quando começou a morar com a respectiva família na capital maranhense, a única coisa que fazia era varrer e passar pano na casa, lavar e enxugar as louças, lavar as roupas e a colocavam também para cozinhar, e a ensinavam quando não sabia fazer alguma comida, pois era muito nova a época. A entrevista relembra que começou cuidando de outras crianças mais novas e que depois assumiu toda a limpeza da casa.

Ainda relata que, com os passar dos dias as tarefas domésticas aumentavam, pouco descansava e raramente era submetida a alguma consulta de rotina para averiguação de sua saúde física ou psicológica. A promessa de estudos que até então, encheu seu coração de esperança, se transformara em um pesadelo e interrupção de sonhos de uma criança que almejava por melhores condições de vida para si e sua família sob o fundamento de que a pré-adolescente não teria tempo para se dedicar as atividades escolares, pois tinha que da conta de todo trabalho doméstico da casa.



Ato contínuo, foi lhe perguntado quais foram as consequências que sofrera durante o tempo que permaneceu exercendo o trabalho doméstico, a entrevistada então respondeu que foi a pior experiência que passou em sua vida, onde fora privada de frequentar a escola, além de aguentar insultos, gritarias, xingamentos e diversas humilhações, *"eu era tratada como empregada doméstica"* concluiu a entrevistada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, acerca de tão rico debate, fora analisado elementos sobre a cultura ainda enraizada na sociedade, de trazer meninas do interior para trabalharem nas capitais ou em cidades mais urbanísticas com a esperança de almejarem melhores condições de vida para si e para suas famílias, diante de uma conjectura construída socialmente de gênero e classe social e que se desenvolveu de tal maneira a ponto de a própria sociedade considerar tais práticas como normais mesmo diante de leis proibitivas.

Foi feito também uma análise sobre a evolução do trabalho infantil no Brasil em que nos permitiu conhecer ou ao menos lembrar que, a exploração do trabalho infantil no Brasil está presente na sociedade desde priscas eras – em específico, ao período do início do processo de colonização do Brasil, época em que os portugueses utilizavam a exploração da mão-de-obra dos povos indígenas, os quais eram submetidos ao trabalho escravo, torturas e outras crueldades. Crianças também eram submetidas a exploração do trabalho infantil nessa época.

É lembrar que, foi traçado também destaque a uma análise do trabalho doméstico feminino, um recorde de gênero necessário ao presente debate que inegavelmente afigura-se como grande ponto modal além do patriarcado para o desenvolvimento e crescimento do trabalho doméstico infantil no Brasil, ante ao fato de às mulheres serem atribuídas a responsabilização por todas as atividades domésticas, além de cuidar dos filhos e dos demais membros da família.

De acordo com a pesquisa empírica realizada com a entrevistada de 35 anos, cuja identificação não fora possível ser revelada, por razões de ética e em respeito aos direitos da personalidade inerentes a todo cidadão, observou-se que o índice do fator econômico, além de uma cultura de gênero já enraizada na sociedade, contribui muito para a submissão de milhares de crianças e adolescentes a saírem de seus interiores, de suas famílias, almejando melhores condições de vida, o que inclui grandes sonhos como frequentar às escolas. O que de fato, são promessas não cumpridas, ceifando sonhos e direitos fundamentais.





## Referências

AMARAL, Luciana. **Temer diz que só mulher é capaz de indicar 'desajustes' de preço no supermercado**: no mesmo discurso, em ato sobre Dia da Mulher, presidente disse que mulher é tratada como 'figura de segundo grau' e que, sociedade "vai bem" quando pessoas têm boa formação em casa. G1. Brasília. 08 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/mulher-ainda-e-tratada-como-figura-de-segundo-grau-no-brasil-diz-temer.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 35 ed. Rio de Janeiro: 2015. 134 p. (Estudos e Pesquisas). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2021.

BRASIL. Portal Brasil. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. **Mulheres conquistam direitos nos últimos 100 anos**. 2014. Disponível em: [www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos). Acesso em: 6 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: **Educação e realidade**, 1995. p. 133-184.

CONSENTINO, Maria. **Como podemos lutar contra o patriarcado, o sistema que oprime, inferioriza e até mata mulheres?** Minas Gerais, 22 abr. 2021. Instagram:@maria\_consentino. Disponível em: [https://www.instagram.com/maria\\_consentino/](https://www.instagram.com/maria_consentino/). Acesso em: 6 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.

EQUIPE ESCRAVO, NEM PENSAR! **Meia infância - O trabalho infanto-juvenil no Brasil hoje**. Repórter Brasil, 2014. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/rolima/meia\\_infancia\\_trabalho\\_infantojuvenil\\_no\\_brasil\\_hoje.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/rolima/meia_infancia_trabalho_infantojuvenil_no_brasil_hoje.pdf). Acesso em: 11 abr. 2021.

FREITAS, Maria Victória Pasquoto de. Trabalho infantil doméstico feminino: o perigo dentro e fora de casa. **XVI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**, 2019.

FERREIRA, Clara Maria Carneiro. **Histórico do emprego doméstico e correlação com a escravidão e trabalho feminino**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 21 ago. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44846&seo=1>. Acesso em: 6 maio 2021.

G1 MARANHÃO. **Maranhão possui o maior percentual de pessoas em situação de pobreza, diz IBGE**. São Luís, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/12/05/maranhao-possui-o-maior-percentual-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2021.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/.html>. Acesso em: 16 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2008**. Comunicação social, 24 de setembro de 2008. Disponível em: < <http://ibge.gov.br> > Acesso em: 05 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai**. 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34450](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450). Acesso em: 6 maio 2021.

MARTINS, Conceição Garcia; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de Carvalho. Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, ano 13, n. 23-24, 2011. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, p. 29.



MIGALHAS. **Cidadania da Mulher**: a conquista histórica do voto feminino no Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/274136/em-1932-a-mulher-brasileira-conquistou-o-direito-ao-voto>. Acesso em: 5 maio 2021.

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel; KITAGAWA, Adriana Aparecida do Vale; BERTOLDI, Delaine Regina. Trabalho doméstico infantil: quando o lar é o ambiente servil. Cuiabá, 2016, v. 2, n. 3, jul./dez. 2016. **R. Direitos, Trabalho e Política Social**, p. 327-347.

PAGANINI, Juliana. Os impactos do trabalho infantil para a saúde da criança e do adolescente. **XI Seminário internacional de demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11821/1658>. Acesso em 29 mar. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Florianópolis, v. 13 n. 2, 10 jul. 2010. **Rev. Katál Florianópolis**, p. 155-163.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção história mundial).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação e Realidade**. Vol. 20, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 71-99.



**ORGANIZADORAS**

## CHRISTIANE VALÊSKA ARAUJO COSTA LIMA



**P**ossui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1997). Mestra em Educação (Universidade Federal do Ceará). Especializações em Psicopedagogia (2005) e em Estratégia de Saúde da Família (2008). Atualmente é Coordenadora e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade EDUFOR. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na área de Educação e Saúde. Realiza palestras motivacionais e de relacionamento interpessoal em empresas. Também atua profissionalmente nas seguintes áreas: Desenvolvimento de Projetos nas áreas de Serviço Social, Educação Inclusiva e Responsabilidade Socioambiental.

## ENAIRE DE MARIA SOUSA DA SILVA



**A**ssistente Social formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2016), com Residência em Saúde pelo Hospital Universitário da UFMA (2019), especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social (2017), Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão e Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor.



## IZAMARA NUNES SOUSA

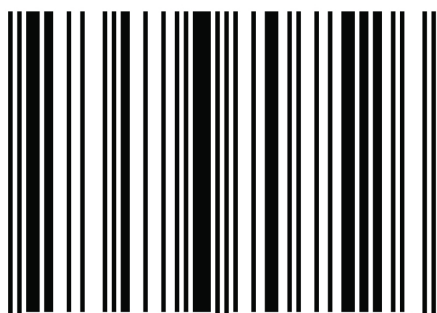


**P**ossui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2010). É Especialista em Administração e Planejamento de Programas e Projetos Sociais pelo IESF-MA e Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Tem experiência na área da docência, coordenação de órgãos executores da Política de Assistência Social, com ênfase em trabalho social com famílias e no planejamento e gestão de Programas e Projetos Sociais. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor.

**Esta obra representa o esforço teórico dos corpos docente e discente do curso de Serviço Social da Faculdade Edufor, Polo de São Luís - MA. Na ocasião, encontram-se reunidos artigos elaborados pelos alunos, sob orientação de professoras especializadas, com temáticas referentes a algumas minorias sociais, tais como povos quilombolas e povos indígenas, assim como particularidades do trabalho e da sociabilidade no estado do Maranhão. Tendo em vista os princípios de atuação do Serviço Social, considera-se as temáticas pertinentes e atuais e, dessa forma, devem ser objeto de produção e disseminação de conhecimento na referida área.**

ISBN: 978-65-86707-52-6

**BR**



9 786586 707526

**Pascal**  
Editora